



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0974/11	DATA: 06/07/2011
INÍCIO: 15h11min	TÉRMINO: 20h28min	DURAÇÃO: 05h16min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 05h16min	PÁGINAS: 111	QUARTOS: 64

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Economista e especialista em finanças públicas. WALFRIDO DOS MARES GUIA – Ex-Presidente da Comissão de Educação da Câmara, ex-Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, fundador do Pitágoras e Presidente da Fundação Pitágoras e ex-Ministro de Estado. MÁRCIO POCHMANN – Presidente do IPEA.

SUMÁRIO: Debate sobre o tema <i>Gestão e Fontes de Recursos para o Financiamento da Educação</i> .

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há oradores não identificados em breves intervenções. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação.

Encontra-se à disposição dos Srs. Deputados cópia da ata da 15ª reunião, realizada em 29 de junho.

Pergunto se há necessidade da leitura da referida ata. *(Pausa.)*

Pedida a dispensa de leitura pela nobre Deputada Teresa Surita.

A ata está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Comunicações

Ofício do Gabinete da Sra. Deputada Nice Lobão informando que a Parlamentar continuará ausente das atividades legislativas até o dia 3 de julho, por encontrar-se sob licença médica.

Ofício nº 131/2011, da Liderança do PSDB, comunicando apoio aos termos do posicionamento do Movimento Apeano com relação ao Projeto de Lei nº 8.035/10.

A pauta de hoje prevê a realização de audiência pública destinada a debater o tema *Gestão e Fontes de Recursos para o Financiamento da Educação*, com os seguintes convidados: Walfrido dos Mares Guia, ex-Presidente da Comissão de Educação da Câmara, ex-Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, fundador do Pitágoras, Presidente da Fundação Pitágoras e ex-Ministro de Estado — V.Exa. é muito bem-vindo nesta Casa; Dr. José Roberto Afonso, economista, especialista em finanças públicas, grande colaborador da formulação da Lei de Responsabilidade Fiscal com quem eu tive a imensa honra de trabalhar — é muita honra para nós tê-lo aqui; Dr. Paulo César Ribeiro Lima, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, que falará principalmente da questão do pré-sal e outras linhas de financiamento ainda não previstas no plano; e o Sr. Presidente do IPEA, que pediu que só anunciássemos sua presença daqui a pouco, porque há um tumulto lá fora, o trânsito está todo interrompido, fazendo com que fique



extremamente difícil chegar a esta Casa. Por isso, ele fatalmente demorará um pouco.

Daremos início ao nosso trabalho, portanto, com os três que estão à mesa.

Apreciaremos depois os requerimentos.

A ausência dos Deputados também é devida ao que está acontecendo lá fora.

Passo a palavra ao Dr. Paulo César Ribeiro Lima, que dispõe regimentalmente de 20 minutos para a sua exposição.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Boa tarde a todos. É um prazer estar na Comissão de Educação e Cultura.

Inicialmente, quero fazer um agradecimento ao Deputado Paulo Rubem Santiago, por ter apoiado a nossa vinda aqui; aos colegas da Consultoria Legislativa, em especial o Paulo de Sena e o Marcos Tadeu, que fizeram muita questão de que eu participasse desta audiência pública; e à Comissão, na pessoa do Presidente.

Estamos com um probleminha técnico. Então, vamos começar a conversar mesmo sem a apresentação do Power Point.

A primeira pergunta que vem à mente quando se fala em pré-sal é a seguinte: o pré-sal é um tesouro público, é um grande patrimônio público? Eu costumo dizer que o pré-sal é um grande patrimônio, é um grande tesouro. Agora, sobre se ele é um grande tesouro público, eu realmente tenho muitas dúvidas. Particularmente, penso que ele não é patrimônio público, é um patrimônio empresarial.

A segunda pergunta muito comum também é se o Brasil deve explorar o pré-sal, porque o petróleo está sendo questionado, os combustíveis fósseis estão, de certa forma, sendo acusados de terem grande influência nas questões climáticas mundiais. Eu digo o seguinte: se o Brasil não produzir do pré-sal, outros países vão produzir o petróleo.

Se fizermos uma investigação científica sobre os potenciais fornecedores de petróleo, tirando os convencionais no Oriente Médio, Arábia Saudita, chegaremos à conclusão de que há grandes reservas de hidrocarbonetos fósseis no Canadá e na Venezuela. No Canadá, existem as Areias Oleosas do Athabasca, que são reservas gigantescas. Se a Arábia Saudita tem 240 bilhões de barris de reserva, o Canadá deve estar próximo de 200 bilhões: 160 bilhões, 170 bilhões. A Venezuela também é



outra fonte importantíssima de petróleo — existe um petróleo pesado na Faixa do Orinoco — que, se o Brasil não produzir, vai entrar fortemente no mercado.

Vem a seguinte questão: é melhor produzir o petróleo do pré-sal ou nessas duas fontes, a Venezuela e o Canadá? Sinceramente, em termos ambientais, é muito melhor produzir do pré-sal. A extração do petróleo na Venezuela demanda muita energia. A produção no Canadá também demanda muita energia e muita emissão de CO₂. Então, você vai haver muita emissão de CO₂ se não produzimos o petróleo do pré-sal.

A ilusão de que o Brasil pode contribuir para questões climáticas com o petróleo do pré-sal acho, sinceramente, uma grande bobagem.

Chegando à conclusão de que temos de produzir, temos de pensar qual é o ritmo de produção. Se eu pudesse decidir alguma coisa, minha decisão seria produzir o mais rapidamente possível. Por quê? Se estamos num cenário de mudanças climáticas e há também o aspecto tecnológico — estamos num mundo extremamente tecnológico, com grandes inovações tecnológicas —, pode ser que não tenhamos preço no futuro. E as perspectivas de preço de petróleo no curto prazo são muito boas. Nos próximos 20, 30 anos, a perspectiva é de 90, 100 ou mais de 100 dólares o barril.

O pré-sal é um tesouro? É. Deve ser explorado? Deve. Em qual ritmo? O mais rapidamente possível.

Agora, vamos passar para a apresentação. *(Pausa.)*

(Segue-se exibição de imagens.)

Vamos tentar responder nesta apresentação a essas perguntas. O Brasil tem grandes reservatórios de petróleo? Já vou adiantar que tem. Deve ser explorado? Já falei disso. Vou adiantar também que é um grande tesouro, mas não acho que seja um tesouro público. As receitas do petróleo podem financiar a educação? Vejo dificuldades, mas a resposta também é sim.

O território brasileiro é gigantesco. As bacias sedimentares brasileiras são ainda pouquíssimo exploradas. Temos uma costa gigantesca, um território gigantesco. E o que conhecemos um pouco melhor, mas ainda estamos longe de conhecer, é a costa brasileira na Região Sudeste. Diria que aqui já dá para afirmar



que as reservas são gigantescas, mas ainda podem aumentar muito e ainda pode haver reservas ao longo de toda a costa brasileira.

Vou fixar-me naquele quadrado vermelho, a chamada área do pré-sal. A área azul é onde existe a camada de sal. Essa camada de sal, às vezes criticada, porque causa muitos problemas tecnológicos, foi a melhor coisa que houve, porque vedou, impermeabilizou. Onde não existe petróleo no pós-sal, na região de São Paulo, por exemplo, na Bacia de Santos, o petróleo está todo acumulado, estocado, em ótima temperatura, preservado, um petróleo de alta qualidade. Então, essa camada de sal foi fantástica, preservou o petróleo em grandes quantidades e em boas condições de pressão e temperatura.

Nesse polígono que tem a camada de sal existe, por exemplo, na Bacia de Campos, no litoral do Rio, muito petróleo no pós-sal. Como havia janelas no sal, o petróleo migrou e foi encontrado muito óleo no pós-sal, mas toda essa área tem enormes reservas. Podemos estimar que pelo menos 90 bilhões de barris existem só nessa área azul. E é uma área de grande atividade. Não é só a PETROBRAS que está em atividade na costa brasileira. Há empresas como a OGX, a Shell, a BP, a Chevron, a Statoil. A atividade nessa região do Brasil é muito intensa.

Peguei um foco na região de São Paulo, na Bacia de Santos. Só para vocês terem uma ideia, Tupi e Iara faziam parte de um bloco chamado BMS 11. Só em Tupi (que hoje mudou o nome para Lula), na parte mais sul temos 6,5 bilhões de barris e na parte mais norte, Cernambi, temos 1,8 bilhão de barris. E naquele quadrado de Iara temos 3 bilhões de barris.

Só nessa pequena área cinza, de Tupi, estamos falando de cerca de 12 bilhões de barris. A reserva brasileira hoje é de 14 bilhões de barris. Só no BMS 11, estamos falando de 12 bilhões de barris, fora todas as outras áreas.

Há uma área muito importante, Franco, que está mais ao norte de Iara, cedida para a PETROBRAS. Um relatório da GCA — Gaffney, Cline & Associates estima 5,45 bilhões de barris só na área de Franco.

Toda a área cinza e laranja não é mais da União. Quem tem direito de exploração na área laranja é só a PETROBRAS. E na área cinza são a PETROBRAS e as suas parceiras.



De fato, só sobrou para nós Libra — aquela seta em vermelho —, que, segundo o relatório da GCA, tem 7,88 bilhões de barris.

Vem a seguinte questão: Libra é um patrimônio público? Libra ainda é, não foi cedido nem licitado para ninguém. Vem outra questão: Libra vai ser explorado? Particularmente, sou muito pessimista com relação à exploração de Libra e a Libra gerar grandes resultados financeiros para a União. Por quê? Porque a cadeia produtiva nacional não dá conta do que já foi licitado no modelo de concessão, o que já foi cedido pela PETROBRAS no regime de cessão onerosa. Então, não há espaço na indústria nacional, mão de obra, para explorar petróleo da União, o caso de Libra. Libra pode ser licitado, por exemplo, no regime de partilha, o novo regime estabelecido pela Lei 12.351/10? Pode. Agora, quanto a produção decente em Libra, não acredito a curto prazo, nem a médio prazo.

Então, falar atualmente em partilha de produção soa para mim como algo virtual. Não acredito em partilha de produção. Na grande questão dos *royalties*, do financiamento da educação, não se deve nem falar em partilha de produção. Temos que falar no que existe, no que é concreto, que são as áreas licitadas, que vão ser exploradas no regime de concessão, e as áreas que foram cedidas onerosamente para a PETROBRAS.

Se formos brigar por recursos para a educação, o foco vão ser essas áreas. Mais as outras áreas, mas no regime de concessão. Não vão tentar dizer que haverá partilha. Em 10 anos, não deve haver petróleo no regime de partilha. Estamos falando do PNE 2010/2020. Então, esqueçam partilha de produção.

Qual é o cenário da indústria nacional hoje? Peguei o boletim da ANP. Estamos com uma produção de 2 milhões, 180 mil barris por dia. Se pegarmos o óleo referente à produção de gás, estamos com 2 milhões, 615 mil barris por dia. Já é uma produção muito grande, mas muito pequena em relação ao que vai ser no horizonte de 2020.

No ano de 2010, com essa produção de petróleo — petróleo gera mais *royalties* de participação especial do que gás — de 2 milhões e 100 mil barris por dia, tivemos um total de compensação financeira, de *royalties* de participação especial, de 21,6 bilhões. Isso foi em 2010.



Vamos ver quanto isso representa no faturamento da PETROBRAS. Os *royalties* de participação especial que a PETROBRAS pagou em 2010 foram de 19,6 bilhões. (Aqueles 21 aparecem porque há outras empresas produzindo.) Ela pagou de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido 12,2. Ainda há um dividendo, porque a PETROBRAS é uma empresa estatal. Está totalizando uma participação governamental na renda petrolífera de 37,4 bilhões. A venda líquida da PETROBRAS é de 213,3 bilhões. Vemos que a venda líquida da PETROBRAS tem uma ordem de grandeza muito acima da participação governamental.

É um patrimônio público? Não. É um patrimônio empresarial, porque esse patrimônio gera uma renda, por exemplo, para a PETROBRAS muito mais alta do que a participação governamental.

Existe um conceito em inglês, *government take*, que estou traduzindo como participação governamental. Se pegarmos a produção que houve no Brasil, por exemplo, em 2010, e virmos quanto isso gerou em termos de faturamento, vamos ter uma produção de 7,7 bilhões de barris, a um preço médio de 73,4. Vamos tirar o custo de extração, para chegarmos a uma receita líquida. Chegamos à receita líquida, em 2010, na área de produção de petróleo, de 80 bilhões. A participação governamental foi de 37,4 bilhões. Qual é o *government take* que calculei no ano de 2010? Quarenta é seis por cento. Quarenta e seis por cento de participação governamental na renda petrolífera é alto ou é baixo? Digo para vocês: é baixíssimo.

Vamos mostrar a participação governamental em outros países. Os países exportadores, a Nigéria, a Venezuela, Angola, a Rússia, o Cazaquistão, a Líbia — a China não é exportadora —, estão numa faixa entre 80% e 90%, e alguns países estão acima de 90%.

Então, nos países exportadores de petróleo, este é um patrimônio público. Por quê? Porque o *government take* lá é da ordem de 80% a 90%. Isso gera um recurso gigantesco para o Estado. A Noruega, por exemplo, que não está aí, tem uma participação governamental bem acima de 80%. No Brasil, estamos com uma participação governamental baixíssima, de 46%, menor que a participação governamental no Golfo do México, nos Estados Unidos. E os Estados Unidos não têm a menor intenção de arrecadar *royalties*. Os Estados Unidos têm uma participação governamental baixa para atrair investimento para produzir petróleo, a



fim de ter uma fonte de suprimento no próprio Golfo do México e diminuir a dependência externa. Nós, aqui no Brasil, um país pobre em desenvolvimento, temos uma participação governamental menor ainda que a do Golfo do México.

Então, a primeira coisa para pensar em financiar a educação é: a participação governamental no Brasil precisa subir urgentemente. Esse recurso, que achamos que é muito, 21,6 bilhões de reais de *royalties* de participação especial em 2010, não é muito, não. É baixíssimo.

Outro componente importante na carga tributária brasileira é a questão dos tributos que incidem sobre derivados. Por exemplo, no ano de 2008, só de ICMS, foram gerados 42 bilhões. Sobre os combustíveis ainda tem PIS/COFINS e CIDE. Então, a arrecadação do Estado na indústria petrolífera é muito alta. Mas é muito alta por quê? Porque existe uma carga tributária alta nos derivados. Detalhe: essa carga tributária alta, o ICMS, o PIS/COFINS e a CIDE, quem paga não é o produtor de petróleo. A diferença é o seguinte: *royalties* de participação especial quem paga é a PETROBRAS. Aquilo é um custo para ela. Isso aqui não é custo para a PETROBRAS. Isso aqui quem paga somos nós, é quem vai lá no posto abastecer o combustível, está certo?

Agora, de qualquer maneira, gera-se uma arrecadação para o Estado.

Eu disse que a arrecadação da PETROBRAS é baixa, de 46%, mas não falei, por exemplo, da participação governamental que a Shell paga no Brasil. A Shell, nesses campos, procurei nos relatórios de participação especial, em nenhum deles paga participação especial. Então, a participação governamental da Shell no Brasil é de *royalties* de 10%, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. E sabemos que no Brasil existem muitos artifícios para pagar Imposto de Renda baixo.

Eu não acredito que em nenhum lugar do mundo a Shell encontre uma situação tão boa como a do Brasil. A Shell deve ter uma participação governamental de 20%, 25%, não passa disso. No Golfo do México, é o dobro disso.

Estamos sendo, realmente, muito generosos com a Shell. Tem um detalhe: a Shell, muito provavelmente, está exportando o petróleo dela. O petróleo dela não tem ICMS, como não vira combustível não tem CIDE, não tem PIS, não tem COFINS, não tem nada. É uma situação realmente fantástica. Pus o exemplo da



Shell, mas aqui vamos colocar a Chevron, a BP, a Statoil, todas essas vão ter um regime parecido com o da Shell.

Bem, o cenário do setor petrolífero em termos de arrecadação, de participação governamental, como eu disse, não é um bom cenário, o percentual é baixo. Agora, o cenário do setor petrolífero no Brasil é fantástico. A PETROBRAS deve chegar próximo de 6 milhões de barris por dia em 2020. Ela deve ser uma das grandes produtoras, talvez seja a maior produtora mundial de petróleo com ações em bolsa. Porque as grandes empresas que produzem petróleo são públicas, não têm ações em bolsa. Na Arábia Saudita, por exemplo, é monopólio do Estado. Então, a Saudi Aramco não está em bolsa. Na Venezuela, é empresa pública, não está em bolsa. Essas empresas não estão em bolsa. Das empresas que estão em bolsa, a PETROBRAS caminha, talvez, para ser a principal produtora de petróleo. Agora, não é só a PETROBRAS, não. O pessoal costuma falar da OGX e tal.

A OGX tem ótimas áreas de concessão e deve produzir muito petróleo no Brasil. Se não produzir e resolver vender os ativos para outras empresas petrolíferas, para os chineses, outros vão produzir nas áreas dela. A OGX tem realmente ótimas áreas no Brasil. Então, a OGX vai produzir.

Além da OGX, as parceiras da PETROBRAS, a BG, a Galp, a Repsol, e agora tem uma *joint venture* com a Sinopec, também vão produzir. Além dessas tradicionais ainda tem a BP/Devon, Shell, Statoil e ainda tem uma novata, que é a HRT, que tem grandes áreas na bacia do Solimões e também deve produzir muito petróleo.

Então, em 2020 o Brasil pode ser o terceiro produtor mundial de petróleo, ficando atrás só da Arábia Saudita e da Rússia. Então, nós vamos passar Irã, Noruega e Venezuela. Então, petróleo no Brasil é coisa muito séria mesmo. Agora, segundo o Presidente da PETROBRAS, como eu já tinha dito, a cadeia produtiva do setor petrolífero já está funcionando no nível máximo. Então, tudo isso que estou falando é regime de concessão e de cessão onerosa e já estamos no máximo. Por isso digo que na minha visão há pouco espaço para se produzir em áreas novas.

Essa é a produção estimada só de petróleo, não tem gás natural. Mas gás natural também vai ser produzido muito, porque a razão gás/óleo no pré-sal é muito alta. Isso para mim é pessimista, uma coisa de 6 milhões de barris por dia em 2020.



Para mim é pessimista. Acho que podemos chegar talvez a 7 milhões porque os poços que estão entrando em produção no pré-sal estão com uma vazão altíssima, mais alta do que se pensava no início.

A estimativa no plano de negócios da PETROBRAS é de que no pré-sal em 2020, só no pré-sal, a PETROBRAS irá produzir 1 milhão e 100 mil barris por dia e as parceiras da PETROBRAS, 632 mil barris por dia. Então, em 2020, só o pré-sal pode estar produzindo 1 milhão e 800 mil barris por dia. Eu particularmente acho que pode até passar de 2 milhões de barris por dia.

Qual é o cenário em 2020, então, com essa produção gigantesca? Nós estamos com o consumo de petróleo na faixa de 2 milhões, 2 milhões e 100 mil barris por dia. Chegando, em 2020, segundo a previsão da EPE, a um consumo de 3 milhões de barris por dia.

Então, na estimativa da EPE, vamos ter um excedente para exportação de 3,16 milhões de barris por dia. Essa receita é uma receita gigantesca, como podemos ver no próximo eslaide.

O superávit da balança comercial brasileira em 2010 foi de 20,3 bilhões, isso o superávit comercial. Quanto que vai ser a receita do excedente de petróleo em 2020? Com 316 milhões, o barril a 100 dólares em 2020, o que é bem razoável, nós vamos ter uma receita, só de petróleo, de 115 bilhões de dólares por ano.

Veja, toda a nossa exportação é de 200 bilhões. Então, só o petróleo em 2020 será de 115 bilhões. Em relação ao superávit da balança comercial, nós estamos comparando 115 com 20 bilhões.

Ainda tem outro agravante: essa receita basicamente não vai ser do Estado. A Noruega, por exemplo, tem uma receita gigantesca também, dessa ordem ou maior — estou falando talvez de quase 4 milhões de barris por dia, tem muito óleo equivalente. Só que a Noruega gerencia essa receita por meio de um fundo soberano porque essa receita é basicamente pública. No caso daqui, essa receita não é pública. É uma receita, vamos chamar aqui, empresarial. Então, o que a PETROBRAS, a Shell, a OGX vão fazer não é uma coisa difícil de prever, de modelar, não.

Bem, eu não sou economista. O Zé Roberto depois vai dar uma aula para a gente. Eu sou engenheiro de petróleo, trabalhei na PETROBRAS por 17 anos, sou



servidor público da Câmara e não sei nada de economia. Mas me chamou a atenção o que o Bresser Pereira falou há uns dias atrás. Ele falou que a gente já vive a doença holandesa. Na opinião dele o Governo vai ter de pensar em taxar as exportações de soja, de minérios e de outras *commodities*. Ele acha que o Governo está empurrando com a barriga. Não sei se isso é correto ou não. Agora, admitindo-se que a doença holandesa hoje já existe, se a doença holandesa existe ou não eu não sei, agora, que o real está muito apreciado acho que ninguém tem dúvida disso. Um real valendo 1,55 dólares causa sérias dificuldades ao setor industrial brasileiro. Acho que ninguém tem dúvida de que o real está...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA - Não sei, mas realmente o meu salário agora está alto.

Admitindo-se que essa sobrevalorização, essa apreciação do real exista, a coisa pode ficar muito mais grave se tivermos uma receita de 116 bilhões de dólares em 2020. Isso é só um alerta que faço.

Se fizermos uma estimativa de qual seria a receita, a participação governamental, no ano de 2020, há duas hipóteses: ou se mantêm as regras atuais ou as mudam. Se as mantivermos, estaremos chegando a 80 bilhões de *royalties*, participação especial e dividendos da PETROBRAS. Então, 80 bilhões seriam participação governamental.

Agora, se caminhamos para um padrão internacional de 80%... Se o Brasil fosse a Noruega, por exemplo, onde o valor é de cerca de 80% da renda, estaríamos falando em 196 bilhões. Quer dizer, a diferença de 196 bilhões para 80 bilhões é significativa. Minha visão política seria a de tentar chegar até lá, aumentando a participação governamental nesse tesouro que agora parece um tesouro empresarial, e não público.

A Meta 20 do Anexo do Projeto de Lei nº 8.035 estabelece o seguinte: *Ampliar progressivamente o investimento em educação até chegar a 7% do PIB*. Aí, estimei um PIB em 2.025,09 bilhões, e teríamos 413 bilhões de investimento público em educação. Levando-se em conta a hipótese de que 50% da participação governamental fosse destinada a educação, com as regras atuais, cheguei aos 80 bilhões, certo? Seriam 50% destinados à educação, como determinava a emenda do



Senador Cristóvam Buarque — mas isso não tem nada a ver, porque era fundo social... Mas vamos admitir que 50% da participação governamental seja destinada à educação, que seriam 40 bilhões. Essa quantia comparada a 403 bilhões constitui uma diferença muito grande. Então, mantidas as regras atuais... Agora, se mudarmos a regra e nos aproximarmos dos padrões internacionais, caminharemos para 98 bilhões. O valor é bem menor, mas já se aproxima de um quarto ou um quinto do dispêndio para a educação.

Aquilo é o PIB de 2020...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA - Ah, desculpem-me; aquele valor são trilhões. São 5,9 trilhões. Há um erro ali. Obrigado, Deputado Ariosto Holanda. V.Exa. está atento *(Risos.)* O importante é que são 5,9 trilhões.

Agora quero fazer uns breves comentários. Acho importante falar sobre esse regime de partilha, aprovado aqui, no Congresso Nacional, que gerou muita expectativa. A Lei nº 12.351 sequer estabelece a alíquota de *royalty*. Se hoje o Brasil quiser licitar no regime de partilha, não poderá fazê-lo. Como é que se licita no regime de partilha, se a lei do regime de patilha sequer estabelece uma alíquota de *royalty*?

Como eu já disse — e vou repetir; vou falar sobre isso sempre —, a cadeia produtiva já está até o pescoço com a concessão e com a cessão onerosa. Não há previsão de participação especial nessa lei; não há previsão de um percentual mínimo do óleo/lucro, que foi traduzido aqui como excedente em óleo, para a União; e também não há limite para recuperação de custos. Então, por exemplo, se a PETROBRAS for contratada no regime de partilha e pegar os cinco primeiros anos, os dez primeiros anos para amortizar o investimento que fez, não existe nenhum impedimento legal.

Então, eu digo o seguinte: a arrecadação do Estado brasileiro nesse regime pode — não estou dizendo que vai, mas que pode — ser menor do que a do regime de concessão. Não existe um excedente em óleo mínimo, não existe participação especial, não existe limite para recuperação de custos. É uma lei que não dá nenhuma garantia de que o regime de partilha também vai gerar uma participação governamental maior do que o regime de concessão. Pode até gerar; se houver um



edital de licitação e falar que o percentual mínimo da União, do excedente em óleo, é 70%, aí, sim.

Nós tentamos aqui colocar essa emenda, mas não tivemos sucesso. Então, hoje não existe nenhuma garantia de que o regime de partilha vai gerar renda maior do que o de concessão.

A PETROBRAS é operadora, é a única dos blocos. Tem vantagens? Tem vantagens, é claro: é empresa nacional, a maior construção deste Brasil é a PETROBRAS. Eu tenho muito orgulho de ter trabalhado lá por 17 anos. É a maior construção brasileira na minha visão e merece todos os aplausos. Mas é uma empresa com ações em Bolsa e tal; já com a carteira lotada com o pagamento de *royalties*; e participação especial muito baixa. Na cessão onerosa, a PETROBRAS sequer vai pagar participação especial. Então, a PETROBRAS vai priorizar.

Se formos pensar em concessão e cessão onerosa, há dois aspectos. A PETROBRAS deve priorizar a cessão onerosa porque ela não paga participação especial. Por exemplo, a PETROBRAS pegou Franco e quer produzir Franco. Talvez ela não produza Franco ou produza num ritmo mais lento porque, em Franco, ela vai ter que fazer o investimento sozinha. Se ela for lá para Lula, que é o antigo Tupi, ou para Caramba, Bem-Te-Vi e tal, ela está em parceria com outras empresas e aí pode dividir o investimento. Mas ela está numa situação ótima pagando muito pouco para o Estado. Então, eu acredito que a PETROBRAS vá privilegiar que seja produzido na concessão e na cessão onerosa, a não ser que o regime de partilha de produção seja muito bom para ela — que também não vai trazer vantagem nenhuma em termos de financiamento da educação e de *royalties*. Não adianta nada também.

Como a PETROBRAS também tem que fazer um investimento mínimo de 30%, produzir em outras áreas vai depender de investimento da PETROBRAS. Se ela fosse operadora, mas com uma participação mínima de 5% — simbólica, por exemplo—, abriria a possibilidade de fazer parceria com outras empresas e ter capital. Mas, aqui não: 30% também tem de ser dela.

A PETROBRAS também pode ser contratada diretamente e dispensada de licitação.

O Fundo Social. O Fundo Social, como veio do Poder Executivo, era absolutamente virtual. Por quê? Nós estamos falando num fundo social para quando



houver óleo. A principal fonte de receita do Fundo Social é o excedente em óleo. Quando vai haver óleo em regime de partilha? Só em 2020, 2025. Então, o Fundo Social, para mim, era virtual.

Houve um movimento grande aqui e vários Deputados apresentaram emendas para destinar recursos de *royalties* e participação especial — a parcela da União no polígono do pré-sal — para o Fundo Social. Aí, em tese, o Fundo Social deixou de ser virtual: vão ser destinados *royalties* e participação especial, a parcela da União no polígono do pré-sal, para o Fundo Social.

Mas a lei permitiu aí uma regra de transição. Veio o decreto do Poder Executivo sobre a regra de transição, e não houve regra de transição nenhuma. O decreto simplesmente falou o seguinte: *Fica tudo como está*. Então, a virtualidade do Fundo Social continua, e acho que pode frustrar a expectativa da sociedade brasileira.

De certa forma, há algumas conclusões. A renda é muito baixa no regime de concessão. No regime de cessão onerosa é menor ainda, porque não tem participação especial. No caso de exportação, como não tem ICMS, PIS/COFINS, CIDE — porque isso é sobre combustível — é menor ainda. Então, eu estou levantando aqui a possibilidade de haver um imposto de exportação. O imposto de exportação é uma coisa que pode fazer com que nós nos aproximemos do padrão internacional lá dos 80%, 85% de participação governamental na renda.

Uma outra possibilidade também é a criação de um imposto sobre a renda petrolífera ou mineral. Quem adota esse regime? A Noruega. Na Noruega há um imposto que as empresas petrolíferas que produzem na costa norueguesa pagam ao Estado, e é a principal fonte de receitas da Noruega. Todo o mundo diz: “Ah, não”, mas a principal fonte de receitas da Noruega é o imposto que as petrolíferas pagam. E no Canadá também existe uma taxa, um imposto, que é o imposto sobre a produção mineral.

Se eu disse que a renda estatal no setor de petróleo é baixa, no setor mineral, então, é ridícula. No setor mineral, na exploração de minério de ferro, a Vale, que é exportadora de minério de ferro, não paga tributo de exportação, não paga ICMS, não paga PIS/COFINS; o que ela paga é uma compensação financeira de 2% do



faturamento líquido. Ou seja, se no setor de petróleo a participação governamental é baixa, no setor mineral é menor ainda.

Agora, diante de tudo isso aí, nós estamos cansados de saber que o setor empresarial vai lutar de todas as formas para inibir qualquer aumento da participação do Estado, da participação governamental na renda tanto petrolífera quanto mineral. E eu digo o seguinte: mantidas as regras atuais, eu acho que a exploração de petróleo não é uma fonte, assim, muito promissora para investimento em educação. O marco legal não alterou, não alterou essa situação, e a perspectiva é de que se houver uma alteração e o Brasil caminhar para os padrões internacionais, aí o petróleo passe a ser uma fonte importante para o financiamento da educação.

Podemos passar à frente. Vamos em frente, porque meu tempo já acabou. Então, eu vou tentar responder àquelas questões iniciais. O Brasil tem grandes reservatórios de petróleo? Tem. São grandes, a produção é altíssima. Para os senhores terem uma ideia, o poço que hoje mais produz petróleo no Brasil está no pré-sal, já. Então, há um poço lá em Lula que está produzindo 28 mil barris por dia. É o poço que atualmente mais produz no Brasil hoje.

Se nós considerarmos 28 mil barris por dia muito, em Guará, que é uma área da PETROBRAS, e há uma parte ao sul que era da União e também ficou com a PETROBRAS, porque o reservatório podia ser unificado, mas não foi, lá a perspectiva é de 50 mil barris por dia, e em Franco também, 50 mil barris por dia. Então, tem grandes reservatórios, reservatórios de altíssima produtividade, e é realmente um tesouro o pré-sal.

Em contexto de mudança climática, não há problema. Vamos produzir. Nós não vamos alterar a matriz energética mundial. Se nós não produzirmos, outro vai. É um tesouro? É, mas para mim é empresarial, não é público. Pode financiar a educação? Pode, mas eu acho que tem de haver mudanças. Então, nós temos de caminhar no sentido de taxar aquela exportação de mais de 3 milhões de barris por dia, ou de criar um imposto para ser pago pelas empresas petrolíferas, ou então em geral, por uma empresa que produza recursos naturais não renováveis, porque esse é o padrão mundial, está certo?

Agradeço. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Dr. Paulo César.

Bom, em seguida, vamos passar a palavra para o Dr. José Roberto Afonso. V.Sa. vai usar o *PowerPoint* ou alguma outra coisa?

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO - Boa tarde. Eu queria agradecer ao Deputado Gastão Vieira a oportunidade de voltar a esta Casa, onde eu já trabalhei há algum tempo, e ainda reencontrar o Ministro Walfrido dos Mares Guia. Eu acho que até a Mesa tem a ver com o nosso tema, porque nós queremos discutir educação, responsabilidade, reforma tributária, temas que nós já discutimos e abordamos aqui várias vezes.

Eu trouxe uma apresentação; eu acho que, pelo adiantado da hora, vamos ter problemas com o começo da Ordem do Dia, e vou passá-la mais rapidamente; até porque ela está à disposição dos senhores, eu acho que sobretudo devemos aproveitar mais o tempo de exposição.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou começar de trás para a frente. Por experiência, se começar a Ordem do Dia, a minha conclusão já estará no início. O que eu quero defender aqui, a exposição que eu trouxe aqui é: primeiro, em termos de diagnóstico, o gasto público com educação no Brasil é bastante descentralizado, não é? Especialmente no ensino fundamental. Na verdade, isso aí todo o mundo já sabe. O financiamento desse gasto está alicerçado em vinculação com impostos, da arrecadação direta até a repartição de receita.

E aí é que vêm as conclusões. Olhando para trás, o desempenho da educação nas últimas décadas não acompanhou a expansão da carga tributária nem do gasto público total no Brasil. Isso em grande parte por quê? Porque o setor é basicamente financiado por impostos, e os impostos ficaram para trás, dentro da nossa carga tributária, que foi sobretudo puxada por contribuições e por outras receitas, inclusive de endividamento. Ou seja, houve uma expansão do tamanho do Estado, mas a educação não acompanhou. Olhando para a frente, mantido o atual sistema tributário, na minha opinião pessoal, eu não vejo perspectivas de reversão desse cenário, porque a carga tributária já é muito elevada, é difícil conseguir subir mais ainda, e a própria descentralização, pelo menos da maneira como está,



com altas participações e impostos, desestimula a política tributária, especialmente a federal, a aumentar impostos. Então, se os impostos não sobem, sobem as contribuições, o setor fica para trás.

Alternativas para mudar esse quadro, na minha opinião, acho que só cabem havendo reformas estruturais do financiamento e do gasto público como um todo, além e especificamente no setor da educação. Do lado da receita, eu acho que o mais importante seria tentar alargar a base, ou seja, não ficarmos só dependentes de impostos. Aliás, isso vale para a educação como, na minha opinião pessoal, para todos os outros setores sociais. E acho que cabe repensar também a forma como a vinculação é aplicada. Eu, pessoalmente, acho que a experiência do FUNDEF e do FUNDEB é excelente e mostra que há outros caminhos de se operar no setor, lembrando que o FUNDEF e o FUNDEB tomam como base de referência da vinculação o gasto *per capita*, o gasto por aluno, e não se limita percentual.

Bom, nos *slides* seguintes eu vou procurar fundamentar o que eu disse aqui, para não parecer leviano. Como eu já disse, o tempo é curto; eu não vou passar todos os dados, mas queria comentar.

Primeiro, vamos comentar rapidamente o lado do gasto. O gasto público no Brasil na área social é bastante elevado, se nós considerarmos o conceito amplo. Nas contas que nós fizemos, com base nos balanços divulgados pela União, Estados e Municípios, de 2009, nós já estamos com um patamar de gastos que se aproxima de 25% do PIB, se aí forem incluídas habitação e segurança. Mesmo que tiremos essas funções, ficando com as outras clássicas na área social, nós já gastamos 23% do PIB.

No *slide* seguinte o que nós mostramos, rapidamente, é que esse gasto social tem uma nítida divisão, seja de tamanho, seja federativo. Eu acho que isso é importante para a discussão sobre a educação. O gasto social no Brasil é muito elevado com a chamada proteção social, com benefícios, e é menor com os programas sociais estruturais ou universais, nos quais se incluem a educação e a saúde. E há uma divisão federativa bem distinta. Quer dizer, nos benefícios, há uma concentração altíssima na União, na casa de 80%, e nos gastos sociais estruturais ou universais acontece o inverso: a participação estadual e municipal é maior. Isso, em particular, no próximo *slide*, no caso da educação, infelizmente no gráfico não



constou, mas, nessa conta que nós estamos fazendo aqui da execução direta — ou seja, não importa quem financia, importa quem gasta, não importa de onde vem o recurso —, do que foi efetivamente gasto, a nossa conta para 2009 é de que o gasto nacional foi de R\$ 142 bilhões na educação. Isso representa 4,5% do PIB. E a União arca com 18% desse total; Estados, 38%; e os Municípios, 43%; em valores *per capita*, R\$ 744,00; dá algo como 12% do gasto fiscal não financeiro, ou seja, não incluída a dívida pública.

Esse quadro é importante, e está refletindo em grande parte a vinculação atual de impostos para Estados e Municípios, porque ela é maior para Estados e Municípios do que para a União. Depois nós vamos voltar a falar de tributos.

Em termos de comparações internacionais, bem rapidamente, eu só citaria dois trabalhos, um que é o Destaque América Latina, mais ou menos de 1 década atrás. Na média, na América Latina, o gasto com educação era de 4,2% do PIB — quer dizer, o Brasil estaria dentro dessa média, pelo menos atualmente —, e a OCDE com 6,4%.

Agora, há um outro trabalho, no próximo *slide*, mais recente, da OCDE. Aqui são todos os gastos não só na área social, mas a OCDE também coloca a educação no Brasil como 4,3% do PIB, e a média considerada aqui pela OCDE é 5,3%; ou seja, o Brasil estaria gastando com educação 80% do que gastam em média os países mais ricos do mundo. A distância na saúde, por exemplo, é maior; a distância na proteção social é menor. Não há um padrão. Sei que é difícil ver o gráfico, mas alguns países gastam mais com educação, outros chegam a gastar menos, e isso tem muito a ver com a participação ou não do setor privado no gasto total com educação. Em alguns países ricos o setor privado pesa mais e o setor público conta pouco, em outros países também ricos ocorre o inverso. Mas o que eu queria dizer é o seguinte: a distância brasileira hoje de gasto público com a educação não é tão grande em relação aos países ricos, e pelo menos em relação à América Latina está em linha.

Bom, há um último comentário que eu queria fazer sobre gasto, para fazer o gancho para a exposição seguinte sobre receita. Quero dizer que aqui eu só estou olhando o gasto, a evolução do gasto público federal na área social. Agora é só federal; não estou falando de todos os Governos. O que foi que aconteceu nos



últimos 10 anos? Para simplificar, nos últimos 10 anos, no Brasil, a carga tributária federal subiu 4,2% do PIB, e o gasto vinculado para educação no âmbito federal subiu 0,2% do PIB. Nisso aqui nós estamos considerando o que é informado pelo TCU. Quer dizer, isso aqui ilustra que nós tivemos uma expansão de carga tributária forte, mas esse aumento da carga tributária no Brasil, pelo menos da federal, não foi muito para a educação, e a saúde também, que está ali do lado, praticamente não saiu do lugar. Os gastos com educação e saúde vinculados subiram 0,3% do PIB, e os gastos com benefícios sociais subiram dez vezes mais, cerca de 3% do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Por favor, pode tomar assento aqui à mesa.

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO - Bom, fazendo agora... Basicamente, o que nós estamos vendo é isto: nós gastamos muito na área social, gastamos muito com benefício; foi o gasto com benefício que subiu ultimamente, e os gastos sociais universais andaram de lado. Não foram beneficiados pela expansão da carga tributária dos últimos anos. Na verdade, boa parte da expansão da carga tributária não foi só para benefícios sociais, mas foi para financiar o aumento do serviço também da dívida pública no Brasil.

Bom, vamos falar agora do... Como a proposta que me foi feita pelo Deputado Gastão era a de falar de fontes de recursos, eu queria fazer também um diagnóstico rápido da área tributária. A carga tributária no Brasil no pós-guerra é uma ascendente só. Aliás, eu acho que não há país democrático no Ocidente que tenha uma evolução dessa de carga tributária como nós tivemos no Brasil. A carga hoje, pela metodologia de contas nacionais, que computa todo e qualquer tributo, inclusive o *royalty* de petróleo, as participações governamentais são contadas como tributo, quer dizer, tudo que compulsoriamente se extrai da sociedade — aliás, Paulo lembrou aqui, o setor de petróleo usa a terminologia que é muito boa, que é *government take* — o que o Governo me toma, seja lá qual for o nome, o que o Governo me toma em 2010 bateu em 35% do PIB. No pós-guerra, a tendência é de uma expansão crescente. Nos últimos anos nós tivemos uma interrupção, em 2009, com a crise. Houve uma perda de 0,9% do PIB, mas já se começa a recuperar em 2010. Vale lembrar que o recorde da carga tributária brasileira, em 2008, é de 35,5% do PIB, sem a CPMF; quer dizer, em 2007, quando arrecadávamos os 35,2%, havia



ali 1,4% de CPMF; acabou a CPMF, a carga tributária subiu, e não caiu, ao contrário do que muita gente pensava.

Este ano eu tenho uma conta que a gente chama de termômetro mensal, que procura sentir a temperatura da arrecadação tributária todo mês. Esse termômetro mede 85% da carga nacional. Dos impostos municipais a gente não tem informação em caráter mensal, mas quando a gente toma os tributos conhecidos — Receita Federal, Estados e Previdência — e olha o acumulado em 12 meses, a gente vê que até abril a nossa carga estava quase encostando na curva de 2008; quer dizer, mantida a atual curva, provavelmente a gente fecha 2011, ou melhor, certamente a gente fecha 2011 no patamar de 2008, que era recorde, e há uma possibilidade inclusive de fechar 2011 acima do que fechou 2010, sempre lembrando que nós estamos fazendo isso tudo sem carga, sem CPMF, não é?

Em comparações internacionais, a nossa carga é muito alta em relação aos emergentes. Aliás, raros países emergentes, só alguns países — aqui estou falando em carga bruta — do leste europeu conseguem arrecadar mais do que o Brasil, e essa diferença vem sobretudo da tributação indireta de bens e serviços. Não é a tributação de lucro, não é a tributação de salário que no Brasil é maior do que nos outros países; é que nós carregamos muito na tributação de bens e serviços, e isso tem vários efeitos para a economia, de cumulatividade, e eu queria aqui comentar, só rapidamente, um outro efeito, que é a regressividade. Aliás, esse é um tema que eu não sei se Márcio vai explorar, e em que o IPEA bem trabalhando. É algo que no Brasil nós não discutimos. Acho que antes da FIPE e de o IPEA terem feito trabalhos nessa área nos últimos 3 ou 4 anos, a conta anterior era de Ibrahim Eris, de 1975. Essa conta é de quanto as famílias pagam de impostos.

E por que ela é relevante, na minha opinião? Porque eu acho que... É complicado a gente pensar, aqui no Brasil, que eu posso gastar mais e arrecadar mais e que está tudo bem, que eu vou ser uma economia socialista, ou social-democrata *a la* europeia. Só que a forma como na Europa se cobram os tributos e a forma como a renda diante dos tributos é distribuída é bem diferente da brasileira. A nossa renda é muito concentrada, e a nossa tributação piora ainda mais essa situação, basicamente por causa dos tributos indiretos; quanto mais rico, menor a carga tributária.



Agora, vindo especificamente para a discussão da educação, eu queria destacar no *slide* seguinte, ainda, que ele mostra a tributação indireta no Brasil depois da reforma de 1968; a carga tributária decresce nos anos 80, volta a crescer, mas ela tem, de um lado, um decréscimo da arrecadação de impostos, de ICM e de IPI, e um aumento crescente das contribuições sociais. Muita gente esquece o seguinte: o ICM, quando foi criado no Brasil, não incidia sobre combustíveis, não incidia sobre energia elétrica, não incidia sobre comunicações. Em 1968, ele arrecadava 7,3% do PIB. No ano passado ele arrecadou menos, 7,2%, incidindo sobre todas essas bases, o que mostra como o ICM foi ficando para trás. Os motivos são vários, que vão desde a guerra fiscal — acho que aí, sem comentários; aliás, o Brasil é referência internacional de guerra fiscal; acho que nenhum país tem uma prática tão acentuada de concessão de incentivos como a nossa — até o outro ponto, que é o fato de o ICMS incidir basicamente sobre mercadorias e serviços, perdão, mercadoria, indústria e comércio, e o setor de serviço estar de fora da economia. Cada vez mais o setor de serviço cresce, pesa mais na economia, e o ICMS não atinge isso. Do IPI, então, a queda é maior ainda. Quer dizer, em 40 anos, em 50 anos, perdão, o IPI caiu de 4,4% do PIB (quando ele foi criado eram 4,4%) para 1% do PIB. Quer dizer, esse encolhimento de ICMS e de IPI vai afetar a educação, diretamente, pelo lado da arrecadação estadual, e indiretamente, pelo lado dos Fundos de Participação.

O *slide* seguinte vai pegando o período mais recente, e olhando só a esfera federal. A gente mostra o seguinte: a arrecadação de impostos anda de lado; é lógico, oscila um pouco; mas, se a gente verificar, em 1994, quando se criou o Real, a arrecadação de impostos (a tabela está invertida; está lá embaixo) era de 7,9% do PIB, 8% do PIB; em 2010 caiu para 7,7%; acho até que em 2011 volta, mas provavelmente isso significa que nós vamos chegar este ano aonde nós estávamos 15 anos atrás em impostos. A arrecadação de impostos está de um lado, e a arrecadação de contribuições pela União subiu 4% do PIB, e isso como uma parcela mínima de contribuições; aliás, diretamente, é só a do salário-educação que vai para a educação. A educação acaba não se beneficiando desse incremento.

Cada vez mais a União arrecada mais contribuições do que impostos. Aliás, há economistas e tributaristas que dizem que nós temos dois sistemas tributários, e



de fato, se nós formos pensar nisso, dois terços da arrecadação da União vêm de contribuições e um terço vem de impostos. Quando olho o setor público como um todo está meio a meio, mas isso mostra o peso de contribuições, enfatizando os impostos (é, estão fora). Isso vai ter impacto na divisão federativa — é o último aspecto de que quero aqui tratar, acerca de receita. Na divisão federativa atual da receita tributária, lembrando, quanto se arrecada diretamente? A União arrecada 68%; os Municípios, 6%; e os Estados, 26%. Entra o sistema de repartições constitucionais, FPE, FPM, inclusive o FUNDEB, que eu queria comentar em seguida, e a participação da União cai para 57%, a dos Estados também cai para 25%, e só quem aumenta a participação são os Municípios. Na verdade, o que o Estado transfere para os Municípios é mais do que os Estados recebem da União. Então, nós temos um sistema tributário que, mais do que descentraliza, municipaliza a receita tributária.

Como mostra o *slide* seguinte, FUNDEB vai ter um peso importante nisso. Quer dizer, são vários fatores, que vêm desde a Constituição de 1988. Aqui, essa outra figura mostra o quanto a União, Estados e Municípios repassam. O FUNDEB está movimentando 1,5% do PIB. Isoladamente, é mais do que o FPE ou do que o FPM. E no *slide* seguinte — eu peguei a conta só deste ano —, quando a gente olha de janeiro à maio, eu estava reparando, pelo boletim publicado na página lá do Tesouro, que quando a gente coloca as origens dos recursos, FPM, FPE, cada um desses recursos que entram para formar o FUNDEB, se não houvesse o FUNDEB, vamos dizer assim, dois terços dos recursos seriam estaduais, 66% estaduais, 34% municipais, mas com o FUNDEB, que privilegia, na minha opinião corretamente, quem tem mais alunos na rede escolar, a situação muda: a participação do Estado cai de 66% para 46%, e a de Municípios sobe de 34% para 54%. Quer dizer, é efeito do FUNDEB. É lógico que 11% do FUNDEB são complementação da União, mas de 90% do FUNDEB há uma redistribuição de recursos de Estados para Municípios, olhando o todo. Caso a caso, em cada Unidade da Federação, os efeitos são diferenciados, mas eu queria dizer o seguinte: o FUNDEB vem complementar uma tendência que já vem da reforma de 1988.

Essa tendência, no longo prazo, vemos no *slide* seguinte. É uma tabela longa; vou permitir-me aqui só fazer um comentário. O que a gente está querendo mostrar



aqui? Se a gente olhar só a parte de baixo, a receita tributária disponível, a divisão do bolo tributário do Brasil, se olharmos de 1965 para 2010, a gente vê que a participação da União (seria essa conta que está aqui no canto) sobe de 55% para 57%; a dos Municípios, de 10% para 18%; e a dos Estados cai de 35% para 25%. Quer dizer, o que nós fizemos na nossa Federação foi basicamente, digamos assim, centralizar no governo militar, descentralizar com a reforma de 1988, recentralizar com as contribuições sociais. A União chegou até a ficar maior do que era antes dos governos militares, os Municípios cresceram, e os Estados perderam participação.

Isso vai ter um efeito importante na educação. É lógico que a educação vai melhorar pelo lado municipal, mas vai perder espaço pelo lado estadual. Por quê? Porque ela está vinculada a impostos; como os impostos caem, em termos relativos — aqui eu estou falando da divisão do bolo, não é? —, a situação dos Estados só não é ruim porque o bolo como um todo subiu; é um bolo maior, mas com uma fatia menor.

Perspectivas, para concluir: como eu já tinha dado a minha opinião pessoal, instado pelo Deputado Gastão a pensar um pouco alto, eu, pessoalmente, não vejo potencial para expandir fontes de recursos, mantidos o atual sistema tributário e esse desenho que a gente tem de financiamento. No global, a carga tributária nossa já é muito alta, em termos quantitativos; agora, o mais grave não é nem o tamanho da carga, é a qualidade da carga tributária. Ela é injusta, leva à anticompetitividade, é complexa. Na verdade, a gente tem um sistema tributário que foi desenhado em 1965/1968, para uma economia fechada; nós abrimos a economia, e estamos com um sistema tributário que era próprio para um outro tipo de economia.

Nesse contexto, eu não vejo perspectiva para elevar a carga de impostos. Do lado federal, a política tributária federal tem sido, até aqui, independente do Governo, e eu acho que não vai mudar. Como se partilham muito o Imposto de Renda e o IPI, sempre que possível privilegiam-se as contribuições, ainda mais no Brasil, em que há contribuição social que tem as mesmas bases, e até mais abrangentes, de impostos. Entre subir Imposto de Renda ou subir Contribuição sobre Lucro, sobe a Contribuição sobre Lucro. Quando se vai enfrentar a crise e se precisa dar benefício e reduzir imposto para incentivar economia, reduz-se o IPI, que



é partilhado, e não COFINS e PIS, que não são partilhados — aliás, CIDE, e assim por diante.

O ICMS estadual, que isoladamente é até a fonte de financiamento mais importante para a educação, está estagnado no longo prazo. Na verdade, enquanto não se resolver a guerra fiscal, e, independentemente de guerra fiscal, a questão do ICMS não alcançar o setor de serviços, eu não vejo grandes perspectivas para subir a base, a arrecadação do semestre de forma expressiva — aliás, arrecadação essa que até durante a crise teve um desempenho muito bom; se considerarmos o semestre, até caiu pouco.

E o espaço onde nós temos no Brasil potencial para aumentar a carga tributária, na minha opinião, envolve os impostos patrimoniais. Depois a gente pode discorrer sobre isso. Os Municípios claramente estão largando o IPTU e estão cobrando cada vez mais ISS. Agora, eu não vejo... É importante, na verdade, recuperar e elevar os impostos patrimoniais, a meu ver, muito mais pelo lado de justiça fiscal do que pelo lado de arrecadação. Se dobrasse — dobrasse! — a arrecadação de IPTU no Brasil, a gente teria mais 0,5%, o que é muito pouco, diante, por exemplo, dos desafios que a gente tem na educação.

Bom, fora do sistema tributário, para abrir espaço fiscal nos outros gastos e redirecionar esse recurso para a área de educação, de novo, a meu ver, eu só vejo perspectivas com reformas institucionais. O caso mais clássico, ou mais simples, é o gasto com juros. A gente tem uma ideia assim, no Brasil: bom, se a gente gastar menos com juros e baixar a SELIC, a gente vai economizar e vai sobrar espaço. Como se gasta muito com juros, pega-se esse dinheiro e usa-se para outros fatores. Ora, nos últimos 2 anos, para enfrentar a crise, o Banco Central reduziu a taxa SELIC. Todo o mundo sabe disso. A taxa SELIC caiu aí na casa de 30%. O gasto com juros caiu 3%. Não saiu do lugar. Este ano a SELIC está subindo de novo. A SELIC já subiu 30%. O gasto com juros subiu 43%.

Por que acontece isso no Brasil? A questão é a seguinte: primeiro, o tamanho da dívida é muito maior do que era no passado; então, o efeito da taxa é menor. Segundo, nós exageramos no aumento da dívida pública para cobrir reservas internacionais e concessão de créditos, via BNDES, na economia; tanto as reservas quanto esses créditos não rendem tanto quanto a dívida pública, pelo contrário.



Aliás, quanto mais cai o dólar e mais sobe a SELIC, maior é o custo de manutenção das reservas cambiais. Eu acho que o custo de manter as nossas reservas cambiais hoje deve estar quase na casa da metade ou 40% do que se gasta com educação. E, de novo, dado mais importante do que esse é o seguinte: esses são compromissos que foram assumidos para o futuro. Então, não vejo onde possa haver queda de gasto com juros, forte, para a frente, que se pudesse aproveitar para a educação.

O resto já é conhecido. Aliás, eu vi as apresentações que me mandaram. Alguém já levantou a questão de que sem uma reforma previdenciária que pudesse minimamente conter o gasto previdenciário, ou, se possível, até reduzir, não se teria sobra de recursos na área social; e no resto — gastos com pessoal, gastos com custeio, que no Brasil, na minha opinião pessoal, são também elevados — não se avança sem uma reforma de atribuições do Estado e descentralização de competências.

Eu acho que — é meu penúltimo recado aqui —, na minha opinião, independentemente do tamanho de recursos disponíveis para a educação, a gente tem de também ter atenção na forma como se cobram os impostos. Quer dizer, a ideia de que os impostos são neutros, que aumentam a arrecadação de impostos e o gasto, e com o gasto vão ser beneficiados os mais pobres, isso até funciona em muitos outros países, mas o Brasil sofre do seguinte problema: o grosso dos impostos que se cobram é pago pelos mais pobres. Há uma falsa ideia aqui, por exemplo, de quem ganha Bolsa Família não paga imposto, porque ele não tem casa e não paga IPTU, ou ele não tem salário e não paga imposto de renda; só que ele consome tudo que ganha (aliás, em geral, os mais pobres consomem mais do que ganham), e em tudo que ele consome está pagando ICMS, COFINS, PIS e assim por diante.

Eu não vou aprofundar a questão de gestão, de que o Ministro Walfrido dos Mares Guia vai falar aqui em seguida. É outra questão que precisa ser tratada. Mas eu acho que é importante que se vejam mais esses detalhes. Na minha opinião, para concluir, acho que da agenda da reforma tributária no Brasil eu vou deixar para falar um pouco mais no debate; eu, pessoalmente, acho que a gente precisa fazer uma reforma aos poucos, mas que mude muito o nosso sistema, por tudo que foi



dito aqui. Por último, no último *slide*, eu só queria deixar aberto aqui para o debate, se houver interesse, e comentar a proposta de reforma que tinha sido trabalhada no Senado em 2008 e 2009, relatada pelo Senador Dornelles. Eu trabalhei nessa proposta. Eu trabalho no Senado. É uma proposta inclusive diferente. Ela não começa pela PEC. A ideia é definir, construir consensos, negociar acordos e, por último, sim, escrever o texto constitucional. É uma mudança aos poucos, muita mudança infraconstitucional, não focalizada em cima do ICMS.

Aliás, eu não sei por que é que no Brasil a gente continua achando que reforma tributária é reformar o ICMS, porque o ICMS arrecada hoje 20%, só 20% dos tributos nacionais. Então, se se reformar o ICMS seria até muito bom, mas é difícil. Mas só são 20%, e não é só nesses 20% que a gente tem problemas.

Acho que a ideia é construir um novo sistema tributário. E dentro dessa proposta há uma sugestão que tem a ver com essa discussão aqui: a de alargar a base não só dos Fundos de Participação como também das áreas sociais, como educação e saúde, que são feitas por vinculação. A proposta é de que a vinculação passe a ser feita sobre a receita tributária como um todo. Aliás, é um pouquinho diferente da última proposta do Ministério da Fazenda, de 2003, que era sobre IVA. Não, aqui é sobre tudo, tirando só a Previdência Social.

Qual é a ideia? A ideia é de que, quando se alarga a base, primeiro, a arrecadação fica menos cíclica, menos sujeita a impactos da crise; segundo, permite-se racionalizar a cobrança de impostos. Hoje no Brasil a gente tem vários impostos e contribuições concorrendo que só têm a ver com não se querer repartir o que se arrecada. E, mais importante do que isso, na minha opinião, colocam-se todos como sócios da Federação. Hoje a gente tem uma Federação partida, e acho que o mesmo vale também muito dentro da área social. Quem consegue aumentar mais uma contribuição leva mais. Se se coloca todo o mundo participando da receita como um todo, todos são sócios, todos juntos numa mesma empreitada. E, a meu ver, eu acho que isso permitiria que a educação saísse de uma base estreita, como virou hoje, de impostos, e, sim, pegasse uma base mais ampla, e poderia no mínimo, eu diria, não ficar para trás; pelo menos, conseguiria daqui para a frente concorrer ou seguir junto com os outros.



Peço desculpas por ter-me estendido no prazo. Fico à disposição depois para o debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Dr. José Roberto. Deixo uma pergunta para o debate, sobre a opção entre ter um percentual do PIB ou um valor *per capita* por aluno.

Bem, em seguida, ouviremos o nosso ex-colega, ex-Ministro Walfrido dos Mares Guia. Quer falar daí? Está confortável ou quer trocar?

O SR. WALFRIDO DOS MARES GUIA - Está bom aqui. Obrigado.

Sr. Presidente, Deputado e caro amigo Gastão Vieira, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, meus companheiros aqui da Mesa, eu agora vou mudar um pouco o eixo, porque nós ouvimos duas apresentações. Para mim, foi muito interessante ver esse desnudamento da questão do pré-sal, e é a primeira vez que eu posso dizer que tenho informações mais relevantes sobre a questão. E achei muito importante essa análise que o Prof. José Roberto fez aí, sobretudo do crescimento da carga tributária e da quantidade do crescimento dela que veio para a educação. Mas eu queria, como vou falar sobre gestão da educação e em que isso pode ajudar a melhorar a educação do País, partir da premissa de que nós tivéssemos os recursos adequados.

Nós não temos, e temos de lutar muito por eles, e essa luta é permanente; ela não vai ser só durante algum tempo, não, ela vai ter de ser pelo resto da vida, para conseguirmos mais recursos para a educação. E nós já melhoramos muito em relação ao que tínhamos 20 anos atrás. Há 20 anos eu era Secretário da Educação de Minas Gerais; exatamente no mês de julho havia 3,5 meses que eu havia assumido a Secretaria, onde fiquei 8 anos; depois eu vim para cá, para o Congresso Nacional, fiquei 4 anos na Comissão de Educação; tive a honra de em 2001, exatamente 10 anos atrás, presidi-la; e estou aqui hoje para falar sobre educação e sobre gestão num momento especial, em que o Congresso discute o Plano Nacional de Educação, que há 10 anos era discutido pelo Relator Deputado Marchezan. Faço uma homenagem a ele, na presença da pessoa de seu filho, Marchezan Junior, porque ele trabalhou muito na época, e nós colaboramos, na medida do possível.

No momento em que o plano é discutido, há um interesse muito grande. Mas depois que o plano é estabelecido e votado, a gente esquece de fazer o chamado



follow up: o que está acontecendo ano a ano, se as metas estão materializando-se ou não, e por quê, e o que é que está acontecendo, sobretudo com os alunos. Então, o que eu quero, a contribuição que eu acho que posso trazer aqui é pensando no aluno, no professor, na sala de aula e na escola.

Eu queria tomar como base a situação do meu Estado, que é o segundo maior Estado do Brasil, com 20 milhões de habitantes, e que hoje tem mais de 5 milhões de alunos na escola básica, o que é mais ou menos o que tinha no final de 1998, quando terminou o nosso segundo mandato. E eu acredito que nós estamos melhorando. Estamos melhorando até mais do que há 20 anos nós supúnhamos que pudéssemos melhorar. Agora, o fato é que podemos melhorar muito mais, e isso depende também muito das pessoas que estão com a mão na massa, dos gestores, Ministros, Secretários Estaduais, Secretários Municipais, das equipes técnicas, se elas tiverem capacidade sobretudo para olhar, porque tudo acontece é lá, na escola.

Então, se voltarmos 2.050 anos no tempo e prestarmos atenção ao que Cícero dizia, ele que era o maior orador romano, sobre educação, ele apenas perguntava: que maior e melhor presente podemos dar à República que educar e ensinar a juventude? Bom, o fato de ter havido um sujeito genial, 50 anos antes de Cristo, já preocupado com a educação e com o ensino — e é engraçado que ele dizia educação e ensino — é uma grande coisa, mas era um presente. Era um presente, porque as famílias abastadas tinham preceptores, e alguns eram geniais; agora, não tinham um sistema educacional.

Depois de nós andarmos 1.900 anos depois de Cristo, na metade do século passado a sociedade brasileira contentava-se se os alunos aprendessem a ler, escrever e contar. Para isso, bastavam 3 ou 4 anos, e estavam satisfeitos. Em 1950 nós exportávamos café, minério e banana. Então, nós éramos uma sociedade muito acomodada. Não tínhamos demanda. Quando se queria comparar uma empresa, comprava-se pronta, em *turn key*. Uma fábrica de cimento vinha pronta, montava-se aqui, virava a chave e ela funcionava, uma refinaria igualmente. Só que, passados 60 anos, o Brasil é um país completamente diferente, completamente. Em 1950 não existia a PETROBRAS. E lembrem o que nós acabamos de ouvir aqui de um especialista, um engenheiro especializado em petróleo, com quase 20 anos de trabalho na PETROBRAS. Quer dizer, o que este País fez nos últimos 60 anos, isso,



sim, eu acho que é um milagre. E se a gente tiver uma perspectiva otimista, como eu gosto de pensar, eu acho que a gente vê a luz no fundo do túnel mais depressa, não obstante as dificuldades, que estão aí e nós vamos conviver com elas, e o nosso trabalho é resolvê-las, não é?

Quando a gente passa para o finalzinho do século passado, há uma data, que é 1991; nessa data de 1991, na cidade de Jomtien, na Tailândia, parece que houve um momento de reflexão mundial: 155 países, praticamente a totalidade dos países existentes na época, movimentaram-se para a Tailândia, no mês de abril de 1991, para discutir educação de qualidade para todos, educação básica. E essa discussão, naquele momento, foi iluminada, porque parece que a ONU, a UNESCO, o UNICEF, o Banco Mundial e o BID, que patrocinaram esse encontro, conseguiram de fato, de uma maneira objetiva e clara, entender qual era o papel da escola. E depois de 10 dias de debate (nós tivemos três representantes do Brasil lá em Jomtien) produziu-se um consenso, e esse consenso circulou pelo mundo inteiro, e no começo da década de 90 estimulou a todos nós Secretários de Educação do País e o CONSED, Conselho Nacional de Secretários de Educação, que eu tive a oportunidade de presidir por 2 anos, a pensar naquelas situações. Daí surgiu uma série de conceitos que hoje já estão estabelecidos.

E o que é que dizia essa carta de Jomtien? Que o papel da escola é o de satisfazer as necessidades educacionais dos alunos garantindo a eles duas coisas; primeiro, os instrumentos básicos da aprendizagem, que são: leitura, escrita, expressão oral, cálculo matemático e solução de problemas. Ora, se a gente perguntar: qual escola no mundo que é capaz de ensinar qualquer criança que não tem um problema mental a ler e escrever em 6 meses? Qualquer uma! O Princípio de Luria, enunciado por um russo, Luria, psicólogo, quase 100 anos atrás, é o seguinte: só não aprende a criança que ao falar adequadamente, no nível de sua idade, tiver um problema mental sério. Ele quis dizer o seguinte: todas as crianças, na hora certa, que é entre 6 e 7 anos, estão aptas a aprender a ler e escrever, desde que falem. Se elas falam é porque ouvem. E elas não nascem sabendo falar, elas aprendem.

Portanto, toda escola deste País nunca poderia ter deixado um único aluno sequer ficar lá 6 meses, 7 meses, 8 meses, 9 meses na primeira série, em que ele



entra com 6 ou com 7 anos, e não sair escrevendo nem lendo, porque isso é natural que eles aprendam, porque já estão falando, e o ato mais complexo que o ser humano pode executar é a fala. É o mais complexo. Eu sou engenheiro químico, não sou psicólogo, mas eu estou repetindo aqui o que os psicólogos, psicanalistas e estudiosos do cérebro humano dizem há mais de 100 anos. Isso está tudo documentado, e não vou fazer uma palestra acadêmica. Eu quero ir ao ponto fulcral: como fazer a escola funcionar, o aluno aprender e o professor ter motivação e trabalhar com reconhecimento?

Muito bem. Em Jomtien, então, disse-se: primeiro, nós temos de garantir aos meninos e às meninas, lá na primeira série do ensino fundamental, com 6 anos, ou 7 anos, ou 5 anos, se alguém quiser começar na pré-escola, ler, escrever, melhorar sua expressão oral, fazer cálculos matemáticos — soma, subtração, multiplicação, divisão, potência, logaritmo e tal, lá para a frente; no começo é só isto: números inteiros, números fracionais, números decimais, e isso aprende-se igual água descendo morro abaixo — e solucionar problemas, pensar com a própria cabeça para resolver problemas não de matemática, mas problemas circunstanciais da vida.

Bom, além desses instrumentos, que eu repito: leitura, escrita, expressão oral, cálculo matemático e solução de problemas, que são todos mensuráveis, nós podemos medir isso a cada semana, se quisermos, podemos medir isso a cada semana, a cada mês, a cada semestre, a cada ano. Hoje podemos medir com objetividade, com competência, com sistemas de testes externos, calibrados, que medem detalhadamente sutilezas no aprendizado. O mundo aprendeu a fazer isso, e o Brasil começou a aprender isso nos anos 90 — nunca havia feito antes nenhuma medição nem avaliação da aprendizagem. Podemos medir e acompanhar com a mão no pulso se as crianças, na idade certa, na hora certa, estão aprendendo a fazer aquilo que é direito deles, o dever que nós gestores temos e que a Constituição exige e garante, entregar o currículo e fazê-los aprender.

Segundo Jomtien, para a satisfação das necessidades básicas do aprendizado, a escola tinha que garantir, além dos instrumentos, os conteúdos essenciais da aprendizagem. Então, temos duas palavras-chaves: instrumentos e conteúdos. Quais são os conteúdos: conhecimento, atitudes, habilidades e valores, porque estamos ensinando seres humanos.



O conhecimento é a parte mais fácil, porque pegamos essa montanha gigantesca que é o conhecimento humano e tiramos de lá meia dúzia de grãosinhos para ensinar um pouco de Geografia, de História, de Matemática, de Ciências, de Português. E aquele negócio é uma fração mínima desse monte de coisas maravilhosas que é o conhecimento humano, e isso vai sendo apresentado para os alunos ao longo de anos, numa sequência que normalmente a lógica chama de currículo. Uns alunos aprendem com tremenda facilidade quando têm bons professores, e outros têm uma dificuldade enorme de aprender quando a pedagogia e a didática não funcionam.

Mas o conhecimento é o mesmo, a maioria dele foi descoberto lá atrás — porque a soma, a adição, a subtração, a multiplicação, a radiciação, a exponenciação, o logaritmo, a derivada, o cálculo integral, isso foi descoberto 150, 200 anos atrás. O sistema planetário, a história do País, as guerras, como nasceram os outros países, as navegações, isso tudo ocorreu coisa de 400, 500, 600, 300, 200 anos atrás, muito pouca coisa é moderna. Mesmo assim, as crianças aprendem e estão ávidas para chegar em casa e contar aos pais aqueles adicionais, aqueles acúmulos diários adquiridos por meio da sua professora primária.

Muito bem. Somos capazes de garantir isso nas nossas escolas hoje? A pergunta é esta. As nossas escolas hoje são milhares. No meu Estado, na rede estadual, à época, tinha 6.100 escolas e 4,2 milhões de alunos; a rede municipal tinha menos de 1 milhão. Depois do FUNDEF — graças a Deus, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o FUNDEF, e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o FUNDEB —, isso mudou, as redes municipais cresceram, as redes estaduais puderam ampliar o ensino médio, e hoje podemos dizer que 98% ou 99% das crianças de 6 a 14 anos estão na escola. E essas escolas estão espalhadas. Em Minas Gerais há mais ou menos 4,5 milhões ou 5 milhões de escolas estaduais, mais de 9 milhões de escolas públicas, e 20 milhões de habitantes.

Pensamos o seguinte: na hora em que lemos isso e vamos ver a Constituição do País, a Constituição do Estado, a Lei Orgânica dos Municípios, a documentação legal das Secretarias de Educação Estadual e Municipal, supondo que estejamos



trabalhando no melhor dos mundos, com absoluta integração, sem nenhum problema de um conversar com outro com naturalidade, o que está acontecendo dentro da escola? Aí é que começa o problema, porque a escola nunca foi autônoma, nunca foi da comunidade, ela sempre foi do Governo, ela sempre foi estatal. Ela nunca, na sua longa caminhada, foi capaz de autogerenciar-se a partir de uma norma legal, não é uma norma anárquica. Toda a modelagem legal — desde a Constituição à Lei de Diretrizes e Bases, às Constituições Estaduais, à legislação estadual, às normas dos Conselhos Estaduais de Educação — está muito bem demarcada, para que a escola possa conquistar sua autonomia, de tal maneira que a direção da escola possa representar uma comunidade educativa, comprometer-se com ela, com metas concretas que satisfizessem as necessidades educacionais de Jomtien, com a garantia da entrega dos instrumentos, dos conteúdos e do papel da escola, que é educar o cidadão. A educação do cidadão passa pelo nosso exemplo como educadores dentro da escola.

É muito mais fácil o aluno ver as atitudes do professor, do diretor e dos funcionários da escola, perceber o respeito que eles têm pelo aluno, o ambiente saudável da escola, porque tudo isso vai ensinar muito mais a ele sobre atitudes do que qualquer texto que ele vier a ler. Estou falando de ser justo no tratamento dado ao aluno, do afeto em tratar, sobretudo, a criança, e não defenestrá-la perante as outras em razão do primeiro erro que cometer. Ao contrário, a afeição do professor ou da professora nas séries iniciais vale muito mais que todo conteúdo ou doutorado que ele possua.

Estou dizendo isso porque o afeto, naquela hora, é alimento para a autoestima, e é a autoestima que rege a vida. Então, uma criança sem afeto na escola tem um pedaço do seu coração rasgado, isso interfere na autoestima dela. Essa criança é impelida a não ter sucesso.

O que a escola fazia até muito pouco tempo atrás? No começo dos anos 90, de cada 2 alunos que ingressavam na 1ª série do ensino fundamental, um deles repetia. Em 1991, de cada cem alunos que deveriam se formar, porque entraram 8 anos antes, somente 24 conseguiam formar-se. Todos os outros repetiam o ano uma, duas, três ou quatro vezes. Dos cem alunos que ingressavam, 8, 9, 10, 12, 13



ou até 14 anos atrás, até com cinco repetências, nós conseguimos formar menos de 42% dos alunos há 20 anos.

O que tínhamos era uma máquina de formação de analfabetos. Mais da metade dos alunos que ingressavam na escola e nela permaneciam, às vezes, por 13 ou 14 anos, mal conseguia formar-se na 8ª série. A maioria saía, mas, com 3, 4, 5 ou 6 anos de escolaridade, iria conseguir o quê? Saía e rezava para alcançar um dia um emprego de salário mínimo.

Em outubro de 1991, no Dia do Professor, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais resolveu fazer um seminário sobre educação. Convidou o Senador Fernando Henrique Cardoso para fazer a abertura do seminário. Ele começou — eu era Secretário da Educação e estava presente — da seguinte maneira: a mão de obra não qualificada doravante não será mais explorada, será abandonada. Nenhuma organização, nem estatal, nem privada, tem o menor interesse em dar emprego a uma pessoa desqualificada.

Vinte anos depois, vejamos o que acontece. A Polícia Militar de Minas Gerais abriu, há 6 meses, concurso público para preencher 974 vagas de soldado. O salário inicial era de R\$1.600,00. Apareceram 160 mil candidatos. A exigência mínima era 2º grau completo, ensino médio completo, portanto toda a escolaridade média completa. Vinte anos atrás não se conseguia encontrar uma quantidade de candidatos com 2º grau completo, talvez, em todo o Estado. Há 20 anos nós tínhamos 300 mil alunos no 2º grau. Dez anos depois, temos 1,3 milhão no hoje chamado ensino médio.

Então, mais do que a qualidade da educação, a garantia da educação que é dada à criança pela Constituição, o direito dela de existir e ser, de tornar-se cidadão, parte disso tudo é de nossa responsabilidade, de dentro da escola. Se a criança não tiver esse conjunto de instrumentos que eu mencionei, como saber ler, saber escrever, saber falar, saber usar as operações básicas, ter o mínimo de capacidade para resolver problemas, ter algum conhecimento para enfrentar as situações da vida, ter alguma habilidade e, sobretudo, a preservação dos valores que a nossa sociedade quer que todos tenham e perpetuem... E, repito, tudo isso é dado pelo exemplo, pelo funcionamento da escola, pelo rigor, pela disciplina, pelo respeito, pela afeição, mas também pela organização da entrega do currículo, que é a



maneira de o aluno aprender a aprender. Quanto mais ele aprender a aprender, mais ele vai desenvolver aquele esquema de muita informação. Sem saber como aplicar, isso vai saindo aos poucos, ainda mais por causa nos novos instrumentos, para que os alunos possam aprender a aprender. Porque a coisa muda com tal velocidade que se ele não aprender a aprender, ele fica obsoleto 5 anos depois de ele ter-se formado em qualquer lugar.

Então, ele tem que saber buscar a informação e lidar com ela, por mais simples que seja. Antigamente, nós recoríamos ao dicionário, à Enciclopédia Britânica, à Barsa, às pequenas bibliotecas, quando existiam, para ler os livros, e, hoje, com a facilidade tecnológica, os computadores, a Internet, essa fantástica revolução, a vida do professor e da escola foi facilitada. Mas isso tudo não substitui os professores. Podem colocar pilhas de computadores nas escolas que os alunos saberão usá-los até para seu deleite e para brincar, mas não é tão simples para eles aprenderem, para buscarem o conhecimento e desenvolverem conteúdo de todas as matérias.

Se entendemos que garantir que o aluno receba, aprenda e use todas essas coisas ao longo de, no mínimo, 15 anos que ele vai passar na escola, se ele tiver 2 de pré-escola, mais 9 de ensino fundamental, mais 3 de ensino básico, estamos falando de, no mínimo, 14 anos. Mas nós queremos que ele tenha 4 ou 5 anos de pré-escola, a educação infantil começando logo após o berçário, e depois ele pode ir para a universidade. Eu não vou falar sobre ensino superior nem 1 minuto, mas faço apenas um comentário, porque há uma mudança tão grande de paradigma que, a partir do final do ano passado, quando foi criado o fundo garantidor do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior — FIES, não existe hipótese de qualquer jovem brasileiro que tenha completado o ensino médio e tenha feito o Exame Nacional do Ensino Médio — ENEM não estudar em alguma faculdade, ou universidade, ou instituição de ensino superior.

Se ele não conseguir passar numa prova da federal, se ele não conseguir uma vaga no Programa Universidade para Todos — PROUNI, porque está muito bem no ENEM, ele pode conseguir um financiamento que extraordinariamente busca a equidade social, em que pagará 50 reais por trimestre enquanto estudar, terá um ano e meio de carência. Depois ele terá o triplo do tempo que estudou, mais 1 ano



para pagar o financiamento, com juros de 3,4%. E se ele tiver renda familiar abaixo de 1,5 salário mínimo, ele não precisa de avalista, nem de garantia, o próprio Governo garante.

Ou seja, um rapaz de 18 anos, filho de um lavrador, que completou o 2º grau, que tem boa nota no ENEM, pode estudar Medicina numa faculdade, desde que ele tenha bom nível no ENEM — porque as faculdades de Medicina são muito demandadas e são caras, quando não são públicas, não são estatais —, pode fazer um curso de 6 anos, e, depois de um ano e meio de formado, terá 19 para pagar. Se a mensalidade dele for 3 mil reais, ele pagará menos de mil reais, um ano e meio depois de formado.

Então, sobre a circunstância dessa equidade hoje, para poder continuar os estudos num nível tecnológico, num nível universitário de 4, 5 anos, depois nas especializações *lato sensu*, na pós-graduação *stricto sensu*, no doutorado e no pós-doutorado, o Brasil abriu as portas. Nós avançamos muito mais nessas áreas do que na área do ensino básico, onde ainda perduram as nossas dificuldades.

A primeira vez que um sistema educacional na história do Brasil universalmente avaliou os alunos de um sistema inteiro foi em Minas Gerais, em 1992. Ninguém sabia fazer isso. A Fundação Oswaldo Cruz, em São Paulo, era a única que tinha algum conhecimento sobre avaliação externa de um sistema educacional.

A partir de 1995, isso virou política pública. E houve uma mudança radical, na hora em que podemos fazer anualmente determinada série num ano, outra série em outro ano. Eu me lembro de que o Prof. Ricardo Paes de Barros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, foi a Minas Gerais, em 1993, coletar os dados dessas avaliações, porque foi a primeira vez que nós tivemos oportunidade de avaliar o sistema educacional universalmente, e não por amostragem, porque a avaliação por amostragem não se faz por escola, mas pelo sistema. Então, o gestor do sistema pode ter uma ideia se o sistema for nota 3, nota 4, nota 5, ou nota meio. Mas esse não é o problema. O problema está na escola. Qual é a *performance* dos alunos da escola, comparada com a dos alunos de outras escolas da mesma cidade, ou comparada com os alunos das escolas da mesma região, ou com os alunos das escolas do Estado e do País? E se aquela escola for a pior em 5 mil? Ninguém



sabia. Era feito um voo cego. A única coisa que nós sabíamos era que quanto mais pobre o local, pior é o ensino. Quanto mais rica e mais desenvolvida for a escola, melhor é o ensino. O que significa melhor ou pior? Melhor, na escala de 1 a 10, era 5,5. E o pior era meio ou zero. Havia escolas em que os alunos não sabiam de nada quando fizemos a avaliação. E as perguntas feitas eram as mais banais.

Às vezes o aluno não conseguia resolver um probleminha de matemática, como somar cinco mais sete, porque ele não tinha um português suficiente para traduzir ou para entender a sentença que na matemática era “cinco mais sete, igual a doze”, mas ele não conseguia entender para concluir que eram doze.

Muito bem. O que fazer? O que fazer é estabelecer políticas públicas a partir do gestor. Vamos dizer, um Estado... . Eu vou falar mais do Estado, mais da Prefeitura e menos da União, porque o Ministro da Educação, por mais brilhante que seja, porque o MEC, por mais qualificado que seja, não têm um só aluno de ensino fundamental ou de ensino médio sob sua responsabilidade, sob o ponto de vista estatístico. Esses estudantes são alunos das redes estaduais e das redes municipais. Portanto, o Ministro pode estabelecer estímulos, pode organizar repasse de dinheiro, pode pegar uma parte da cota federal do salário educação e mandar diretamente para a escola, pode descentralizar a merenda escolar para o nível da escola, se for preciso, mandar livros didáticos para a escola ou dar a ela dinheiro para comprar os livros, mas nada disso funcionará se, dentro da escola, não tiver uma gestão autônoma.

E o mesmo ocorre com o Secretário da Educação. Mesmo que ele tenha uma bola de cristal para lhe dizer quais são os diretores das 500, 5 mil ou 6 mil escolas do Estado, da região, ou da sua cidade, mesmo que ele tenha uma bola de cristal para dizer quais são as melhores, se os procedimentos forem impostos pelo sistema governamental e, em alguns lugares, mais do que o sistema governamental, pelo clientelismo, a situação fica pior ainda.

O que eu quero dizer às Sras. e aos Srs. Deputados, fruto de uma experiência que foi medida... Está aqui presente o Deputado Eduardo Barbosa, que é médico, meu companheiro e amigo, que participou dos trabalhos na condição de Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em Pará de Minas. Aliás foi por



causa daquele reunião que aprendemos a fazer uma política pública para a APAE, por meio de uma sugestão dele.

Outro Deputado que estava presente e nos acompanhou com um olhar crítico foi o Deputado Gilmar Machado, do Triângulo Mineiro, do PT, de oposição a nós, e hoje é dos grandes amigos que tenho neste Congresso, a quem presto as maiores homenagens, pois foi um dos meus maiores apoiadores quando eu era Ministro do Turismo, no que diz respeito às verbas do Congresso Nacional.

O que nós fizemos? Nós fizemos uma discussão para ir ao encontro da solução de problemas. Estabelecemos quatro políticas públicas: 1 - autonomia da escola. Quebrar todos os grilhões possíveis com o clientelismo, com o mandonismo, com a manipulação, com todo tipo de desrespeito à escola, para que a escola tivesse um diretor ou diretora capaz de entrar pela porta da frente, escolhida pela comunidade educacional, após passar numa prova feita por entidade que não levantasse nenhuma suspeita. No nosso caso, a Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. E que as duas ou três pessoas que passassem numa seleção competitiva, as duas ou três primeiras classificadas, pudessem ser eleitas pela comunidade educativa. No caso dos alunos com mais de 16 anos, o pai ou a mãe do aluno, um ou outro, votando, os funcionários e os professores, sem peso, porque quem sustenta a escola no Estado, como disse o Sr. José Roberto Afonso, no Estado, é o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. E, lá em Minas Gerais, na época, o ICMS era 83% da receita líquida do Estado de Minas Gerais. Era o ICMS.

Gostei muito de você ter dito isso aqui, porque todo mundo entendeu mais claramente do que no momento em que falei. Quanto mais pobre é a pessoa, mais ela paga imposto. Ele paga imposto sobre o leite, a carne, o remédio, a água, a energia, o transporte, a roupa, a sandália havaiana, o tênis, sobre tudo. Ela paga imposto sobre tudo, que é o ICMS. E são 18% sobre o preço.

Então, esse cidadão, essa cidadã que tem um filho lá é o dono da escola e ninguém nunca perguntou para ele nada. Nunca! E ele ficava satisfeito, porque o filho dele estava estudando, ainda comia na escola, de vez em quando, tinha lá um tratamento dentário, tinha vacinação. Mas nós nunca vimos uma marcha dos pais e



das mães na direção de uma determinada escola pela ruindade e pela má qualidade eventualmente da educação que ela oferecia aos filhos dessas pessoas. Nunca! Nunca! Estamos longe de ver ainda, enquanto a escola não for da comunidade, em vez de ser do Governo, de ser pública, estatal.

O primeiro passo a ser dado pela escola é buscar autonomia. Como dizia o Moacir Gadotti, o primeiro passo para a escola se tornar cidadã é garantir que a comunidade educativa escolha seu líder entre os professores que lá estão: os concursados ou aqueles que estão lá há 3 ou 4 quatros anos trabalhando mesmo com contratos não definidos. Todavia, há professores que adoecem, que se aposentam, que são transferidos e nem sempre tem um lá no local concursado para entrar no dia seguinte, mas aluno não pode ficar sem aula.

Então, a autonomia da escola passa por dois vieses: pelo fortalecimento da direção da escola e pela escolha de uma diretora ou de um diretor que tenha mandato. Ninguém pode tirar esse mandato dela ou dele, a não ser a própria comunidade, a fim de conduzir a escola perante o Plano de Desenvolvimento Educacional, PDE, que ela vai construir com os professores, alunos e pais; alunos das diretrizes da Secretaria de Educação, para se comprometer com metas, com estatísticas, com sucesso dos alunos, não apenas com ingresso, mas com a permanência e com o sucesso, de tal maneira que, se ele é um aluno normal, não tem nenhuma deficiência mental, por que 8 anos depois ele não pode estar formado na 8ª série do ensino fundamental? Por quê? Por quê?

E se ele não estiver indo bem, o que a escola pode fazer dentro dela mesmo com as condições básicas e simples que ela tem? Obviamente não sou nenhum ingênuo de achar que as escolas públicas brasileiras têm todo um aparato, mas não estou falando de um aparato, estou falando é de um posicionamento, que, se tem um professor na sala de aula, mesmo que ele não tenha podido passar no concurso, que se dê atenção àquele professor, porque ele é a chance de aquele aluno aprender. Portanto, ele tem que ser olhado, tem que ser valorizado, tem que ser respeitado, tem que ser estimulado, tem que ser aplaudido e tem que ser empurrado para a frente, para ele poder ser cada vez melhor. Isso por uma única razão: quais são os melhores professores que nós temos no Brasil? São os professores do Brasil,



não são os da Argentina, nem do México, nem da China, são os nossos, é com eles que temos que conviver.

Custei a aprender isso, porque eu trabalhava na iniciativa privada, desde 1966, tem 45 anos, e a nossa escola era uma escola de elite. Então, nós já recebíamos o aluno prontinho, desnatado, na idade certa. Então, quando íamos buscar professores, fazíamos concurso, e até pela cor do olho se podia contratar. Mas, na escola pública, é completamente diferente, lá é o povo, e a escola é pública, universal, gratuita. E a única chance que aquela criança tem de adquirir uma possibilidade de competir no futuro é se nós garantirmos a ela as condições básicas de aprendizagem, que é isto: instrumentos e conteúdos essenciais da aprendizagem.

Autonomia da escola é consubstanciada na eleição de um colegiado autônomo, colegiado com a maioria de pais, representação de professores e funcionários, também com mandato igual ao do diretor, de 3 anos, com poder deliberativo. Se não tiver poder deliberativo, não percam tempo, porque simplesmente chegar lá para dizer para o pai que aconteceu isso e aquilo... Manda uma carta então, pelo menos, e pronto! Não perco tempo! Agora, queremos ouvir a opinião dos 10 ou 12 eleitos no meio de mil sobre o seguinte: acabamos de receber uma verba para consertar a escola. Vamos fazer aqui uma licitação simplificada. Vamos pedir três propostas ao Sr. José, ao Sr. João e ao Sr. Pedro, que sabem lidar com construção. Três aqui serão designados para olhar isso, fazer uma ata simplíssima. Devemos delegar à comunidade responsabilidade, porque eles podem opinar na administração da escola e sobre como gastar os poucos recursos financeiros. Eles devem pelo menos ter esses recursos, porque, se tiver uma válvula de descarga estragada, ela não vai jorrar até que o Governador mande consertar. Se tiver uma cadeira quebrada, a diretora terá dinheiro para atravessar a rua, comprar uma cadeira e botar lá, e a Secretaria de Educação não terá que fazer uma licitação para comprar 10 mil cadeiras, o que demora 6 meses e, enquanto isso, o aluno fica em pé.

Enfim, a escola funciona no seu dia a dia com pouco dinheiro, permanentemente lá na caixa escolar, liderado pela diretora, mas fiscalizado pelo colegiado.



O colegiado seria, digamos, composto por todos os pais, para apoiar a diretora. Se conseguirmos fazer uma caixa escolar simplificada, descentralizada e desburocratizada — porque há tudo quanto é empecilho que os senhores podem imaginar para isso, inclusive pedido de prestação de contas pelo Tribunal de Contas de 1 real gasto para comprar um litro de água —, ganharemos a primeira fase da batalha.

Qual é a segunda fase da batalha? Tendo autonomia, avaliação. O sistema...

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - A sua exposição está brilhante. Porém, nós temos de sair por um instante para ir votar, mas, em seguida, retornamos para cá, uma vez que estão nos chamando ao plenário, porque não há *quorum*.

Eu, pelo menos, estou encantado, porque fui diretor de escola, e parece que o senhor está falando da escola que dirigi há trinta e tantos anos. Mas eu vou voltar, porque estou gostando demais da sua exposição.

O SR. WALFRIDO DOS MARES GUIA - Sintam-se à vontade, Sras. e Srs. Deputados. Eu estou em casa, matando a saudade de muitas pessoas.

Continuando, autonomia. O segundo princípio da política pública é a equidade, e, por incrível que pareça — Marcio, você preside o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, e faz extraordinário estudo sobre a mobilidade social —, ela não prevalece na educação. Custou a entrar na minha cabeça a questão da equidade quando eu estava liderando o sistema, até que eu li um texto de Ruy Barbosa, por sinal muito simples, que dizia: *“Equidade é tratar os desiguais desigualmente”*. Se tratarmos os desiguais igualmente, cristalizamos a desigualdade. E como fazemos isso? Eu perguntei ao IPEA de Minas, que era a Fundação João Pinheiro, como eu fazia para mandar dinheiro para a escola? Todo o dinheiro do salário-educação, que na época nós recebíamos com 3 meses de atraso, com inflação de 30% ao ano - perdíamos um terço de cara -, mandávamos para a escola, que tinha o direito de comprar com ele o que quisesse, até um ônibus, desde que com a aprovação do colegiado. Mas, pela legislação, ela era impedida de comprar até uma panela de 10 litros, porque era considerado material permanente. A legislação era tão obtusa que os materiais permanentes tinham que ser



comprados centralizados, lá na Praça da Liberdade, e os materiais de consumo podiam ser comprados pela escola. O que ela podia comprar? Vassoura, giz, pano de chão. Acabamos com tudo isso. Ou seja, se a comunidade tivesse recurso e, no repasse do salário-educação, precisasse comprar um ônibus escolar, ela poderia fazer um acordo com a Prefeitura, comprar um ônibus e, depois, a Prefeitura disponibilizaria o motorista. E assim muitas escolas rurais conseguiram levar alunos cada vez mais para dentro delas, por causa dessa descentralização.

E a equidade, possibilitando a distribuição desigual dos recursos, faz brutal efeito, porque a escola que está ali na região sul, onde há asfalto, água, luz, tudo, teoricamente precisa de recursos bem menores do que uma escola rural, ou um escola da favela, que não têm nada. Qualquer coisa que se coloca lá é uma festa.

Meu tempo já se esgotou, mas vou me concentrar em 5 minutos.

Portanto, são três as políticas públicas: autonomia em primeiro lugar, equidade em segundo lugar — talvez o Marcio possa falar sobre isso na sua exposição, porque é um problema fundamental — e a avaliação em terceiro lugar.

Eu dou nota 10 à avaliação feita pelo MEC desde o dia em que ela começou, porque só pelo fato de ela ter começado, podemos melhorar, porque nós melhoramos é o que já existe. E o conceito da qualidade é o incremento, é a melhoria permanente do que se está fazendo. E a cada dia que passa o sistema será mais refinado, mais competente, mais sintonizado com a realidade. E no momento em que ele passou a existir de maneira formal, nós temos hoje como usar essa informação e tirar todos os *inputs* necessários para tomarmos uma decisão.

Mas os Estados e Municípios que têm a rede devem fazer a avaliação universal. Não adianta fazer avaliação amostral, porque dessa forma não saberemos onde está o problema. Quando se faz a avaliação universal, avalia-se cada escola, porque o conjunto de alunos de determinada série responde no mesmo dia o mesmo teste preparado fora da escola em todo o Estado. Se esse teste foi bem feito — e cada vez a feitura deles é melhor —, sabe-se rigorosamente onde está o problema, qual o tamanho dele e o que fazer. Sem isso, é voo cego. Espera-se que dê certo lá. Não se mede, não se cobra, não se toma atitude nenhuma se o aluno passou ou não, tudo fica de bom tamanho. No final do ano, alguém chega para ele e diz: “*Não seria bom você voltar o ano que vem e repetir? Isso vai fazer bem para você.*”



Quando o fracasso fez bem para alguém? Imaginem se tivermos um filho na escola, e a diretora chegar para nós e dizer: *“não, é melhor ele repetir. Vai ser muito bom para ele”*. Por que um aluno de 8, 9, 10 anos vai repetir de ano porque não sabe somar 7,3 mais 4,2, não sabe que a Capital da Mauritânia é Nouakchott, e o aluno leva bomba por causa disso? E ninguém vê se esse sistema de avaliação funciona ou não, porque é cada um por si e Deus por todos. Deu a prova, deu a nota, entregou na secretaria, foi embora de férias, e o pobre coitado do aluno que se dane.

A escola tem de ter autonomia para ter a corresponsabilidade de enxergar cada aluno como ser humano, e ela tem responsabilidade com ele e a família desse aluno tem responsabilidade com ela, na escolha do diretor, no acompanhamento do colegiado, no aplauso e na cobrança, nas reivindicações na hora da eleição, votar em quem valoriza a educação, votar em quem cumpre os compromissos com a educação, e assim sucessivamente.

Então, o sistema de avaliação é uma pedra de toque, sem a qual nós não temos nada, só intenções. Algum de nós vai supor que um professor na sala de aula, por menos que ele ganhe, vai querer dar uma aula esculhambada só porque ele ganha mal?

Quando eu estive na China, em 1993, na condição de Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, o CONSED, junto com o Ministro Murilo Hingel, na Conferência Mundial de Educação para Todos, na Praça da Paz Celestial, visitamos, durante 11 dias, mais de 100 escolas, desde as localizadas na capital até as das capitais regionais, das cidades pequenas, das províncias e dos distritos. E vimos professores que ganhavam 30 dólares, e havia 300 milhões de alunos estudando, com livro velho, 60 alunos na sala de 1ª série do ensino fundamental, e o sistema funcionando.

Então, não podemos dizer que em um país pobre a educação é ruim porque o professor ganha mal. Nós podemos dizer o seguinte: a educação pode ser ruim porque ninguém cobra nada de ninguém. E depois botam a culpa no professor que está na sala de aula, para matar a cobra e mostrar o pau, bater o *corner* e cabecear não é possível, é pedir ao jogador que bata o *corner*, jogue a bola lá nas alturas a



tempo de ele correr para cá, cabeceá-la e ainda marcar o gol. Não é possível! Por isso tem que ter um sistema.

E essa avaliação mostra que o professor está ensinando ali com o quê? Com o livro didático que ele tem, com o currículo que a escola escolheu, com a ampliação do currículo que eventualmente ela tenha adotada, com a pedagogia de alguém que foi lá para ajudá-lo, com a supervisora, com o supervisor, com o superintendente educacional, com a orientadora educacional, tem alguém para ajudá-lo. Hoje há muito mais, porque tem Internet, existe o ensino a distância. Mas há 10, 15 anos não havia essa possibilidade. E, mesmo com essas facilidades, não significa que ganhamos a guerra.

Se me dissessem: *“você tem o direito de falar duas palavras e ir embora”*. Eu diria: autonomia e avaliação e iria embora. Se a escola não tiver autonomia e esta autonomia não for institucionalizada e, portanto, podendo responsabilizar os gestores da escola pelos instrumentos que eles dispõem para fazer as coisas acontecerem e avaliar o desempenho da escola, nós ganhamos 90% da guerra.

Por final, para a escola ser chamada de escola, a quarta política pública: a primeira a autonomia, a segunda a equidade, a terceira a avaliação e a quarta a garantia dos padrões básicos, para podermos chamar aquele prédio de escola.

Além de ter um edifício corretamente organizado para ser escola, com toda a simplicidade, sem nenhum luxo, que a sala de aula seja uma sala de aula, que a biblioteca tenha pelo menos os livros básicos, que cada sala de aula das crianças da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries do ensino fundamental, em um cantinho, tenha um prateleira com 35 livros, porque são 35 alunos. Cada um pode ler um livro por semana ao longo do ano e um contar história para o outro, se a professora incentivar. Isso vale mais do que vitamina na veia para a pessoa aprender a ler, escrever e ter gosto pela leitura. A professora primária na sala de aula no momento de leitura vale mil vezes mais do que ele ficar 5 horas em frente à televisão ou lendo coisa que não serve.

Então, a garantia dos padrões mínimos é a escola, os cantinhos de leitura na sala de aula, a biblioteca, os laboratórios e a quadra. Eu nem falo de comida porque a alimentação é na escola e não da escola. Não é obrigação precípua dela dar comida para as crianças. Ela tem que dar uma outra comida chamada cidadania, que é feita pela educação. A comida tem que ser garantida por uma instituição que



pode ser ela mesma, desde que ela queira, mas não é da escola, não faz parte dela. É um espaço que deve estar bem arrumadinho para a comida quentinha chegar lá e os meninos se alimentarem. As necessidades deles têm de ser satisfeitas. Alimentados eles poderão aprender melhor, mas a questão educacional é que conta.

A escola tem que ter um corpo docente, já tem a diretora, o diretor escolhido da forma mais legítima, ela tem um corpo docente e ele tem que ser sistematicamente preparado. Nós não podemos admitir que um professor seja jogado em um distrito de uma determinada cidade longe da capital, ou na própria capital, e passe 5, 6, 7 anos sem um treinamento de 20, 40 horas por ano. É inadmissível isso.

Eu me lembro que estabelecemos a meta de que 2% da folha de pagamento de todos os professores do Estado seriam o quanto nós íamos investir no treinamento e na capacitação. A média dos 10 anos anteriores era de 0,19. Nós multiplicamos por 10 não como uma vitória, é porque era tão pouco que o multiplicador foi por 10, mas com 2% dá para fazer 25 a 30 horas de treinamento anual bem feito para melhorar paulatinamente o desempenho do professor em relação a conteúdos e em relação à entrega, por quê? Porque a escola tem um currículo, tem os livros didáticos, tem o professor, quem garante que isso é uma orquestra afinada? Que ele vai lá entregar para o aluno o conteúdo e o aluno vai aprender?

Então, isso faz parte da garantia dos padrões. Isso é feito por meio do que chamamos de plano de desenvolvimento da escola. Toda escola autônoma com avaliação externa, com recursos distribuídos por equidade pode fazer um documento de 4, 5, 6 páginas, compartilhar aquilo com o colegiado, aprovar com os pais, que é o plano de desenvolvimento da escola para aquele ano, para aquelas turmas, para aquelas matérias, para aquelas séries com objetivos e com metas, sabendo o fracasso eventual do passado, quantos alunos perderam, diminuir a repetência, melhorar a aprovação, garantir a permanência do aluno e buscar o que nós todos queremos: transformar o aluno em cidadão. Oferecer para ele o que a Constituição manda e que lá em 1991 Jomtien pela primeira vez, de tudo que eu conheço, conseguiu escrever de uma maneira simples e objetiva o papel da escola:



satisfazer as necessidades básicas dos seus alunos, garantindo os instrumentos da aprendizagem e os conteúdos essenciais à educação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Ministro Mares Guia.

Fechando essa parte de exposição da Mesa de hoje, com a palavra o Excelentíssimo Sr. Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Dr. Marcio Pochmann.

O SR. MARCIO POCHMANN - Nossas saudações a todos que nos acompanham em mais esta sessão de debate a respeito do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação. Saudação especial aos colegas da Mesa. Nossos cumprimentos aos Srs. Deputados, especialmente ao Presidente da Mesa, Deputado Gastão Vieira.

A educação constitui um mundo complexo que pressupõe ser atendido por uma visão ampla e sistêmica, acima das contribuições de suas especificidades. Por isso, quero cumprimentar todos os membros desta Comissão Especial pela coragem e pertinência de realizar esse diálogo aberto e democrático, ao contrário de alguns poucos que acreditam ser possível transformar a nossa educação apenas e tão somente a partir de um gabinete, de uma perspectiva autocrática. Fico feliz, portanto, em nome do IPEA, de estar aqui participando desta Mesa de discussão.

Como sabemos, a educação constitui parte do conjunto das políticas sociais que permitem a promoção e o aproveitamento das capacidades e oportunidades geradas pelo desenvolvimento.

No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, houve a abertura de uma perspectiva que somente se consolida nesta primeira década do século XXI, que foi a constituição da economia social, que apoia e sustenta a nova macroeconomia do País. O gasto social e a educação, em especial, não podem mais ser considerados apenas e tão somente despesa, mas fundamentalmente como parte incluída de um novo ciclo virtuoso, que é um pouco o que nós vamos procurar abordar nesta breve exposição que trata do financiamento da educação para o desenvolvimento.

Nossos tópicos a serem tratados dizem respeito em primeiro lugar à virtuosidade do gasto público em educação, uma nova visão da educação brasileira;



em segundo plano, à universalização do acesso à educação, ainda incompleta, e, em terceiro lugar, ao aumento da qualidade da educação, que também é fundamental do ponto de vista do recurso. Para atingir o ensino universal e de qualidade deve-se aumentar os recursos. Portanto, a nossa defesa aqui é que é necessário aumentar os recursos, pois do contrário jamais alcançaremos a universalidade acompanhada da qualidade.

No primeiro item, referente à virtuosidade do gasto social em educação, começamos a apresentar de uma forma muito simplificada o ciclo econômico do gasto público em educação. Nossas estimativas realizadas a partir de um grupo de especialistas, estudiosos do IPEA que se debruçam sobre o tema há muito tempo, nos permitem dizer que a primeira constatação é de que cada 1% do PIB gasto com educação gera um efeito multiplicador equivalente a 1,85% de crescimento do PIB ou o equivalente a 1,7% do aumento da renda das famílias.

Portanto, quando estamos falando de gasto em educação, estamos falando de sustentação da expansão econômica do País e ao mesmo tempo de sustentação da renda das famílias.

Esse modelinho é muito simples porque analisa, do ponto de vista do recurso, o que está por trás do recurso e do ponto de vista da educação, fundamentalmente, os gastos com o pessoal, os técnicos, os profissionais da área social e, ao mesmo tempo, o consumo intermediário envolvido na educação, como bens e materiais de consumo necessários aos serviços.

Há uma estimativa de cerca de 2,9 milhões de empregos gerados diretamente pelo gasto em educação. Os bens e serviços equivalem, entre outros aspectos, a 110 milhões de livros/ano, 7,3 bilhões de merendas escolares/ano, remédios, material de escritório e rendimento, entre outros bens. Portanto, a nossa estimativa é de que para cada 1% do PIB de aumento do gasto social eleve-se o crescimento da economia nacional em 1,85% e ao mesmo tempo garanta a renda das famílias em 1,7%. Para cada 1% de aumento do PIB da educação, 55% desse 1% volta para o Estado na forma de arrecadação tributária, como foi bem aqui apresentado pelo Dr. José Afonso.

Temos um sistema tributário muito regressivo, de tal forma que a ampliação do gasto social, a ampliação dos salários na rede escolar, a ampliação dos gastos



na rede escolar implicam evidentemente em uma tributação que permite, portanto, que para cada 1 ponto percentual de aumento no PIB em educação se retorne meio por cento do PIB na forma de tributos apenas na educação.

Outro aspecto a ser associado à virtuosidade do gasto social em educação é sobre o seu efeito na distribuição de renda. Estudos realizados por colegas do IPEA apontam o seguinte: por exemplo, para cada 1% de aumento nos juros da dívida, nós ampliamos a desigualdade em 0,1%, ou seja, o impacto do gasto com juros em relação ao Índice de Gini, que varia de 0 a 1, que mede a desigualdade média na renda pessoal dos habitantes de um país. As exportações de *commodities*: para cada 1% de aumento nas exportações de *commodities* nós temos um impacto negativo no aumento da desigualdade de 0,5%. Para cada 1% de investimento na construção civil nós temos um aumento da desigualdade de 0,04%.

Quando olhamos a educação, para cada 1% de aumento na educação, a redução da desigualdade é de 1,1%.

A mesma coisa em relação ao Regime Geral de Previdência Social, 1,2%. Em relação à educação, 1,5% de redução da desigualdade. O Programa Bolsa Família reduz em 2,2% a desigualdade para cada 1% do seu aumento. E o programa de maior efeito distributivo é o Benefício de Prestação Continuada.

Então, temos aqui um aspecto que sintetiza o papel da educação e seus recursos. A análise que podemos fazer é em quatro quadrantes. Quando juntamos o comportamento do Produto Interno Bruto, as suas variações e a variação do Índice de Gini da desigualdade, encontramos a educação, a Previdência, programas como Benefício de Prestação Continuada, Bolsa Família e saúde pública no melhor quadrante possível, pois permite combinar ampliação do produto com redução da desigualdade.

Muito bem. Dito isso, podemos passar para o segundo ponto, que está associado à universalização do acesso à educação, que, nosso modo de ver, encontra-se ainda incompleta. Exemplo disso está nessa tabela, de difícil visualização daqui, certamente — mas, como estou com os dados, estou mais tranquilo.

No que diz respeito à faixa etária de 4 a 17 anos, a população estimada, com base no ano de 2009, é de 46,3 milhões de brasileiros. No entanto, os dados oficiais



indicam que apenas 42,6 milhões de brasileiros frequentam as escolas, nos seus diferentes níveis. Portanto, nós temos um déficit estimado em 3,7 milhões de brasileiros, que se encontram na faixa etária de 4 a 17 anos, fora da escola.

Na faixa etária de 4 a 5 anos, a frequência atinge 74,8% das crianças; de 6 a 14 anos de idade, 97,6%; e de 15 a 17 anos de idade, 85,2%.

Nós até estimamos quanto representaria a inclusão desses 3,7 milhões de brasileiros no sistema educacional, dessa faixa etária de 4 a 17 anos: o equivalente a 9,7 bilhões de reais.

Um aspecto a ser relacionado à universalização incompleta é o reconhecimento que o Brasil alcançou, próximo da universalização do ensino básico, sem aumentar recursos. Talvez essa seja uma das principais razões da manutenção da baixa qualidade do ensino brasileiro. Nós universalizamos as ofertas escolares sem elevação de recursos. É o que permite observar esse gráfico. Ele mostra, por exemplo, que no ano de 1995 o gasto federal representava 1,1% do PIB. E ele entrou numa tendência de queda, que vai até o ano de 2003, quando o recurso federal comprometido com a educação, em relação ao PIB, representou apenas 0,8%. Nós tivemos uma queda do gasto federal, em relação ao Produto Interno Bruto, de 30,1%, no período em que a universalização do acesso ao ensino básico foi ampla. De 2003 para cá, nós entramos em uma fase de ascensão, a tal ponto que a nossa estimativa para o ano de 2010 representava que o Governo Federal estava gastando 1,3% do PIB com educação, o que equivale praticamente ao que Brasil gastava, em relação ao Produto Interno Bruto, em 1995.

Nesse mesmo gráfico vemos a quantidade, em valor constante — portanto, retirado o efeito inflacionário —, das somas monetárias comprometidas. Os senhores podem acompanhar perfeitamente a estabilidade no gasto. Evidentemente, ele perde participação no PIB, porque o PIB cresceu um pouquinho mais. Mas o movimento de expansão do gasto é muito recente, ou seja, diz respeito, fundamentalmente, à segunda metade desta primeira década do século.

O mesmo nós podemos dizer em relação ao gasto total com educação, referente a União, Estados e Municípios. Essa série, infelizmente, só vai até 2005 porque a contabilidade dessas informações não é simples. É um sistema muito



complexo. Os nossos colegas estão trabalhando para oferecer o mais rapidamente possível as informações referentes ao período mais recente.

Mas o que é possível observar nessa tabela é que, entre 1995 e 2005, na verdade houve uma estabilidade. Identificado, em 1995, o valor igual a cem como o percentual do PIB do gasto em educação, nós vamos chegar em 2005 com 101 — 1% de aumento.

Então, essa é uma questão muito importante de ser considerada, pelo fato de que nós fizemos um esforço inegável na educação brasileira, de ampliação do acesso, sem elevação de recursos relativos ao PIB.

E o Brasil gasta muito em educação? Depende de como nós comparamos e com quem nós comparamos. No item 3 vemos uma comparação do Brasil com a OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico dos países ricos, digamos assim: entre 1995 e 2005, houve uma estagnação do gasto com educação no Brasil, relativamente ao PIB. Ele cresceu 2,5% nesse período de 10 anos, pois gastávamos 4% do PIB em 1995 e 4,1% em 2005. Na OCDE, países ricos, com universalização consolidada, com uma educação de nível muito maior do que a nossa, houve aumento da participação da educação no PIB: subiu de 5,1% para 6,1%. Houve um acréscimo, portanto, de 19,6%.

Outras informações que nos ajudam a entender a ampliação do acesso sem elevação da qualidade, certamente associada à inexistência de aumento do gasto com educação. Está associada ao fato de que, entre 1995 e 2009, a taxa de frequência bruta à escola, no segmento etário de zero a 3 anos, aumentou de 8% para 18%. Houve um crescimento de 125%. A taxa de frequência bruta à escola na faixa etária de 4 a 6 anos passou de 53% para 81% — um aumento de 52,8%. A taxa de frequência líquida à escola na faixa etária de 7 a 14 anos passou de 85% para 98% — um crescimento de 15,3%. A taxa de frequência líquida à escola na faixa etária de 15 a 17 anos aumentou de 22% para 51% — um crescimento de 131,8%. A taxa de frequência líquida à escola na faixa etária de 18 a 24 anos, o ensino superior, passou de 6% para 14% — um aumento de 133%. A taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais caiu de 16% para 10%, entre 1995 e 2009, uma regressão de 37,5%.



Mas isto é uma vergonha nacional: de cada grupo de dez brasileiros, um ainda não conhece a sua língua pátria.

O número médio de anos de estudos para a população de 15 anos ou mais aumentou de 5,5 para 7,5 — um crescimento de 36,4% nos anos de escolaridade.

O gasto público federal em educação era de 1,13% do PIB, em 1995, e passou, em 2009, para 1,16% do PIB.

Muito bem. Nesse período analisado, houve um crescimento importante da carga tributária bruta, que passou de 27,6% para 35,5%. As taxas podem variar porque sempre dependem de como se calcula e de quem calcula. Mas houve um crescimento na carga tributária bruta de 28,6%. Nesse mesmo período, o gasto com educação aumentou 5%. Então, há um descolamento inegável entre a ampliação da carga tributária bruta e o gasto com a educação.

Acreditamos que há espaço, sim, se não aumentar a carga tributária, para encontrar uma nova composição da carga tributária. Entendemos necessária a constituição, inclusive, de novas fontes de financiamento. Um país subdesenvolvido como é o Brasil, com a educação precária que tem, pressuporá aumentar a carga tributária. Evidentemente, tem que ser uma carga tributária progressiva, sobre aqueles que mais renda possuem, que mais patrimônio possuem. Nesse sentido, nós oferecemos para a discussão, por exemplo, uma avaliação precisa, transparente, da renúncia fiscal que é feita no Brasil para abatimento de gastos com educação no Imposto de Renda. As nossas estimativas são de que, no ano de 2010, cerca de 5 bilhões de reais deixaram de ser arrecadados pelo financiamento da educação a partir do abatimento nas declarações do Imposto de Renda. Aqui se justifica o financiamento, pelos segmentos mais abastados da população, da educação.

O segundo item necessário, a ser considerado do ponto de vista da recomposição das finanças que financiam a educação num outro patamar, está associado à regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto na Constituição Federal de 1988 e até hoje em discussão. As nossas estimativas são de que a implantação do Imposto sobre Grandes Fortunas equivaleria a um adicional de receita estimada em 1,9% do PIB.



Portanto, estimando o fim da renúncia fiscal na declaração do Imposto de Renda para gastos com educação privada e a introdução do Imposto sobre Grandes Fortunas, haveria acréscimo equivalente a 2% do PIB, que poderiam ser perfeitamente associados à educação. Sem falar dos recursos do pré-sal, sem falar da redução dos gastos com juros, sem falar da racionalização necessária da gestão.

Nós temos um sistema educacional complexo, um sistema educacional que constitui um federalismo compartilhado e não um federalismo cooperativo. Temos um ensino federal, 27 ensinos estaduais e o do Distrito Federal e mais de 5.500 ensinos municipais, que não dialogam entre si. Baixa cooperação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Cooperado. O nosso é o federalismo compartilhado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Pode ser melhor. Dá uma impressão mais real. *(risos)* Nada como um Governador com a experiência do senhor para lhe dar maior precisão. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Nós temos um planejamento nacional para a educação, mas é difícil observar paralelos equivalentes de planejamento nos nossos Estados e Municípios, especialmente quando temos um sistema educacional com esse tipo de federalismo.

Os nossos Municípios, responsáveis por parcela significativa da nossa educação, pelas suas escalas, têm enorme dificuldade de apoiar a qualificação dos seus quadros, porque são escalas pequenas. É possível e necessária uma capacitação nacional, a intervenção do Governo Federal e dos Governos Estaduais. Sem escala, é muito difícil haver um programa de capacitação permanente de professores.

Por fim, precisamos considerar o elemento da demografia. A demografia brasileira vem se alterando muito rapidamente. Há uma queda inegável da taxa de fecundidade feminina. Daqui a menos de 19 anos entraremos numa fase de redução absoluta do número de brasileiros.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. MÁRCIO POCHMANN - Dezenove anos.

Se a nossa demografia estiver correta, chegaremos a 2030 com 207 milhões de brasileiros, para, a partir de 2030, entrarmos numa fase de redução absoluta, o que significaria chegar a 2040 com 205 milhões, 2 milhões a menos.

Ademais da redução absoluta do número de brasileiros, está havendo uma mudança enorme na composição etária. Em 1990, 35% dos brasileiros tinham até 14 anos de idade. Hoje, 24% dos brasileiros têm até 14 anos de idade. Em 2030, talvez cheguem a 12%. Portanto, a pressão para crianças e adolescentes nas nossas escolas será menor.

Como já estamos convivendo com cidades fantasmas, cidades que regredem no número de habitantes, possivelmente veremos também um quadro de escolas fantasmas, diante da redução do número de alunos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Perfeito. Essa é mais uma demonstração de que o debate é mais enriquecedor do que a exposição do presente colega.

Agradeço a oportunidade, Deputado, e mantenho-me disponível para o nosso diálogo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado, Sr. Presidente do IPEA. Foi com imenso prazer que o recebemos aqui.

Há uma lista de inscrições. E quero dizer aos membros da Mesa que, nesta Comissão, lemos o nome de quem está inscrito. Estão inscritos os Deputados Rogério Marinho, Esperidião Amin, Raul Henry, Newton Lima, Alex Canziani, Professora Dorinha Seabra Rezende, Joaquim Beltrão, Ariosto Holanda, Ivan Valente, Alessandro Molon, José Linhares.

O.k.? *(Pausa.)* Muito bem.

Vamos fazer um bloco só ou de cinco em cinco? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O.k. Vamos começar.

Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Rogério Marinho, representante do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - E da educação brasileira, e da DRU.



Presidente Gastão, senhores debatedores, Deputadas e Deputados, é mais uma reflexão. Nós aqui tivemos a oportunidade de escutar e receber aqui ensinamentos, dados os mais variados, a respeito da realidade econômica do Brasil, da sua política tributária, do seu orçamento, da maneira como o Estado vem se comportando, principalmente de 1995 para cá — que foi o parâmetro utilizado pela maioria dos debatedores —, e das eventuais fontes de financiamentos para fazer frente, inclusive, à possibilidade de modificarmos o percentual do PIB público a ser investido na educação, para que as metas consignadas no PNE possam ser atingidas no espaço destes próximos 10 anos.

Eu acho que a grande pergunta — e eu a faço aos integrantes da Mesa de forma coletiva, mais como uma reflexão; quando os senhores tomarem a palavra, no bom sentido, quando resgatarem a palavra, poderão falar a respeito — é a seguinte: qual é a proposta que os senhores fariam, caso estivessem aqui no nosso lugar, como legisladores e não apenas como debatedores, para que esse financiamento pudesse ocorrer, sem o desequilíbrio da realidade orçamentária brasileira?

E eu falo dos 7%. Não vou nem entrar nos 10%, porque é a proposta que o Governo Federal nos faz originalmente.

Imaginem — e esta é uma pequena reflexão a respeito da pergunta que lhes faço — que, desses 5% de investimento do PIB que o Governo diz que faz, parece-me que o percentual da União gira em torno de 1%, ou seja, 20% do total. Os outros 80%, ou 4%, são repartidos por Estados e Municípios. Quem suportaria esse acréscimo de 2%? Seriam, teoricamente, 40% a mais do que hoje é investido. E de que maneira isso seria feito? Seria de forma abrupta ou de forma parcelada, ao longo dos 10 anos? Levemos em consideração que quem mais arrecada é o Governo Federal e a condição de investimento dos Estados federados, notadamente dos Estados que têm menor poder de arrecadação, como os Estados do Nordeste, do Norte e alguns Estados do Centro-Oeste do País.

Como é que nós poderíamos equalizar, dividir, repactuar isso, até pelo bem da nossa Federação? Quem suportaria o peso dessa responsabilidade?

Quero a opinião dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Deputado Rogério Marinho.



Com a palavra o nobre Deputado e Governador Esperidião Amin, do PP de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Já confirmado pelo Pe. José Linhares, que tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Abençoado.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - ... quase infalibilidade papal, que 653 vezes na Bíblia aparece a expressão “Amin”. *(risos)* O recado foi dado.

Eu gostaria de cumprimentar, sinceramente, tanto o Deputado Gastão quanto a Deputada Teresa. Acho que esta audiência pública é muito densa, sem desprezar as anteriores.

Por isso, como eu acompanhei atentamente as quatro exposições, vou pelo menos fazer uma referência, que chamo de pergunta, aos quatro brilhantes palestrantes.

Primeiro, a Paulo César, Consultor Legislativo da Casa, o que me faz cada vez mais acreditar no corpo técnico da Casa, já que José Roberto é “ex”. Por isso eu vou ser mais crítico com José Roberto do que com você. José Roberto é coisa do passado, portanto. *(risos)* Eu gostaria que você acrescentasse algo a sua brilhante exposição sobre essa “galinha dos ovos de ouro” — porque todo mundo, quando olha para o pré-sal, não vê a cor do petróleo e, sim, o cifrão, mesmo que seja para o melhor dos usos, como é o caso da destinação para demandas sociais, especialmente a educação.

Eu tenho a impressão de que, ao afundarmos o carbono, estamos dando uma contribuição ambiental. Não é isso? Não é essa a proposta de engenharia? Ou seja, eu capturo o carbono à medida que extraio o carbureto. Não é isso?

Eu acho que isso tem que ser mais bem balanceado. É preciso saber qual é a vantagem disso, até porque essa é uma vantagem competitiva para o pré-sal, contra o qual há tantas outras resistências. Quando se fala sobre extrair petróleo do Círculo Polar Ártico — que não é o nosso caso, não temos nenhuma fazenda por lá —, isso também conta. Os riscos são menores — eu não diria que não existem riscos — no pré-sal, na nossa latitude.



Esse é o comentário que eu faço, para ouvi-lo, uma vez que estamos olhando para o cifrão do pré-sal.

A José Roberto eu quero fazer um apelo: para que compatibilizasse a sua conceituação de receita tributária e carga tributária com a carga tributária bruta apresentada pelo Prof. Márcio Pochmann. Eu acho que isso seria importante para usarmos um parâmetro igual. Não estou dizendo que o seu está errado. Você apresentou uma visão que facilitaria muito, se o Governo... Se esta reunião fosse para reapresentar a cobrança de alguma contribuição extinta recentemente, você estaria ajudando muito o Ministro da Fazenda, com aquela sua visão de apresentar só 20% de evolução da tributação pelo Governo Federal.

Então, a visão da carga tributária bruta eu acho que é mais realista e soma todos os entes federados nesse sistema que estamos aqui debatendo. É a observação que eu faço. Repito: não por considerar errado o que você apresentou. Aliás, as duas exposições foram muito boas.

Querido amigo Mares Guia, em primeiro lugar, eu quero me congratular com o grande administrador e, como tal, uma referência na educação brasileira. Concorde em gênero, número, grau e também, por experiência, com as duas palavras-chave que o amigo trouxe. É muito difícil resumir uma tese e depois escolher as palavras-chave. Você escolheu brilhantemente.

Autonomia. Exacerbar a autonomia, ou seja, dar liberdade para comprar o ônibus, como você falou, para impedir que o vidro quebrado se transforme numa sala destruída, como já vimos em universidades brasileiras notáveis. Não cuidou da instalação elétrica, perdeu o prédio: não tinha dinheiro para a manutenção. Ou seja, autonomia tanto na prepação do diretor que vai disputar a eleição... Dos critérios da eleição podemos divergir: se é média ponderada, se é universal. Isso é detalhe. Mas que seja escolhido pela comunidade, dentre os competentes, ou pelo menos havidos como tal e atualizados permanentemente.

Eu resumiria esse meu aplauso na seguinte frase: o limite da escola não é o professor; o limite da escola é o diretor, porque ele tem que ser o animador. Ele pode até nem ser professor, ou pode ser um mau professor, um mau comunicador, mas tem que ser um animador. Quer dizer, comunicador em outros termos, não um comunicador escolar.



Eu gostaria muito de ouvir. Sobre autonomia eu não tenho nenhuma dúvida — você foi muito claro.

Agora, já começando a fazer a pergunta ao Dr. Márcio Pochmann, sobre avaliação, nós temos que aprimorar os indicadores para avaliar. Os que foram apresentados aqui, especialmente pelo Dr. Márcio, têm que evoluir permanentemente, assim como os exames criados, digamos, nos últimos 12, 13 anos. Hoje já se consolidaram, já foram aperfeiçoados. Basta olhar as reações de nós professores das universidades federais, como é o meu caso, aos primeiros exames, as primeiras reações corporativas, e o grau de aceitação social que todos eles já têm hoje. Como as nossas universidades se engalanam ao dizer: *“Olha, temos nota cinco”*. Ou, então: *“Já somos internacionalizadas. Temos nota seis e vamos chegar à nota sete”*. Isso virou motivo de orgulho, o que era rejeitado há pouco.

Então, eu acho que, na avaliação, nós temos muito a aprimorar. E eu gostaria de “ouvir luzes” sobre o futuro. E aí já introduzo a minha indagação a Márcio. Dentre as poucas emendas que apresentei ao PNE, a que eu considero mais relevante é esta: *“reduzir o prazo da avaliação”*. Pela proposta, será quadrienal, ou seja, haverá duas em 10 anos. Eu acho pouco. No mínimo trienal. Isso já numa negociação com o Dr. Luiz Cláudio, que esteve aqui na semana passada. Não é isso, Deputado Gastão? Já fizemos aqui uma negociação para 3 anos, mas eu sugeri — e consta da minha proposta de emenda — que a avaliação seja pública, em cima de dados “publicizados” anualmente, tanto quanto possível indicadores — por isso estou dirigindo a pergunta a Márcio —, indicadores esses que têm que evoluir.

Para concluir — e esta é a minha pergunta ao Dr. Márcio —, eu entendo que as duas Comissões de Educação, da Câmara e do Senado, deveriam realizar as audiências públicas, para — suponhamos trienalmente —, com base em monitoramento anual, publicado, fazer a avaliação das metas, sejam elas metas intermediárias, como se deseja... Ou, se não forem intermediárias, pelo menos para sentir para que lado vai a flecha. Se estamos acima ou abaixo do que seria a tendência desejável.

E, só para definitivamente concluir, quero dizer ao Dr. Márcio que sou seu leitor. Eu usei o *Atlas da Exclusão Social* nas minhas dissertação e tese. Então, não



posso criticar demais o autor que eu usei (*risos*), mas quero lhe dizer que, se 1% rende “x” ou “y” — estava discutindo isso com o Prof. Rosinha —, isso tem que ser aperfeiçoado. Depende do nível em que estou. Não é 1% dar 1,85% de resultado. Dá em determinado quadrante da vida ou em determinada faixa de desenvolvimento econômico e social. Numa outra faixa — é mais ou menos como taxa de mortalidade infantil: reduzir de 60 para 20; e a nossa querida Zilda Arns deu as lições básicas —, para baixar de 10 para 8, o buraco realmente é mais embaixo, ou seja, o grau de dificuldade e de sofisticação na intervenção é necessariamente maior.

Eram essas as observações e a modesta crítica que queria fazer, assim, de maneira educadíssima, na condição de leitor. Se tal não fosse, ou se a minha tese tivesse sido malsucedida, tu ias pagar o pato aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado, nobre Deputado Esperidião Amin.

Tem a palavra, a seguir, o Deputado Raul Henry, do PMDB de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Sr. Presidente, quero mais uma vez parabenizá-lo pelo belíssimo nível dos conferencistas que participaram da nossa reunião e fazer três perguntas.

A primeira delas é ao Dr. Paulo César, que nos falou sobre o pré-sal. Nós discutimos o pré-sal ano passado, aqui no plenário da Câmara, como uma grande redenção do País, como uma fonte de recursos para financiamento dos gastos públicos, e o senhor nos deu uma visão pouco esperançosa desses recursos.

Aliás, fizemos aqui debate muito ideológico sobre o modelo de concessão ou de partilha. E, pelo que o senhor apresentou, parece-me que a questão não é essa, que a questão é a taxa de participação governamental nesses recursos. Porque alguns países que o senhor citou, como é o caso da Noruega, por exemplo, o modelo é de concessão e não de partilha.

A pergunta para o senhor é a seguinte — inclusive diante do fato de a PETROBRAS não dispor mais de recursos humanos, de equipamentos, de capacidade logística para operar 30% desses novos postos, como o senhor disse: é possível mexer, através da legislação ou de qualquer outro instrumento, nessa taxa de participação governamental, na riqueza do pré-sal? Essa é a pergunta.



A segunda pergunta é ao Dr. José Roberto, mas, como ele não está presente, vou passar para a terceira pergunta, que dirijo ao Dr. Walfrido Mares Guia, que foi um brilhante Secretário de Educação em Minas Gerais, que teve uma bela passagem pelo Governo do Presidente Lula, e ao Dr. Márcio Pochmann, um formulador do Governo, uma pessoa que tem um papel importante neste Governo. A pergunta é sobre o financiamento da educação, para a valorização do professor.

Nós sabemos que o custo do professor equivale, aproximadamente, a 90% do custo total com educação. E temos um problema sério, no Brasil, de valorização da carreira docente. Os países que avançaram em educação fizeram essa política. A Coreia é um exemplo clássico, a Irlanda é outro exemplo clássico. Não conseguimos recrutar os melhores talentos do ensino médio sem um salário atrativo para a carreira.

Mas o Dr. Márcio diz o seguinte: *“Há um descolamento brutal do aumento da carga tributária em relação ao aumento do gasto com educação”*. E o Dr. José Roberto complementa esse diagnóstico, dizendo o seguinte: *“O que financia a educação são os impostos, e os impostos têm decrescido percentualmente em relação às contribuições sociais, que ficam com a União. Isso tem contribuído para que a União aumente a sua participação no bolo tributário”*.

A pergunta que faço aos dois é a seguinte: O que os senhores acham da proposta de uma nova carreira, acoplada a dos atuais docentes, desde que a União pudesse fazer convênios com Estados e Municípios e complementar o salário desses docentes, desde que eles passassem por um processo de capacitação, de certificação, para entrar numa nova carreira? Aí, sim, haveria a complementação dos seus salários, feita com recursos da União.

A terceira pergunta eu faço quando o Dr. José Roberto voltar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Deputado Raul Henry.

Com a palavra o Deputado Newton Lima, do PT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Sr. Presidente, muito obrigado pela palavra.

Quero cumprimentar os demais colegas da Comissão, quero cumprimentar todos os debatedores.



Que bom revê-lo, Mares Guia. Quando Prefeito de São Carlos, aprendi muito contigo, como o grande Ministro que foi. Já falaram de você como homem da educação. Deixem-me falar das “relações institucionais”. De fato, você construiu um equilíbrio invejável aqui e foi um apoiador do municipalismo. Quero agradecer-lhe por isso.

Quero parabenizar o nosso Presidente Gastão Vieira pela escolha dos integrantes da Mesa.

E quero apenas um esclarecimento: se o Afonso vai voltar ou não. *(pausa)* Não virá. Ele foi embora, Deputado Raul.

Então, vou ousar tentar entender, como uma espécie de Relator *ad hoc* — o nosso Relator não está presente aqui —, o que eu pude observar de todas as falas. Bom, pude observar de todas as falas que se confirmou aquilo que nós sabíamos sobre o perfil do investimento educacional: 18% da União, 82% de Estados e Municípios. Portanto, qualquer solução para o financiamento vai passar pela reforma tributária, conforme o artigo que escrevemos — e tive a honra de colaborar com o artigo dos Deputados Gastão e Vanhoni. De fato, sem reforma tributária, não vamos avançar 1 centímetro sobre isso. Nada, absolutamente nada. E nós temos que ter essa consciência.

A minha segunda constatação, Sr. Presidente, é a de que nós precisamos — e também escrevemos isso — melhorar a qualidade dos gastos. E o tema que os dois economistas trouxeram, a redução de juros, também é um elemento bastante consensual nessa questão.

Eu quero entrar no tema das fontes. O que eu pude observar? Paulo César fala com clareza, se eu entendi: *“Tem que tributar a exportação de petróleo e tem que começar a tributar o setor mineral. Nós vamos pegar os recursos dessas duas fontes para incrementar a participação da educação no PIB”*.

O que diz Afonso? Que é preciso fazer a reforma tributária — disso eu já falei — para melhorar a qualidade e expandir o ICMS; acabar com a guerra fiscal, pelas razões já colocadas; transformar de contribuição em imposto, como acabou de dizer o Deputado Raul. E traz uma novidade, para a nossa reflexão — que eu queria entender se é possível; pena que ele saiu: que a nossa conquista, a famosa Lei Calmon, que depois passou a ser o art. 212 da Constituição de 1988, se não me



engano, da vinculação, não seja mais sobre a receita líquida e, sim, sobre a receita bruta, extraídos daí os gastos previdenciários.

Isso é possível? Ou seja, calcular — se eu entendi — os 18% e 25%, respectivamente, da União e de Estados e Municípios, sobre receita bruta? Daria quanto? Pena que Afonso não está aqui, Deputado Gastão. Eu gostaria que essa pergunta pudesse ser encaminhada, eu gostaria desta resposta. Eu quero entender. Porque aí teria que ser apresentada uma PEC, para a mudança constitucional — salvo melhor juízo — do art. 212, e passaríamos a fazer um novo cálculo dos mesmos percentuais.

É evidente que isso aumentaria os recursos para a educação, porque se pegaria outra base, maior, para aplicar os 25% ou os 18% de Estados e Municípios.

E Márcio nos sapeca duas contribuições, ao final — ao fim e ao cabo, como diriam os portugueses. A primeira: dá para aumentar em 2% o PIB para a educação, e já chegaríamos aos 7%, se for implantado o Imposto sobre Grandes Fortunas e se acabar a renúncia tributária, no Imposto de Renda, hoje autorizada para gastos com o setor privado.

Pois bem. Eu quero, na verdade, ao lado de tentar entender melhor se esta é mesmo a cesta de recursos, perguntar por que não foram colocados os dois temas que de alguma maneira defendo? Primeiro, a revisão completa do ITR, dado que parte dos gastos são municipais. E é uma vergonha o que este País arrecada de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, uma enorme vergonha, que não foi tratada por nenhum dos ilustres participantes.

E por que não taxar o setor que mais ganha neste País, que também tem um conjunto, uma cesta de renúncias, o lucro líquido do setor financeiro, que cresce exponencialmente no mundo globalizado?

Eu gostaria de saber por que essas duas fontes não foram consideradas na análise dos integrantes da Mesa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Deputado Newton Lima.

A próxima inscrita é a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, do DEM do Tocantins.



A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE -

Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de cumprimentar todos os expositores e dizer que a audiência foi muito interessante, até porque trouxe elementos muitos novos, em termos de debate. Não sou da área de finanças e achei muito interessante. Mas é lógico que a minha leitura é um pouco... Fui Secretária de Educação, e o discurso que sempre ouvimos é o de que o Governo Federal aumentou a sua arrecadação, mas com base em tributos — com o mesmo perfil de impostos, mas com base em tributos —, justamente para não redistribuir e com o foco de não garantir o repasse para educação e saúde.

Não sei até que ponto temos como concretizar isso, mas a minha leitura das exposições é de que nós precisamos enfrentar essa questão tributária, pelo que foi colocado sobre a questão do sonho com o dinheiro que está guardado e ao qual ninguém consegue chegar. Parece-me um pouco aquela história do pote de ouro escondido no final do arco-íris. Infelizmente, acho que temos essa ilusão. E a questão precisa ser enfrentada, porque realmente há riqueza, mas ela não está acessível ao País, em termos de política pública.

Então, me chamou muito a atenção, na apresentação, não só no formato da arrecadação, mas também no perfil da aplicação, o grande peso dado à área de assistência e benefícios, que, concretamente, não tem nenhuma mudança estrutural, que não tem política pública consolidada, que não muda a realidade. Isso também precisa ser enfrentado. Na verdade, os programas são interessantes, mas não têm nenhum efeito, em termos de futuro, para o País, porque não são políticas públicas estruturantes.

Também me preocupa a questão da educação. Quero falar um pouco com o ex-Secretário, Deputado, Ministro, em relação à questão da autonomia. Tive a oportunidade, quando Secretária, de implantar um programa: desde 1997, as escolas do Estado de Tocantins recebem recursos, não só para pequenas ações, mas também transferência mensal para capital, custeio — para construções de até 450 mil reais, o dinheiro vai direto para a escola. Inclusive contratações de serviços diferenciados. Por que eu estou dizendo isso? A preocupação com a autonomia é importante. Ao mesmo tempo, a experiência me mostrou que a autonomia não se dá



somente através de decreto ou de regulamentação. Ela precisa ser conquistada e apropriada. O decreto passa, a mudança de legislação também passa. É lógico que muda a qualidade, dá agilidade à gestão da escola, mas eu acho que esbarramos, na minha opinião, na apropriação e na real participação da sociedade, da comunidade. A criação de conselhos tem mostrado que muitos deles, na verdade, não são apropriados para o perfil de fiscalização e acompanhamento social.

Queria que o senhor falasse um pouco sobre isso.

Acrescento às palavras que o senhor citou, se eu fosse chamada a dizer duas palavras, a valorização e a responsabilização. Se não valorizarmos e não tornarmos a carreira atrativa... E não estou falando só de dinheiro. Vou citar um exemplo claro, além dos países citados pelo Deputado Raul — Coreia, Irlanda, Finlândia: em Cuba, os salários não são diferentes, mas o profissional da educação é valorizado. Os melhores tinham o desejo de ir para a escola e de contribuir com a educação. Então, eu acho que a valorização é extremamente importante.

E a responsabilização, que na minha opinião vai desde o gestor público macro — União, Estados, Municípios — até o gestor da escola e o professor. É a responsabilização pelo que está sendo colocado em sua mão e a responsabilidade de prestar contas, em termos de desempenho, de resultado do seu trabalho.

O senhor fez a observação de que a União tem pouco ou não teria essa responsabilidade. Na minha opinião, às vezes o MEC entra em aspectos que não são atribuição dele — ele quer chegar à ponta, à escola, e fazer o que não é de sua responsabilidade. Cabem ao Ministério da Educação e à União diretrizes, políticas públicas, monitoramento e acompanhamento.

Da mesma forma, eu acho que o Secretário de Educação do Estado não é gestor de rede, que ele não deve cuidar só das suas escolas. Ele tem a responsabilidade de cuidar do sistema de educação.

Eu acho que esse é o grande problema que existe no País. Há pessoas brigando por responsabilidades confusas, disputando aluno. Mas não existe um sistema que dê conta, que garanta ao cidadão o direito a uma educação de qualidade. Precisamos avançar em relação a essa concepção, em termos de sistema.



Para finalizar, sei que já passei do tempo, também quero dialogar com o Presidente do IPEA. Acho que temos muito o que avançar na compreensão da educação enquanto investimento. Tenho certo receio do debate que foi feito hoje pela manhã, sobre o plebiscito em relação à questão dos 10%, porque não sei até onde está compreendida pela população a importância do investimento em educação.

Quando Secretária, mantinha um debate muito forte com todo mundo, no Estado, porque todos acham que temos dinheiro demais, que é muito o repasse de 25% para a educação. Essa compreensão da importância do investimento em educação está longe da sociedade. Infelizmente, o pai de família ainda não coloca a educação como prioridade. É muito bom que haja uma escola, mas, para ele, basta que a criança esteja indo à escola, tendo aula todos os dias, que a merenda esteja funcionando, assim como o livro didático. A questão da qualidade ainda está muito distante da compreensão das pessoas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Deputada Dorinha.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, quero comunicar a todos da Mesa que esta Comissão é constituída de 26 Deputados titulares, igual número de Suplentes e por ela já passaram 34 Deputados.

Aproveito para informar a todos que teremos apenas um bloco, porque pode haver votação a qualquer momento. O nosso decano é o próximo.

Concedo a palavra ao Deputado Joaquim Beltrão, do PMDB de Alagoas.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM BELTRÃO - Sr. Presidente, eu cheguei um pouco atrasado à primeira palestra do Paulo César, mas, pelo que entendi, o Fundo Social, que tem sido debatido bastante como possível investimento na educação, com faixas de visitantes, entre outras coisas, seria aplicado fora do País numa reserva em dólar, e os dividendos do Fundo Social é que poderiam ser aplicados em educação e em outras prioridades.

Quero saber se é exatamente isso que eu entendi?

Gostaria de saber, quanto às reservas cambiais, que têm custo alto, se a receita do pré-sal pode diminuir o custo das reservas cambiais. Aí, sim, sobraria



dinheiro para investir em educação, saúde e nas áreas em que o Brasil precisa investir. É preciso investir recursos em todo lugar, na minha opinião, e não sei como fazer para aumentar o custo da educação sem prejudicar outras prioridades.

Desde a época em que eu era estudante, eu ouvia falar do FMI, dos juros que o Brasil pagava ao FMI e até hoje paga para manter a taxa cambial mais o juro da SELIC. Isso é uma obrigação. Não sei como fazer para que isso não aconteça. Não sei se é possível que isso não ocorra.

Eu concordo, de fato, com o Ministro Walfrido dos Mares Guia diante da apresentação e gestão que faz. É prioritária a questão da diretoria da escola, em que o diretor deve ser avaliado. Eu sugiro que o diretor faça um curso de formação para ser avaliado e, assim, poder concorrer a uma vaga em uma instituição, como o senhor falou, como uma universidade federal ou outra qualquer.

Não concordo com a tese de que, quanto mais pobre o local, pior é a escola. Digo isso porque há 3 ou 4 anos a melhor escola do Brasil foi uma escola piauiense.

Concordo que se trata de uma questão que envolve a gestão, mas de interesse da comunidade e dos pais. Os pais de baixa formação, de baixa escolaridade, às vezes acham que, colocando o filho na escola, já estão fazendo o suficiente, mesmo sem saber a qualidade da escola. Os pais não participam da escola, e a sociedade não exige melhorias na qualidade do ensino.

Quanto aos concursos, assunto de que o senhor falou, hoje grande parte dos candidatos aprovados em concursos são doutores, pessoas formadas. Mas, quando fazem o curso de formação para policial, por exemplo, não querem ser policiais. O candidato faz concurso para eletricitista, mas, por ser formado, não quer subir no poste para exercer a função. Na área da educação, acontece a mesma coisa: existem professores, passam aqueles que fizeram melhor a prova, mas a vocação para o ensino nem sempre é a melhor.

Nesse caso, fica a dúvida do gestor: manter o professor sem vocação para sala de aula ou conduzi-lo ao setor administrativo, carregando a educação, aumentando o custo da educação.

Eu concordo que a escola sempre precisa passar por diagnóstico e avaliação. Em 6 meses aprende-se a ler e a escrever, mas isso não acontece em toda escola, não. Num relevante número das escolas brasileiras públicas do interior, infelizmente,



encontra-se quem não sabe ler e escrever, não apenas na fase de alfabetização, mas também no primeiro, no segundo e no quarto anos. Sem o diagnóstico de cada uma dessas escolas, torna-se impossível saber como investir e melhorar.

Esqueceram-se de falar do imposto sobre remessa de lucro. Eu achava interessante o imposto sobre remessa de lucro para o exterior. Seria uma boa fonte de imposto, tanto quanto as *commodities*, principalmente, do extrativismo mineral.

Falou-se da carga tributária elevada. Não sei se o meu raciocínio é lógico, mas uma empresa que venha a explorar petróleo no solo ou mar brasileiro, da boca do poço, se exportá-lo, não vai pagar os impostos porque se trata de exportação, a não ser os *royalties* e o que mais estiver previsto na lei que disciplina o tema petróleo.

Exportou, não é pago, e tanto faz ser petróleo ou minério. Essa riqueza vem sendo subtraída do Brasil sem o devido pagamento de impostos. Eu posso estar errado. Não se isso é verdade.

Eu acho que esse tipo de extrativismo vem concorrendo com a indústria brasileira. As *commodities* que vêm sendo exportadas acabam aumentando os custos para manter as reservas cambiais, para não quebrar a indústria brasileira. E o pré-sal até poderia concorrer para que aumentasse cada vez mais a reserva cambial, para não quebrar a indústria brasileira. Pode ser uma solução. Eu não sei que esperança temos com o pré-sal.

Enquanto não for votada a Lei de Responsabilidade Educacional, teremos sempre dificuldade em responsabilizar alguém. Eu acho interessantíssimo que seja instalada Comissão para votarmos a Lei de Responsabilidade Educacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Deputado Joaquim Beltrão.

Concedo a palavra ao decano desta Casa, o eminente Deputado Ariosto Holanda, do PSB do Ceará.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Rogério, o Deputado Ariosto Holanda está com a palavra. *(Pausa.)*



O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Inicialmente, eu gostaria de parabenizar os expositores pelo brilhantismo e perguntar se esses dados estão disponibilizados para todos nós. Eu tentei anotá-los, mas não consegui captar todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Todos os dados serão disponibilizados, Deputado Ariosto Holanda.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Quero parabenizar os autores do artigo *PNE é Instrumento de Avanço na Educação*; o nosso Presidente Gastão Vieira; o Deputado Angelo Vanhoni; e nosso Prof. Newton Lima.

Sr. Presidente, eu destaquei no artigo dois aspectos que me chamaram a atenção. Primeiro, quando os autores dizem que *“A maioria das economias do mundo já ensinaram que o desafio de expandir a educação com qualidade só produz bons resultados quando se combinam recursos adequados, salários atrativos e gestão eficiente.”*

Complementando, cito uma frase que para mim é o cerne desta questão: *“Nunca é demais reafirmar que o professor é o personagem central do processo educacional.”*

Eu vou iniciar minha intervenção com a exposição do Paulo César, com quem tenho conversado muito e discutido algumas questões. Eu nunca fiz apologia ao pré-sal, já o disse a ele, porque nunca me esqueci de um fato que me aconteceu. Numa certa ocasião, um professor da USP veio ao Conselho de Altos Estudos falar sobre poluição no meio ambiente, e eu lhe perguntei se o planeta ainda conseguiria responder e resistir à queima de toneladas de petróleo. Ele, na sua simplicidade, disse: *“Deputado, você foi o único Deputado que me fez essa pergunta. Eu vou responder de uma maneira muito simples.”* Ele disse que a Idade da Pedra acabou não foi porque faltou pedra. A “Idade do Petróleo” vai acabar e o petróleo vai ficar lá embaixo. Por quê? Ele justificou dizendo que o avanço tecnológico é tão grande, que em 10 anos estaremos consumindo 50% dos bens que ainda não foram inventados.

Vemos atualmente os Estados Unidos direcionar suas forças nas energias alternativas. Acho que vai haver uma mudança na matriz energética do mundo, com o acesso às fontes renováveis. No entanto, há algo que me preocupa. Vamos supor que vamos lucrar, e o Paulo entra com a proposta de que temos de produzir



rapidamente, não é Paulo? Temos de produzir rapidamente até para termos direito a essas tributações.

Porém, você fala — coisa que é preocupante — na baixa participação governamental e sugere a tributação. Na linha da tributação, eu sou mais favorável à colocação do Pochmann quando diz que devemos pensar numa nova composição da carga tributária. Acho que esse é o caminho que devemos trilhar.

O Zé Renato menciona que 25% do PIB atual estão comprometidos com os gastos sociais. Esses gastos são necessários. Por isso, não acredito em reforma tributária se não encontrarmos o caminho para cobrir esses gastos sociais que estão presentes.

Ouvi atentamente as palavras do Ministro Walfrido dos Mares Guia. Acho que colocou muito bem a escola que devemos e queremos ter, mas me chamou a atenção quando você disse que Fernando Henrique fez uma exposição em Belo Horizonte na qual afirmou que, num futuro breve, quem não tiver qualificação estará fora. Foi algo mais ou menos nesse sentido.

Estamos diante de dois tipos de analfabetismo no País: o analfabetismo funcional crescente e o analfabetismo tecnológico das pequenas e microempresas. Com base nisso, eu faço a seguinte ponderação. Eu vi o Pochmann conceder uma entrevista a uma rede de televisão há uns 3 anos na qual ele dizia que no País somente 40% dos jovens estavam matriculados no ensino médio, enquanto no Chile esse número subia para 85%. Complementava dizendo que, para o Brasil atingir o Chile, seria preciso construir 50 mil novas salas de aula e contratar 500 mil novos professores.

Eu pergunto: esse número ainda se mantém? Como vamos enfrentar este problema? Suponhamos que 80% dos jovens estejam matriculados no ensino médio. Esse número que o IPEA lançou é muito forte. É preciso construir 50 mil novas salas de aula e contratar 500 mil novos professores.

Como afirmou o Deputado Gastão Vieira, o personagem central é o professor. Portanto, como resolvemos a questão vivenciada pelo professor diante desses dois tipos de analfabetismo? Eu faço uma pergunta a todos, porque tenho defendido nesta Comissão — o Nilton tem acompanhado as minhas ponderações — o seguinte.



Se nós vamos resumir o nosso PNE só para uma escola formal, com ensino fundamental, médio e universitário, bem como creches, como ficam aqueles que não têm tempo de ir para a escola e precisam aprender? De que escola nós precisamos para os que estão fora da escola?

Diante desse número de analfabetos funcionais, eu consegui dados da PNAD e do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional — INAF, segundo os quais 50 milhões de brasileiros, na faixa de 15 a 64 anos, não entram no novo mercado de trabalho, que exige conhecimento. Como o PNE chegará a esse número?

Eu defendo a linha da extensão, dos institutos tecnológicos, que as universidades nunca exercitaram, para fazer a transferência de conhecimento. Some-se a isso um dado do IPEA que eu obtive quanto à mortalidade das pequenas e microempresas, às quais também falta conhecimento. Segundo o que pude constatar, nascem 720 mil por ano e morrem 690 mil. Isso acontece porque elas não conseguem inovar — não inovam porque estão distantes de quem possui conhecimento.

Eu estou levantando essa questão nesta Comissão Especial para ver como podemos atingir essa população. Para isso, estamos programando um seminário a fim de tratar da extensão tecnológica para o conhecimento chegar não só às pequenas empresas, mas também ao trabalhador que não tem mais tempo para frequentar a escola.

Para isso, estamos chamando instituições que podem contribuir, como o CNPq, a FINEP, o SEBRAE, o IBICT, o IPEA. Assim, teremos condições de saber de que maneira podemos apontar o conhecimento para essas pessoas. Isso é preocupante, porque o avanço tecnológico tem contribuído muito para o analfabetismo funcional e tecnológico.

Eu acho que levantarmos a bandeira da extensão para atender a essa população que está fora das escolas será um grande programa.

Sr. Presidente, são essas as colocações que eu teria a fazer. Eu gostaria de ouvir dos expositores se eles apontam algum caminho para solucionar o problema vivido pelos analfabetos tecnológicos e analfabetos funcionais.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Deputado Ariosto Holanda.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ivan Valente, Líder do PSOL, que perdeu a parte mais importante, a parte referente às taxas de juros.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E eu não sei? Primeiro, eu sou Vice-Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Para mim, V.Exa. será sempre Líder. Nesta Comissão, V.Exa. é Líder.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nobres convidados, peço desculpas a todos porque houve uma reunião sobre a reforma política em que o Deputado Henrique Fontana iria apresentar o relatório final da reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Apresentou?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não apresentou. Foi negociado um novo prazo, mas demorou um tanto. Sabe-se que essa questão é de interesse geral dos partidos e dos Deputados. Portanto, peço desculpas. Eu gostaria de acompanhar este debate, que é um dos centrais, pois trata de financiamento, e a experiência dos nossos convidados.

Tenho ouvido os Deputados e gostaria de fazer algumas observações. Primeiramente, sobre a questão do Fundo do pré-sal. Eu tenho acompanhado debates sobre esta questão. Como estamos discutindo o PNE, Deputado Mares Guia, o PNE trata de questões relativas a 10 anos. Nós podemos pensar adiante, pensar no pré-sal, para a educação. Mas acho que devemos nos centrar nas propostas que irão sair na lei do plano sobre o financiamento.

Em se tratando do pré-sal, como não vamos extrair dólares e verdinhas do pré-sal, nós vamos extrair petróleo, que ainda vai ter que ser vendido no exterior e parte do lucro decorrente do que for vendido no exterior é do Fundo Social. Eu não acredito que em 10 anos vai entrar dinheiro de pré-sal para a educação. Afirmo claramente para vocês: não há essa possibilidade.

Por quê? Porque nós vamos criar uma falsa ilusão. Entidades de porte, como as entidades estudantis, vão fazer campanha na rua pelo PNE e vão acabar defendendo isso como principal bandeira de recursos. Eu acho que isso não vai



funcionar. Desculpem-me, mas as pessoas pensam que, saindo de lá, já vai para o fundo. Não. Trata-se do rendimento do fundo lá fora. Isso demora. Quero mais é que o dinheiro vá para a educação mesmo, mas não da forma como foi votado aqui. Eu defendi o sistema atual de partilha, mas eram 100% PETROBRAS — não eram 80%, não. O Paulo Cesar sabe disso.

Esse é o primeiro ponto.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA - A PETROBRAS é uma empresa pública.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nós não vamos fazer o debate sobre o público e o estatal agora, porque os tucanos enganaram muitas pessoas nesse período com essa conversa, inclusive os do PT, que estão privatizando. É como a história dos hospitais universitários. Não é possível fazer este debate neste momento.

A segunda questão diz respeito a fazer uma linhagem. Acho que a gestão, nosso amigo Mares Guia, saudoso da greve das universidades, você se lembra daquela miséria em que paralisamos todas as universidades, e o Mares Guia era o negociador conosco. Estão brigando até hoje.

A gestão é importante, mas precisa ser observada com rigor. Há um debate no Brasil: o problema do Brasil é de gestão ou de mais recursos para a educação? Eu quero dizer que eu tenho a opção clara de que são necessários mais recursos para a educação. Nós vamos melhorar a gestão, e isso vai melhorar a qualidade e a economia do gasto. Quero deixar isso claro. Acho que o problema é de recursos. Do contrário, não haverá a qualidade na educação, o resgate da dignidade no magistério. Quem convive com professoras e professores neste Brasil sabe que não haverá remendo que dê jeito nessa situação. Na hora em que se discute o Plano Nacional de Educação, dizer que 5% ou 7% está bom é mentira. Não é verdade. Nós precisamos investir maciçamente em educação.

Esse é o segundo ponto.

Em relação ao debate, quero saudar o Márcio Pochmann pela sua exposição e quero ter acesso a esses documentos. Há um dado que não peguei sobre a questão dos juros, e eu peço a você que o repita. Você disse que 1% dos juros da dívida causa um impacto negativo para o quê?



O SR. MÁRCIO POCHMANN - Para a desigualdade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Para a desigualdade. Isso já diz um bocado das coisas, porque o gasto com juros, amortizações e rolagem da dívida consome 48% do Orçamento federal. Esse é o debate que faço. Eu sempre pleiteei a instalação da CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados.

Márcio, sem mexer na política econômica de alguma forma, ou seja, na política tributária, não acredito que vamos conseguir direcionar recursos para a educação. Eu não acredito nisso.

Os dados lançados pelo IPEA, no caso, são demolidores. Acho que o investimento em educação e o benefício que traz são impactantes. Eu estava conversando com o Amin — eu concordo com os dados oferecidos pelo Márcio Pochmann —, mas nós não podemos ir pela exceção, temos que ir pela média.

Se uma escola de uma cidadezinha do Piauí se saiu bem, essa não é a realidade brasileira. Nós temos que falar da realidade brasileira, da média.

Temos que pensar no professor do Pará, do Amazonas, que é muito mal pago. A qualidade da educação em locais como estes fica lá embaixo. É para onde terão que ir mais verbas do FUNDEB, para aumentar o salário que está lá embaixo. A média geral é ruim. É disso que se trata. Isso não quer dizer que o Estado de São Paulo esteja bem, pois é o décimo terceiro Estado avaliado. É o Estado mais rico. A política educacional é direcionada de forma a não priorizar a educação claramente.

Nós conseguimos partir para o nível de universalização, mas não conseguimos aumentar o gasto público proporcional. Esse dado está aqui, de acordo com o que o Márcio colocou. Não se aumenta o gasto real, não se eleva o gasto em educação. Qualquer país que se alavancou para o futuro — Japão, Coreia, e os países europeus — teve que colocar uma percentagem do PIB enorme, e não foi durante 1 ou 2 anos, mas durante décadas, para consolidar o sistema.

Portanto, Sr. Presidente, esses dados sobre o crescimento do acesso são fundamentais para que se perceba que as coisas são feitas sem valorizar o magistério e sem elevar a qualidade da educação.

Este é o atestado de que o nível educacional brasileiro é baixo. Surge, nesse caso, a seguinte questão. As propostas foram colocadas. O Deputado Newton Lima



mencionou o Imposto Territorial Rural. Quando nós fizemos o Plano Nacional de Educação lá atrás, que eu saiba, a contribuição do ITR era de 200 milhões no nosso País. Era uma ninharia, Deputado Mares Guia, do sistema.

Nós acabamos de votar o Código Florestal. Estão aí os ruralistas, mas eu não estou falando dos pequenos, não. Os pequenos não estão representados aqui, mas os grandes. Eles não pagam imposto no nosso País. É claro que é possível taxar o latifúndio, a terra, mas é preciso enfrentar a governabilidade desta Casa.

A respeito do Imposto sobre Grandes Fortunas, o Márcio Pochmann colocou essa ideia. Nós temos um projeto que já está aprovado na Comissão de Justiça, um projeto do PSOL, a partir de 2 milhões, gradual. Eu soube agora que um Deputado do PT, o Puty, apresentou uma proposta semelhante, mas já está tramitando o nosso projeto. Possivelmente, ele vai ser apensado. Mas por que não anda? A propósito, quero lembrar que o Imposto sobre Grandes Fortunas foi apresentado, se não me engano, pelo então Senador Fernando Henrique Cardoso. Mas aqui não prospera. Assim como ninguém fala em derrubar a taxa de juros e discutir o alongamento do perfil da dívida pública, entre outras questões.

É óbvio que se fugiu da educação. Quando se tratou de vincular a educação na Constituinte, mas vinha da Lei Calmon, a se chegar a 18%, começaram a se criar as contribuições, como a CPMF, mas antes foi a COFINS, entre outras, e o dinheiro não ia para a educação, depois veio a DRU. Portanto, retirou-se dinheiro da educação, em vez de aumentar.

É óbvio que esta é a hora de debater esta questão. Eu acho que esses dados fortalecem bem a ideia de que podemos sair daqui com propostas para aumentar o volume de recursos que serão dedicados à educação.

Sobre a taxação do petróleo e as exportações, podemos discutir, mas acho que é preciso mexer na política econômica de alguma forma e na questão tributária progressiva. O problema está na progressividade dos impostos. Essa é a raiz da reforma tributária. O problema é que a Comissão de Educação não é a Comissão Especial da Reforma Tributária. Ela tem que apontar e ter apoio popular para isso. É isso que ela tem de fazer. O dinheiro pode sair daqui, viu, Pochmann. A respeito do Imposto Sobre Grandes Fortunas, vamos votar o projeto aqui agora.



Dever-se-ia estabelecer um limite para gastos com juros. Não existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe o máximo de gastos? Deveria haver uma lei de responsabilidade de gastos contra o pagamento de juros, um limite de pagamento, de endividamento, de pagamento de juros. Essa é a questão. Além disso, a responsabilização de quem gastasse mais com os banqueiros e os rentistas no nosso País.

Agora, rigorosamente, a estampa que foi feita aqui hoje mostra que o que estamos fazendo não é deblaterar sobre a importância da educação. É que rigorosamente, em matéria de justiça social, distribuição de renda, elevação da qualidade de vida do povo brasileiro, elevação do nível cultural do povo brasileiro e a capacitação de o País alavancar para o futuro, está dependendo isso aqui. Isso é evidente.

As ideias que foram trazidas aqui são muito interessantes, e pretendemos aproveitá-las da melhor forma possível.

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Após a fala do Deputado Ivan Valente, tem a palavra o Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu quero falar do privilégio de ouvir as excelentes apresentações dos nossos ilustres convidados. Infelizmente, não pude ouvir todos, até porque eu, por ser um dos Relatores do PRONATEC, tive que comparecer, juntamente com os outros Relatores, a reuniões realizadas, há pouco, nos Ministérios da Educação e do Trabalho, para avançarmos no relatório final. Mas, sem dúvida, foram excelentes as apresentações que tivemos nesta tarde.

Eu serei muito rápido. O Sr. José Roberto Afonso não está mais presente? *(Pausa.)* Ele já foi embora. Não sei se o Paulo poderia dar uma resposta, já que ela seria direcionada para o José Roberto.

Enfim, na visão de todos os senhores, diante dessa discussão que existe de aumento de 7% ou 10% a parcela do PIB, pelo que o Estado compromete, em termos de Previdência e da própria folha de pagamento — não sei se isso já foi perguntado —, há a possibilidade de, nos próximos 10 anos, chegarmos a ter 7% ou



10% do PIB investidos em educação? Se analisarmos os últimos 10 anos, parece que saímos de pouco mais de 3% para pouco mais de 5%. Nós podemos chegar a 10%, pela estrutura que o País tem hoje?

Há outra questão que eu gostaria de saber, Ministro Walfrido — V.Exa é, sem dúvida, um competente gestor, não só na sua vida privada, mas também na área de gestão, na qual serviu com grande competência em vários postos. Acho que essa é uma das grandes necessidades do País. Quando vejo um plano com 20 metas, com 20 prioridades, para mim, quem tem 20 prioridades não tem nenhuma. Por exemplo, são oito as metas do milênio e são cinco as metas para o Programa Educação para Todos. Será que se tivéssemos cinco metas para os próximos dez anos, mas claramente sabendo onde queremos chegar daqui a dez anos, não seria mais viável que nós pudéssemos efetivamente cobrá-las, do que as 20 ou as 30 prioridades — e pode ser que esse número ainda suba durante as discussões? Esta pergunta eu deixo para os senhores.

Lembro-me que V.Exa., quando Ministro de Turismo, referia-se a algumas metas claras, que eram em número de cinco, e sempre as citava — “*Nós queremos chegar a isso , a isso, a isso e a isso*”. Então, se nós tivéssemos cinco metas para a educação, na visão de vocês quais seriam essas cinco grandes metas que nós devíamos perseguir?

Muito obrigado, e parabéns a todos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Sra. Presidente, quero cumprimentá-la; e, na pessoa de V.Exa, que preside os nossos trabalhos, quero cumprimentar todos os membros da Mesa e agradecê-los pela presença.

Vou pedir desculpas por não ter podido ouvir a todos, pois estava na Comissão de Segurança Pública, da qual sou membro, também. Eu pude apenas ouvir a apresentação do Sr. Márcio Pochmann, a quem agradeço pela presença na Casa, pela dedicação a esse tema, bem como pelas informações que nos trouxe, em especial essa informação do retorno de investimento em educação, nessa proporção de 1% do PIB para 1,85% de crescimento do PIB.



Se eu pudesse fazer uma pergunta ao Professor Márcio Pochmann — naturalmente, não para ser respondida hoje —, eu diria que gostaria de saber se seria possível avaliar o quanto custam para o País, por exemplo, esses jovens de 15 a 17 anos que não estão na escola. O que isso representa de perda para o País? O que representa esse custo de oportunidade para o Brasil? Quanto deixamos de crescer por conta desses jovens que estão deixando de frequentar o ensino médio ou o ensino profissionalizante?

No mesmo sentido, eu perguntaria — e talvez aí um cálculo muito mais difícil —: o que a gente deixa de receber como retorno de investimento da educação infantil, que não está acontecendo ainda, com esse atraso no início da escolarização, que não está ocorrendo aos 4 anos, mas aos 6 ou aos 7 anos.

Então, eu deixaria esse pedido de ajuda aos representantes do IPEA, que tem sido um Instituto muito importante. Esses números nos ajudam a derrubar os mitos. O principal deles, por exemplo, é o de que dinheiro para educação é gasto e não investimento.

Hoje nós saímos daqui com esse ganho, dentre as outras contribuições que eu não pude acompanhar desde o início — e já me desculpei pelo atraso —, mas em especial essa certeza de que cada centavo gasto em educação produzirá ganho para o País, crescimento do PIB, redução da desigualdade, redução do Índice de Gini — como apresentado naquela tabela pelo Professor.

Eu também gostaria de referendar o que Professor disse. Além dessa importante saída, que é a regulamentação do IGF, por que não a taxação sobre a remessa de lucros? Enfim, discutir com o País essas outras formas de tributação — e o Congresso deve enfrentar essa tarefa — para garantir o financiamento da educação.

O Deputado Ivan Valente foi feliz também quando se referiu a esse investimento maciço em educação. Há pouco tempo, participei de um seminário, pela Câmara dos Deputados, fora do País, com pessoas de todos os partidos, com lideranças da sociedade civil e empresariais, e foi unânime a posição de que a principal tarefa do Brasil nos próximos anos é o investimento em educação. E essa verdade nós constamos nas ruas, conversando com as pessoas. Portanto, é um impasse que temos de conseguir superar. Se todo o País sabe que o principal é



garantir esse investimento em educação, se isso vai dos partidos de Direita aos de Esquerda, se todos estão de acordo com isso, como é possível que nesse pacto pela educação não consigamos avançar no financiamento, nos investimentos? E não falo de um investimento tímido, de um crescimento tímido ou excessivamente prudente, mas de um investimento maciço e pesado, capaz de, por exemplo, fazer com que a carreira do magistério volte a ser atraente, como já foi dito aqui hoje também.

Os professores da rede estadual do Rio de Janeiro, o meu Estado, estão em greve mais uma vez. Eu conversava com os professores do SEPE — Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação, sobre o drama da desvalorização do profissional de educação, a dificuldade de esse profissional conquistar condições melhores de trabalho e, ao mesmo tempo, a constatação de um pouco de descompromisso ou a despreocupação de parte da sociedade, como se isso não fosse problema dela.

Eu contrastei isso com uma greve importante que houve no Rio de Janeiro, uma manifestação dos bombeiros que recebeu apoio unânime da sociedade, e me parece que não há a mesma preocupação. Eu apoiei a manifestação dos bombeiros e atuei em sua defesa. Apoio a manifestação dos professores, mas é como se não houvesse o mesmo impacto. É como se uma greve na educação, como se as dificuldades na escola pública, pelo fato de parte da sociedade não ter seus filhos na escola pública, não fosse um problema de todos nós. E é, porque essa escola é que está formando os cidadãos do nosso País.

Então, parece-me que precisamos avançar nessa consciência também. E aqui, no Congresso Nacional, através desse debate sobre o PNE, precisamos fazer esse pacto com a Nação por um investimento maciço na educação e de fato a educação ser colocada como prioridade real, não prioridade de campanha ou de época de eleição, mas prioridade no orçamento dos nossos governos todos, do menor dos Municípios até o Governo Federal. Fazer com que isso se torne realidade eu acho que é o nosso maior desafio nesta Comissão.

Muito obrigado a todos pela presença.

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade.



A SRA. PRESIDENTA (Teresa Surita) - Passo a palavra ao Deputado José Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Em primeiro lugar, cumprimento a nossa Presidente e os nobres expositores.

Eu dividi as minhas reflexões sob dois aspectos que foram bastante bem enfatizados aqui. Primeiro, foi uma alegria, Ministro, vê-lo de volta a esta Casa. Nos privamos com tantos debates, e V.Exa. sempre lúcido não só no Ministério, mas também aqui como nosso colega, e sempre aberto para o diálogo. Nós o aborrecíamos bastante, ocupávamos o seu tempo tanto no Ministério do Turismo, mas sobretudo quando estava no Olimpo. Íamos muito lá. Era interessante que íamos ao encontro do Ministro e, embora ele não resolvesse, saíamos contentes, porque ele era tão amável. (*Risos.*) Então, o jeito era voltarmos satisfeitos.

Eu, na condição de velho professor, desde o primário até à universidade, estou absolutamente de acordo com a participação, autonomia, avaliação, capacitação, tudo isso é fundamental. No entanto, eu gostaria de enfatizar que eu considero que a escola pública ainda continua como um gueto. A comunidade não vai à escola. A única responsabilidade que os pais têm é de mandarem o menino até lá. A escola então se fecha em si própria e dela não participam nem pai, nem mãe, nem a comunidade chega até lá.

O Mares Guia foi Secretário. Eu estive recentemente com o grupo desse grande Instituto Dom Romano e senti que há um acompanhamento do Estado de Minas Gerais quase que de escola por escola, de aluno por aluno. Eu achei isso fundamental. Mas a minha grande interrogação aqui seria justamente como V.Exa. veria a atuação desta Casa e desse nosso processo para modificar a mentalidade das comunidades para que fossem até à escola, para que nela não ficassem só o professor, o diretor e os funcionários.

Eu tive uma experiência muito interessante. Durante 35 anos eu fui professor, e no colégio que eu dirigia, embora fosse particular, porque era da diocese, nós conseguimos levar desde o Prefeito até o funcionário mais pobre para dentro da escola. O resultado de tudo isso foi que essa escola que não tinha preocupação com vestibular, não se falava em vestibular dentro da escola, conseguiu aprovar 96% dos seus alunos nos vestibulares. E hoje o Governador do Estado, o Prefeito da cidade,



todo o corpo que hoje pensa o Ceará é egresso daquela escola. Na minha região, que é região norte do Estado do Ceará, 96% dos médicos são egressos da escola, assim como os engenheiros. Isso porque a comunidade foi à escola.

Então, eu gostaria de saber se V.Exa., para nos ajudar, teria uma maneira de conseguirmos fazer com que as nossas comunidades mudassem de mentalidade, e não simplesmente o pai fosse à escola para saber se o aluno passou de um ano para outro, mas que fosse lá para dar uma contribuição. Eu acredito que o pedreiro tem contribuição a dar para a escola; eu acredito que o agricultor que está com o seu filho na escola tem uma contribuição a ser dada.

Então, essa pergunta eu gostaria de lhe fazer, em virtude da sua alta competência: como poderíamos fazer isso? Seria o caso de massificarmos isso, através dos meios de comunicação? Vejo tanta novela besta por aí... Será que o Governo não poderia investir um pouco e dizer: *“Venha à escola! A escola é sua! Ingresse aqui!”*.

Tudo o que o senhor disse aqui é fundamental. Enquanto a comunidade não participar, a escola não progride; enquanto o diretor não tiver autonomia com os professores, a escola também não vai para frente; e o mesmo ocorrerá enquanto não houver uma avaliação interessante.

O ENEM de hoje eu já fazia há cerca de 30 anos no colégio que eu dirigia. Eu chamava de teste de supervisão, que era uma maneira de avaliar o professor. Depois que era dada a unidade, havia o teste de supervisão. E nós tínhamos um quadro que apontava o seguinte: se 50% dos alunos não tivessem obtido notas acima de 7,5 ou se as notas estivessem muito abaixo disso, então verificava-se que o professor não tinha conseguido transferir conhecimento. Era preciso chegar-se à média de pelo menos 50%, que é o que temos dentro das classes.

A primeira pergunta é se V.Exa. teria alguma experiência nesse sentido, ou seja, de massificarmos dentro do País o ingresso da comunidade na escola, para levarmos a comunidade para a escola. Enquanto a comunidade não estiver lá, para avaliar o professor, avaliar o diretor, avaliar as necessidades primárias da escola, não avançaremos.

Fizemos a experiência do cantinho da biblioteca. Fazíamos com que os meninos lessem por semestre pelo menos dois livros. E depois o professor de



Português teria de fazer um levantamento, perguntando quem era o personagem, por exemplo. Esse trabalho fez com que hoje os nossos ex-alunos sejam pessoas que escrevam muito bem, porque leram muito e, ao mesmo tempo, eram cobrados.

Eu fico preocupado também quanto aos recursos. E aí eu entro na seara do meu querido Ariosto, que seria uma pergunta também direcionada ao Márcio e a V.Exa., Ministro Mares Guia: o que vamos fazer com 50 milhões de brasileiros que não estão na escola, que são os analfabetos funcionais e analfabetos tecnológicos? O que poderíamos fazer para atendê-los?

Eu sei que os recursos são por demais limitados, no entanto, é um problema que tem de ser enfrentado. Ou se enfrenta isso, ou o Brasil patinará eternamente dentro da mesma situação.

Aqui, no momento em que o Márcio Pochmann trouxe esses dados — e acho que depois nos serão distribuídos — por sinal estarrecedores, ele se referiu à população que teremos daqui a 30 ou 40 anos. E eu faço uma comparação com a seguridade social para indagar o seguinte: quem vai assegurar a sua aposentadoria ou a minha? Não haverá mais ninguém, pois inexistirá mão de obra.

Fui educado na Alemanha e, na época, havia falta de mão de obra. Aí começaram a importar árabes. Depois, fui fazer um curso de extensão na França e lá também precisaram dos árabes. E hoje estão lá os guetos africanos e de árabes — como diziam os franceses *les arabes* — criando problema, porque eles não tinham essa mão de obra, que era até desqualificada, mas que o governo qualificava.

Então, eu deixaria essas duas perguntas porque, realmente — e V.Exa. caminhou conosco, quando era Deputado —, quando andávamos de vila em vila, de povoado em povoado, através desse nosso olhar de professor, conversávamos com os professores e sentíamos que a escola não estava recolocando.

Eu me lembrei de um episódio ocorrido quando eu estudava na Alemanha. Os alunos da casa de estudantes se revezavam na portaria e, certa vez, iria chegar um novo professor, e recebi do Diretor a ordem de que não o aborrecesse, porque ele defenderia uma tese lá. O professor se apresentou a mim — “*Her doctor, professor*” —, mas eu disse que ele não poderia entrar. E eu quase fui expulso do país, porque a pessoa mais importante de lá é o professor.



Infelizmente, o nosso professor não é suficientemente valorizado, nem o do primário, nem o do ginásio e nem o da universidade.

Então, eu deixo essas duas perguntas: como socializar o ingresso da comunidade na escola? E como efetuarmos algo em favor desses analfabetos funcionais, os quais são a mão de obra que devemos aproveitar para o desenvolvimento coletivo do nosso País?

É uma alegria revê-lo. Muito obrigado pela belíssima exposição. Senti-me o velho diretor do colégio.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Com a palavra o Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Boa tarde. Quero iniciar saudando os convidados, especialmente o Sr. Ministro Walfrido, a quem agradeço pela referência carinhosa ao meu falecido pai.

Indago se o Presidente do IPEA voltará, porque eu iria abordar a questão do financiamento e até algumas informações que seriam do IPEA, para que ele as confirmasse ou dissesse que eu estava errado.

Como falou o Dr. Afonso aqui, realmente, quem ganha acima de 30 salários mínimos no Brasil contribui com 34% da sua remuneração para o setor público com tributos.

O Presidente do IPEA está retornando à Comissão agora e vou repetir a informação, até para que ele diga se estou errado ou certo.

O Dr. Afonso falou que quem recebe menos no Brasil, quem é mais pobre, paga mais tributos. E, segundo estudos de vocês — corrija-me, por favor, Presidente, se eu estiver equivocado —, quem recebe acima de 30 salários mínimos no Brasil deixa 34% da sua receita para o setor público através dos tributos; e quem recebe até dois salários mínimos deixa 52% do que recebe para o setor público em tributos.

Então, realmente, quem ganha menos no Brasil paga mais tributos. E nós temos aqui a seguinte situação: a carga tributária está entre as maiores do mundo, e o investimento público está entre os menores do mundo.

Esses recursos estão no setor público.



Logo, o argumento de que não há recursos para a educação ou para qualquer outra finalidade é equivocado — matemática e comprovadamente equivocado.

Ora, se estamos entre aqueles que mais recolhem e que menos investem, onde é que vai parar esse recurso?

E a gente percebe também — e aqui foi falado por todos — que, especificamente neste setor sobre o qual nos debruçamos, apenas 20% dos recursos ou menos vêm da União. E mais: proporcionalmente — ou percentualmente —, a arrecadação da União tem aumentado mais do que a dos Municípios e dos Estados. Não me refiro apenas à distribuição, mas os tributos que vêm sendo colocados ou impostos ao cidadão se direcionam para a União.

Ao analisarmos um estudo do Nelson Carneiro, entre 27 países selecionados para análise em relação a investimentos em educação, em termos de percentuais do PIB, somos o 9º país que menos investe na educação. Menos teria a China, o Uruguai, a Índia, a Indonésia, o Chile e outros. E se invertêssemos isso, dentre esses 27 países, ao analisarmos os que menos investem individualmente por aluno, o Brasil estaria em 7º lugar entre os que menos investem recursos por aluno. Pela ordem, teríamos o Iemen, com 473 dólares por aluno; a Índia, com 236 dólares; o Paraguai, com 408 dólares; a Bolívia, com 609 dólares; enfim, o Brasil investiria 959 dólares por pessoa em idade educacional. Em 21º lugar estariam a Espanha, a Austrália e a Alemanha, todos com investimentos de 6.500 dólares por aluno.

Neste cenário, se a gente investisse 7% do PIB do Brasil em educação, uma projeção até 2050, segundo dados do Ministério da Fazenda, indicaria que apenas naquele ano chegaríamos a um investimento de 6.865 dólares por estudante. Repito: se investíssemos 7% do PIB, teríamos um investimento de 6.865 dólares por aluno apenas daqui a 40 anos.

Por outro lado, se analisarmos algumas áreas específicas que necessitam de reforma, eu citaria aqui a questão do gasto previdenciário, temos aqui em torno de 11% do PIB do Brasil, segundo as informações do Banco Mundial, em gastos previdenciários. E nós teríamos apenas 5,5% da população com mais de 65 anos.

Em compensação, com o mesmo gasto previdenciário em percentual do PIB, nós teríamos na Holanda 14% para uma população acima de 65 anos. No Reino



Unido, 16%. E nós teríamos o mesmo gasto quanto ao percentual do PIB para apenas 5% de nossa população.

Na Espanha, temos 17% da população acima de 65 anos. Então, repito: temos apenas 5% de nossa população acima de 65 anos, mas temos o mesmo gasto percentual do PIB para a questão previdenciária.

Teríamos aqui, então, segundo esses cálculos também, em torno de 2,5% do PIB de déficit anual com despesas na Previdência.

Vou pegar especificamente essa situação de Previdência, porque ela tem uma relação muito peculiar com o nosso Estado, onde quase 60% são aposentados, assim como as despesas da folha também sofrem esse reflexo.

Ao analisarmos o que ocorre nos Estados Unidos, na Espanha, na Dinamarca, na Islândia, na Noruega, em Portugal ou no México, homens e mulheres se aposentam com a mesma idade, entre 65 ou 67 anos, como idade mínima de aposentadoria. No Brasil, a idade mínima é menor, e nós temos diferenças aqui entre homens e mulheres.

Por fim, 3,2% do PIB nesses países é gasto com pensão por morte. Nos países da OCDE, esse percentual é 0,8%. E nos países em condições populacionais à semelhança do Brasil, a média é de 0,2%.

Colocamos aqui algumas situações específicas quanto à remuneração de professores, da estrutura da escola e de meritocracia ou de avaliação. Devo dizer que, no Estado de onde venho, não só vemos escolas caindo, mas muitas delas funcionam em contêineres. Como não há condições de se investir em escolas, foram espalhados contêineres, e as crianças estudam dentro deles.

Alguns colegas falaram também que, sem a reforma tributária, não há como melhorar os recursos para a educação.

Portanto, dentro desse cenário, não há solução. E a minha pergunta é: sem a reforma tributária, que não vai ocorrer imediatamente, qual será a solução?

Para mim, se algum passo puder ser dado na reforma tributária, esse deverá ser a simplificação.

Como se viabiliza isso dentro de um País corporativista, de um País que, como vimos, arrecada muito, mas destina os recursos para setores equivocados, ou de forma equivocada? Como praticamente e efetivamente vai-se corrigir isso, haja



vista que, ao analisarmos o valor gasto por aluno no Brasil, só atingiremos o valor gasto por países desenvolvidos, com 7% do PIB, daqui a 40 anos?

Ou seja, somente daqui a 40 anos estaremos aplicando na educação o mesmo valor aplicado por países desenvolvidos. Ou seja, parece-me que, se dependermos apenas do investimento do Governo da educação — e dele realmente dependemos — não chegaremos lá em curto espaço de tempo.

A minha pergunta é básica: há viabilidade efetivamente de se mudar isso? E onde a faca, onde o bisturi iria entrar? Porque vai-se ter de aplicar o bisturi. Quem diz “sim” para todo mundo, diz “não” para quem tem menos força. E a regra dos Parlamentos é dizer “sim” para todos. Ao chegar uma proposta de aumento, diz-se “sim”.

Eu, pelo menos, durante 4 anos de mandato na Assembleia Legislativa, nunca ouvi aquela Casa dizer “não” para uma proposta de aumento de servidor ou para o aumento de qualquer benefício. Mas dificilmente ouvimos um “sim” para algum corte.

Então, qual seria a prioridade, na opinião dos senhores, para os cortes e qual seria a solução real, efetiva, para não esperarmos 40 anos até chegarmos aos valores necessários nos investimentos em educação e para que esse recurso efetivamente chegue onde precisa chegar?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados debatedores, na terça-feira e hoje eu não compareci à Câmara dos Deputados porque estive envolvido com a 10ª Conferência Municipal de Saúde, que está ocorrendo na cidade de Recife. Especialmente hoje fui convidado pela prefeitura para ser um dos debatedores sobre o tema do SUS e da Seguridade Social, que é o tema central da 14ª Conferência Nacional de Saúde, que vai ocorrer no final de novembro e em dezembro deste ano. Portanto, fui privado, em função dessa agenda, de participar e de assistir a exposição dos debatedores.

Mas tenho participado do debate com o nosso consultor, Dr. Paulo César, desde 2009. Eu coordenei o primeiro seminário que o PDT realizou sobre a questão do pré-sal. Participamos de uma Mesa com o Engenheiro Fernando Siqueira, da



Associação de Engenheiros da PETROBRAS, e com o Dr. João Victor, considerado um dos maiores geólogos na área de petróleo em todo o mundo. Também com o Professor Márcio Pochmann temos tido uma interação em outros fóruns, inclusive na Conferência sobre Desenvolvimento realizada pelo IPEA.

O ex-Deputado e ex-Ministro Mares Guia tenho acompanhado como figura pública e a sua trajetória, inclusive as contribuições que tem dado ao País.

Mas eu quero destacar aqui o nosso ponto de vista. Nós estamos num momento singular: 122 anos após a Proclamação da República e 23 anos após a sanção da nova Constituição de 1988, estamos numa encruzilhada que, de um lado, tem a mesmice, a continuidade do que está aí; ou a ruptura, que pode ser a construção do futuro, do ponto de vista da educação, da ciência e da inovação tecnológica.

E, desde já, caro presidente Pochmann, eu quero parabenizar V.Sa. pelo último artigo publicado no *Valor* sobre os riscos da nova desindustrialização, principalmente quando, ao final do artigo, o senhor aponta dois caminhos: investimento na educação e na inovação tecnológica. São temas fundamentais que, às vezes, não dialogam. Nós somos uma Comissão de Educação e Cultura e muitas vezes não dialogamos com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Informática e Comunicação.

E nessa lógica da ruptura ou da mediocridade, eu queria partir de um artigo publicado pelo Prof. Belluzzo há 5 anos, num trabalho de bastante fôlego coordenado pelo Prof. Ricardo Carneiro, do Instituto de Economia da UNICAMP. Ao tratar da dívida pública, da estabilização e da dependência, o Prof. Belluzzo nos dizia exatamente o seguinte: *“A regra básica da abertura financeira internacional foi a oferta de ativos a serem encampados pelo movimento geral da globalização. Nesse rol dos ativos estão incluídos os títulos da dívida pública.”*

E daí vou direto para uma outra publicação coordenada pelo até agora Diretor de Política Macroeconômica do IPEA, João Sicsú, com um título singular: *“Arrecadação. De onde vem? Gastos públicos. Para onde vão?”*.

Nessa publicação, o João Sicsú e o Carlos Vidotto publicaram um artigo interessantíssimo: *“Administração Fiscal e a Taxa de Juros”*. Eles nos dizem exatamente o seguinte: nesse período aumentou significativamente, de 1994 a 1998,



a dívida pública em relação ao PIB, chegando a 42% do PIB. Mas, nesse mesmo período, o montante de papéis, de títulos da dívida mobiliária, subiu a quase 35% do estoque da dívida mobiliária, que hoje é uma dívida completamente “papelificada”. Na verdade, não é mais papel derivado da celulose, porque são registros digitais da emissão dos papéis do Tesouro Nacional.

Então, esse é o pano de fundo que sacrifica o financiamento da educação, que retira em cinco anos do orçamento da seguridade social 228 bilhões de reais, valores que representam a incidência da DRU sobre o orçamento da seguridade social.

Então, nesses 33 anos que tenho na política, desde que iniciei a minha militância sindical, em 1978 — e dela nunca me afastei—; depois como dirigente sindical da educação básica, como dirigente sindical do movimento docente, como construtor militante do ANDES — Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino —, e nesses 20 anos de mandato, quatro como Vereador, dois mandatos de Deputados Estadual e três como Deputado Federal, fico indignado com a chantagem que se faz com a sociedade brasileira, quando sempre se coloca os outros dispêndios, as outras prioridades à frente do óbvio. Quando a chantagem se sobrepõe ao óbvio, é sinal de que este País precisa mudar.

E qual é o óbvio? O nosso problema de subfinanciamento da educação, a precariedade dos indicadores, a baixa remuneração dos profissionais de educação não derivam da insuficiência fiscal do Estado Brasileiro. Mente escancaradamente quem tenta dizer isso à opinião pública.

Nós temos carga tributária, economia e capacidade fiscal para que o Brasil já esteja anos-luz à frente dos atuais indicadores. Estamos iniciando a segunda década do século XXI. Estamos iniciando a discussão do novo Plano Nacional de Educação na qual não se coloca o dedo na seguinte ferida: por que o PNE “velho” — se podemos chamá-lo assim, já que vigorou até 31 de dezembro de 2010 — não teve as suas metas convenientemente assistidas?

Este é um País em que damos muito mais atenção aos benefícios do capital do que aos direitos da sociedade. Os benefícios do capital terminam se transformando em um fim para grande parte das políticas macroeconômicas.



E vou voltar a essa publicação que João Sicsú coordenou, para citar um outro artigo de um economista que atua aqui em Brasília, o Evilásio Salvador, do INESP. Ele mostrou quem paga a conta na administração tributária. Ele relacionou diversos benefícios fiscais e tributários dados ao capital.

Dentre eles eu destacaria, Sra. Presidente, o art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995, que isenta da incidência do Imposto de Renda a remessa de lucros e dividendos. Pois naquele ano de 2005 o Banco Central calcula que haviam sido remetidos para o exterior 12,7 bilhões de dólares. A um câmbio de 2,34, em 31 de dezembro de 2005, isso representaria 29,7 bilhões de reais remetidos ao exterior, remessa de lucros e dividendos, sem incidência de impostos.

Ou seja, se tivéssemos feito incidir 15% do Imposto de Renda, teríamos arrecadado, em 2005, 4 bilhões e 500 milhões de reais.

Sras. e Srs. Deputados, 4 bilhões e 500 milhões de reais, em 2005, representam 25% de todas as transferências federais na conta FUNDEB desde que foi criado o Fundo para Educação Básica, em 2006. E isso para citar os números de apenas um segmento.

Então, se formos aqui destrinchar os comunicados publicados pelo IPEA — referindo-me especialmente, Pochmann, aos Comunicados nº 22 e 23, sobre quem paga a conta da carga tributária; ou ao Comunicado nº 66, quando as equipes do IPEA traduziram, da Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios de 2009, os indicadores da educação; além dos últimos comunicados que tratam da inserção do Brasil entre os BRICs e a inserção da China como investidora no mundo —, veremos que são devastadores!

Então, precisamos definitivamente colocar o dedo na ferida. Temos condição de fazer isso e consolidar, no País, uma ruptura com esse modelo de submissão das políticas sociais à dominância financeira. Isso está sobejamente delineado e analisado por diversos segmentos da nossa academia, das nossas universidades.

Há inclusive um trabalho publicado ano passado, coordenado pela Profa. Rosa Marques, da PUC/SP, intitulado *“O Brasil sob a nova ordem”*, que é um artigo demolidor mostrando como o financiamento da saúde, por exemplo, foi submetido à acumulação financeira, ao paraíso dos rentistas.



Agora, esse é um pessoal difícil de ser dobrado, porque tem inserção na mídia, financia campanha, tem bancada no Congresso, na Câmara e no Senado. E é por essas razões que estamos sucessivas vezes defendendo reforma tributária que não sai do papel. Mas saem cotidianamente as minirreformas tributárias de interesse do capital.

Quanto praticamos de renúncia fiscal só sobre a receita da seguridade social!? De COFINS foram 38 bilhões. Ou seja, 38 bilhões são as renúncias fiscais sobre a COFINS na conta da seguridade social.

Então, se este País deixar de ser o paraíso da cumulação rentista e dos privilégios da cumulação do capital rentista, nós poderemos fazer um discurso coerente com uma prática que vá afirmar para a sociedade brasileira um Plano Nacional de Educação emancipatório.

Essa discussão tentamos fazer aqui no debate do piso salarial. Eu fui o único voto contrário ao Relator, meu ex-companheiro de bancada, Severiano Alves. Com a pressa de se aprovar a Lei do Piso, em 2008, permitiu-se que fossem incorporadas inúmeras banalidades, entre elas a de que se pode pagar um piso para até 40 horas. Depois culpam os governadores por pagarem um piso para 40 horas. Se a lei diz que é até 40, quem vai pagar um piso para 20? Ninguém paga para 20.

Disseram que, em 2009, poderiam ser incorporados ao piso todos os vencimentos, vantagens, proventos e gratificações. Muitos governadores pegaram os quinquênios dos professores com mais de 20 anos de carga horária na rede pública e os incorporaram ao valor do piso, achatando os salários dos profissionais de educação. E nós aceitamos que o piso, que deveria ser para 20 horas, no magistério, dobrando para 40, no nível superior, fosse 1187, o que, em janeiro do próximo ano vai representar menos do que dois salários mínimos. Isso porque houve a política da conveniência de se baixar a cabeça para a lógica da fazenda pública de priorizar o financiamento da dívida pública e não o da educação.

Isso precisa ser denunciado, porque quase 190 bilhões do estoque da dívida em papéis do Tesouro Nacional estão nas mãos de não residentes. Essas pessoas sequer sabem onde fica o Brasil. Se rodar o globo e disser: *“Bota o dedo no Brasil”*, eles são capazes de apontar Buenos Aires, Bolívia ou um país asiático. Não sabem



nem onde fica o Brasil, mas detêm 190 bilhões de estoque de papéis da dívida mobiliária, porque aqui se paga a taxa de juros mais alta do mundo.

Então, ou definimos com clareza quais são os nossos grandes adversários, ou vamos mais uma vez fazer aqui uma sucessão de discursos e abrir mão das fontes de financiamento reais para que a educação possa prosperar.

Eu sempre uso a palavra “compartilhamento”. Reiteradas vezes eu me refiro ao comunicados e boletins de política social publicados pelo IPEA, porque são, no meu ponto de vista, uma das mais importantes fontes de análise macroeconômica das relações da economia com a execução dos direitos sociais do nosso País. Um país que tem uma equipe como a do IPEA, a excelência acadêmica nas nossas universidades em Economia, em Pedagogia e em Educação não deve nada a ninguém. Não temos que importar modelos.

Então, Sra. Presidente, para concluir, queria defender que nós ousássemos, até para homenagear os 90 anos de Paulo Freire, esse pernambucano arretado, e os 91 anos de Celso Furtado, que seriam comemorados este ano. É uma coincidência que dois nordestinos, que saíram do Brasil pelo mundo afora, ainda sejam hoje as nossas grandes referências na discussão do desenvolvimento com soberania, autonomia e da importância do Estado se sobrepor ao imediatismo e corporativismo do mercado.

Acho que temos condições de promover uma ruptura. Agora, vai ter que se colocar na balança de fato o significado dessa ruptura, como fizemos no FUNDEB. Os Deputados lembram que a proposta de emenda constitucional não continha a previsão de recursos federais para complementar a expansão da rede de educação infantil, das creches.

O então Ministro da Fazenda era Antonio Palocci. Alguns Deputados se lembram das duas audiências que tivemos no gabinete do Ministro da Fazenda para convencê-lo da obrigatoriedade de a União, do Governo Federal, complementar os recursos dos Municípios para a construção das creches. Dobramos a intransigência da equipe econômica que não queria transferência federal para a complementação da oferta de vagas nas creches para crianças de 0 a 3 anos.

Da mesma forma como dobramos a intransigência da Fazenda ao incluir, na emenda FUDNEB, a expressão “no mínimo”. Os recursos que o Governo Federal



transfere para a conta FUNDEB são nos valores estabelecidos, hoje 10% da receita de Estados e Municípios, “no mínimo”. Foi uma briga dura, Deputada, até conseguirmos tirar da Gramática portuguesa estas duas expressõezinhas, esta expressão de duas palavrinhas, “no mínimo”. E hoje nós estamos lá, inseridos no FUNDEB. A contribuição da União se dá, no mínimo, em 10% do que os Estados e Municípios colocam na conta FUNDEB.

Era esse o depoimento que eu gostaria de dar. E elogio mais uma vez a Consultoria da Câmara dos Deputados. Aliás, esta Mesa surgiu de uma proposição que eu apresentei ao Presidente Gastão Vieira numa reunião que nós fizemos há 2 semanas na Consultoria da Comissão de Educação e na Consultoria da Casa. Eu me orgulho da Consultoria que esta Câmara dos Deputados nos oferece, a nós e ao País. O Brasil muitas vezes não sabe que há consultores tão qualificados, que há equipes técnicas de tão alto nível.

Mas também não posso deixar de propor um voto de aplauso a toda a equipe do IPEA. Eu especialmente acompanho a gestão do Presidente Marcio Pochmann, que vem fazendo do IPEA o que o IPEA já era, mas de uma forma agora mais intensa, mais agressiva, mais despojada, até porque sofreu tantas pressões nos últimos tempos, de fora e de dentro. Quase não saiu a Conferência do Desenvolvimento, o Marcio sabe disso. Acho que é isso o que nos faz ser otimistas, apesar dos tantos anos em que caminhamos, caminhamos, e não saímos do canto, por força da pressão do mercado, do interesse dos rentistas, que submetem o desenvolvimento do País ao seus interesses de acumulação.

Meus parabéns. Eu já tive o cuidado de entregar o meu *pen drive*, para que fossem copiados os arquivos deste debate. Conhecimento é um bem que não se perde quando é socializado. É o bem mais importante. E, já que no art. 1º do Estatuto do meu partido, o PDT, está escrito que para nós a riqueza e os bens têm como fruto a educação e o conhecimento, o trabalho e o conhecimento, acho que quanto mais socializarmos essas informações melhor. Meus parabéns. Acho que nós marcamos um grande passo realizando esta discussão sobre as fontes de financiamento.

Obrigado.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Antes de passar a palavra ao nosso Ministro Walfrido dos Mares Guia, que tem de sair para viajar, eu também gostaria de parabenizar os expositores.

Todas as vezes em que eu falo nesta Comissão eu digo que o PNE para mim é um dos projetos mais importantes que esta Casa está discutindo. E acho fundamental que nós de fato consigamos avançar nesta matéria, acompanhando o resultado dessas metas com diagnóstico e com uma condição diferente da que estamos encontrando hoje.

Ao ouvir a apresentação do Ministro Walfrido, eu me vi na minha escola, quando criança, uma escola pública que era protetora, acolhedora e bastante rígida na cobrança dos resultados. Entendo que a mudança que sofreu o nosso País, a evolução ou não por que nós passamos, ela mudou os olhares. E vejo como importantíssimo as escolas terem autonomia e avaliação. Sem esses dois dados, realmente é muito difícil manter a qualidade de ensino que eu acredito que nós todos merecemos.

O analfabetismo funcional preocupa muito. Inclusive quero dizer que conversei com o nosso maravilhoso consultor Dr. Ricardo, que escreveu um projeto de lei apresentando acompanhamento para que o IDEB realmente tenha as suas regras e para que haja essa avaliação tanto para os alunos quanto para os professores. Isso é fundamental para a qualidade de ensino que nós merecemos.

Eu parabenizo a todos, e quero dizer que esta Comissão a cada reunião aprende mais e fica mais consciente de que o Plano Nacional de Educação precisa realmente ser apresentado ao País.

Passo agora a palavra ao Ministro Walfrido dos Mares Guia.

O SR. WALFRIDO DOS MARES GUIA - Muito obrigado. Eu peço desculpas ao Paulo César e ao Marcio, mas eu pego um avião às 8h44min. Não posso dormir aqui hoje porque amanhã, às 6h30min, eu faço um *check-up* e no dia seguinte viajo para o exterior. Eu gostaria de poder ficar até o final, mas não posso.

Primeiro, Presidenta, eu gostaria de agradecer a V.Exa., ao Deputado Gastão Vieira, aos Deputados e Deputadas esta oportunidade. Acho que há quase 9 anos eu não vinha a esta sala. Hoje, na hora em que entrei, vi o meu retrato ali pela primeira vez. Tive momentos maravilhosos da minha vida nos 4 anos que passei



aqui dentro e nos outros 5 anos e meio em que fui Ministro do Presidente Lula. Agora volto ao tema da minha vida. Trabalho há 45 anos na área da educação.

Eu organizei as possíveis respostas, porque algumas delas são difíceis. Quando o Deputado Gastão Vieira me convidou, eu disse: *“Ô Gastão, eu não estou assim com a mão na massa com relação ao financiamento”*. Mas na hora em que ele disse que o Marcio Pochmann viria, que o José Roberto viria, que o Paulo César viria — eu já conhecia o José Roberto, mas ainda não tinha tido a oportunidade de chegar perto do Marcio mais intimamente —, eu disse: *“Então eu posso falar do que eu sei, do que eu vivenciei”*.

Eu queria abordar estas duas coisas: avaliação e autonomia, sobretudo me referindo ao comentário que o Deputado Esperidião Amin fez sobre a avaliação e às considerações que a Deputada Dorinha, o próprio Deputado Joaquim Beltrão, o Deputado Ariosto e os demais fizeram sobre gestão.

Realmente, quando eu falo em avaliação, nem estou falando em avaliação do Plano Nacional de Educação. Se nós tivermos um *follow up*, uma avaliação razoável de ano em ano e uma avaliação mais profunda de 3 em 3 anos, eu acho que já está ótimo. Estou falando da avaliação do sistema educacional.

Tanto o Prefeito de uma cidade quanto o Governador do Estado têm hoje a obrigação de pedir ajuda ao Governo Federal ou ao Governo Estadual, de contratar por licitação — muita gente sabe fazer isso, e bem feito, no Brasil — para ter uma avaliação externa do desempenho de suas escolas. Se fizerem a avaliação por amostragem, terão um número que não serve para nada, ou vão ficar com o ego cheio porque a amostragem pode dizer que a situação está boa, e não terão a menor ideia de quantas escolas estão mal e quantas estão bem, de por que estão mal e de por que estão bem.

A avaliação tem que ser universal. Todas as escolas terão que ter os seus alunos avaliados, todos os anos, em algumas séries — não precisa ser em todas. Na nossa experiência, fizemos isso nos anos pares, porque começamos nos anos ímpares. Fizemos a avaliação da 3ª série do primeiro grau e da 8ª, e nos anos pares da 5ª e da 2ª série do segundo grau. Depois nós fizemos até algumas avaliações, mas todo ano tínhamos uma medida de todas as escolas, no mesmo dia, na mesma hora, universal, sem ser nem por amostragem de aluno nem por amostragem de



escola. Fizemos isso para ver como a escola estava se saindo em relação às matérias e às séries.

A primeira avaliação que houve no Brasil foi feita em 1990, numa experiência do MEC. O chefe da avaliação era um chileno que veio fazer avaliação para a área agrícola. Ele foi contratado pelo MEC e eles então fizeram essa primeira avaliação.

A partir de 1992, nós fizemos em Minas Gerais avaliações sistemáticas, que continuam sendo feitas, com exceção de um único ano, 1999, que foi quando mudou o Governo do Eduardo Azeredo para o do falecido Itamar Franco. Esse foi o único ano em que não houve avaliação. Esse sistema que nós implantamos lá foi tomado depois pelo Paulo Renato, com quem tive inúmeras conversas sobre o sistema de avaliação de Minas, antes de ele assumir e durante a campanha.

Eu disse aqui Fundação Osvaldo Cruz, mas a Fundação foi a Carlos Chagas. O Prof. Heraldo Marelím Vianna foi nosso primeiro homem, o primeiro professor neste País que montou um sistema, em Minas Gerais, para fazer essa avaliação. E quem inoculou esse vírus favorável da avaliação foram dois grandes amigos meus, que virão aqui daqui a uns dias, pelo que me disse o Deputado Gastão: o Cláudio de Moura Castro, que na época era o chefe, o *head* da educação no Banco Interamericano de Desenvolvimento, e o João Batista Oliveira, que na época trabalhava na Organização Internacional do Trabalho, a OIT.

Eu era uma pessoa da educação, mas nós ainda não tínhamos visto o resultado disso. E ele é uma coisa extraordinária, porque mexe com todos os sentimentos de diretores, de professores, de coordenadores de políticas públicas ver a possível tomografia da sua escola nas matérias e nas séries. E 8 anos depois, já que (*ininteligível*) pelo Estado de Minas Gerais, mas pelo fato de termos colocado isso em primeiro lugar, e universal nas avaliações sucessivas.

Quando chegou a avaliação de 1998, Minas Gerais ganhou o primeiro lugar em todas as séries e em todas as matérias na avaliação do SAEB, que era feita na época pelo Ministério da Educação. Fomos o primeiro Estado a fazer a avaliação educacional.

O poder dessa avaliação, Deputada Dorinha, foi tão espetacular para mim como gestor, que, quando eu mostrei esses resultados ao Deputado Hélio Garcia, eu disse: “*Governador, veja a quantidade de coisas que nós temos que resolver*”



aqui". Estávamos investindo na época 32% das receitas correntes líquidas dadas pelo Tribunal de Contas da União, mas 9% desses 32% eram para pagar os inativos. Na sala de aula e no sistema, nós estávamos investindo 23%. A Constituição fala em 25% e ponto, mas 9% dos 32% que investimos em Minas em 1991 era para pagar inativos. Em 8 anos, quando terminou o mandato do Eduardo Azeredo, que manteve todas as políticas do Hélio Garcia e ainda me manteve como responsável pela Secretaria — eu era Vice-Governador também —, nós chegamos a 43% das receitas correntes líquidas. Os aposentados já eram 11%, mas aí nós já estávamos gastando 32%, ou, melhor dizendo, investindo 32% na educação.

O que nos mostrou a autonomia combinada com a avaliação? Mostrou que a educação virou uma prioridade do Governo. O Governo Hélio Garcia tinha três prioridades: 1) educação de qualidade para todos, sobretudo educação básica; 2) a duplicação da Fernão Dias; e 3) a reorganização do Estado, no que diz respeito ao saneamento das contas públicas. À época, o Governador Esperidião Amin se lembra muito bem disso, nós tínhamos uma inflação de 30% ao mês, então não tínhamos a menor ideia de quanto nós gastávamos. Bastava segurar o salário dos professores e dos funcionários durante 3 meses, e pagava-se o 13º salário. Reinava o superávit. Depois, com o Plano Real, 4 anos depois, mudou tudo, e tivemos um momento de muita inflação e um momento de quase nenhuma inflação, 4 anos aqui, 4 anos aqui.

A autonomia, eu diria que ela deu mais trabalho nesses 8 anos do que a avaliação, porque a avaliação é uma coisa técnica, um sistema, uma decisão política, uma vontade do Governo.

Fomos à Assembleia Legislativa, ao Conselho Estadual de Educação... Não conseguimos obrigar as escolas municipais a entrar no sistema de avaliação, que se chamava AVA, um programa a que todas as escolas estaduais, quase 90% delas, eram obrigadas. Com as municipais não conseguimos uma brecha naquele momento, porque ainda não tinha passado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Mesmo assim, muitas aderiram ao sistema.

No que diz respeito à autonomia, alguém me perguntou aqui como fazer a família participar. Nós usamos todo o nosso conhecimento de pesquisa, de mídia, de comunicação. Na época da escolha dos diretores, de 3 em 3 anos, com prova escrita feita pela UFMG para selecionar os 3 melhores e depois a eleição, aquilo ali



era uma mídia maciça no Estado, chamando a comunidade para tomar conta daquilo que era dela: *“Escolha o diretor da escola onde seu filho estuda.” “Você pode ser membro do Conselho Deliberativo da Escola.” “Você vai ter poder de ajudar.”*

Fizemos uma campanha maciça. Contratamos mídia, fomos a todas as redes de televisão, pagamos por espaço. Nada disso se faz de graça. Chegamos a ter escolas maiores com autonomia para fazer licitação de obras até acima de 500 mil reais. Mas era preciso uma licitação, uma ajuda da Prefeitura local, etc. A corrupção que aconteceu nesse sistema foi nula, porque nós perdemos uma diretora em 6 mil, e ela foi tirada pelo próprio colegiado. A maior briga que nós tivemos foi com um determinado professor de péssimo desempenho na escola, não somente desempenho didático, mas também de péssima postura como professor. O colegiado e a diretora ou diretor queriam tirá-lo porque ele não cumpria as suas obrigações, mas ele era retirado da escola e não do sistema. Nós conseguimos uma liminar do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que tinha sido Secretário de Educação do Governo Aureliano Chaves. Ele deu a liminar, depois venceu no Pleno, por maioria: *“Você não é bom para ficar na escola. Você fez concurso, está estável, então você fica por conta da Secretaria”*. E mandamos fazer uma avaliação da vida profissional dele, e alguns até pediram para ir embora, para não serem demitidos por justa causa. Não é possível nós acharmos que a natureza é um plano, que todo mundo é maravilhoso, que todo mundo é ético, que todo mundo é espetacular. Não. Tem gente que dá o sangue, mas uma minoria de pessoas não tem nenhum comprometimento.

A escola começou a vivenciar tudo isso, autonomia administrativa, financeira e pedagógica, a participar do PDE, que é o Plano de Desenvolvimento da Escola, a discutir currículo. E quando chegava a avaliação o colegiado tinha que examiná-la e tinha 15 dias para convocar assembleia de pais na escola, para o diretor da escola apresentar aos pais aquilo que nós chamávamos na época de “tomografia computadorizada”: como está o desempenho da escola, cada detalhe.

Nos 2 primeiros anos, o Prof. Heraldo Marelim sugeriu que nós não publicássemos essa avaliação, porque haveria uma revolução, de tão ruim que era o resultado. Então, *pari passu*, devagarinho, em 8 anos, que é o tempo suficiente para uma criança sair da 1ª e chegar à 8ª série, nós, digamos assim, consolidamos as



políticas. Depois veio o Governo do Presidente Itamar, o Governo do Aécio, 2 mandatos, e agora o Governo do Anastasia. As políticas estão lá. A única coisa que saiu foi a eleição. Mas está tudo o mais lá. E nós não inventamos nada. Tudo o que nós fizemos lá em Minas Gerais já era velho nos países que resolveram o problema.

Isso melhora escandalosamente o desempenho da escola, e eu concordo 100% com aquilo que disse a Deputada Dorinha. A escola se valorizou, e a responsabilização, a *accountability* dos gestores foi lá no teto. Temos problemas? Temos. Conhecemos o problema. Temos estatísticas de repetência, de desistência, sabemos onde estão as incongruências. Mas, paulatinamente, ano após ano, cada escola e o conjunto delas, nas superintendências, ia melhorando. E então começamos a premiar aquelas que estavam espetacularmente lá na frente e a colocar num pronto-socorro as 10% piores, para não deixá-las à sua própria sorte.

Então...

(Não identificado) - Como é que vocês trabalharam a qualidade do professor?

O SR. WALFRIDO DOS MARES GUIA - Nós conseguimos um financiamento no Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em 1 ano e 8 meses, conseguimos 320 milhões de dólares, e investimos 90% desse dinheiro em qualificação de professor e de diretor. Dobramos o salário dos diretores e passamos todos para tempo integral e dedicação exclusiva. Qualquer professor que desse 40 aulas, ou 45 aulas, ganharia menos do que o diretor. Para 6 mil diretores, apareceram quase 20 mil candidatos. Valorizou-se a posição do diretor. O Deputado Esperidião Amin disse aqui, e eu concordo com ele, que a cara da escola é a cara do seu diretor. Mudou o diretor, mudou a cara da escola — para melhor, para pior ou para uma cara diferente. Se ele é um líder apenas administrativo, ele está ali preocupado com o ponto, com limpeza, com comida. Mas, se ele é líder de uma comunidade educativa, ele toma conta da entrega do currículo, da satisfação dos professores, do respeito aos seus direitos. Ele extrapola o muro da escola, vai para a comunidade, traz a comunidade para dentro da escola. Esse é o grande diferencial do líder comunitário, do líder de uma comunidade educativa, para um administrador burocrático, colocado ali porque um Deputado passante tornou-se majoritário naquela cidade.



Houve casos, Deputado José Linhares, de o Deputado majoritário ter 100 votos. Mas houve um Deputado que teve 15 mil votos na cidade e não se elegeu. Aquele que tinha 100 votos é que indicava os diretores. Isso foi nos anos 80. Nós acabamos como isso assim como se dá um corte com um machado: parte-se em dois e acabou. Aprovamos uma lei na Assembleia, a lei da seleção competitiva interna para escolha de diretores, em junho de 1991. Gastamos 90 dias para aprovar essa lei, porque nós entramos dia 18 de março. Essa foi a “travessia do Rubicão”. Daí em diante todo mundo viu que a coisa era para valer. E a educação virou prioridade nos dois Governos consecutivos. Todo discurso do Hélio Garcia e do Eduardo Azeredo tinham um espaço para a educação. Todo mundo sabia que a educação não seria palco de clientelismo. E, quando nós viajavamos, nós visitávamos sistematicamente escolas. Eu tinha a obrigação de fazer isso porque eu era o Secretário, mas a equipe toda do Governo visitava.

Então nós viemos um momento lá... Eu estou dizendo isto aqui porque, com o mesmo dinheiro que nós tínhamos, com a mesma estrutura que havia, cheia de gente boa, abrimos espaço para centenas de pessoas que nunca tinham tido a oportunidade de dirigir. Fizemos uma mudança, e não perdemos isso. Não ficamos preocupados em fazer lei disto, daquilo e daquilo outro. Fizemos as essenciais. A educação de Minas Gerais vai bem. Poderia ir melhor, se tivessem investido um pouco mais.

Agora vamos trasladar isso para o âmbito do Governo Federal. Eu peguei estes dados do Marcio. Permita-me chamá-lo de Márcio, que eu tenho idade até para ser seu pai. Há aqui um gráfico que é fundamental. Em vez de falar em percentual, vamos falar em valor.

O Governo Federal, de 1995 até 2004, portanto durante 10 anos, investiu na educação, com recursos federais, 20,5 bilhões de reais em média. Foi como numa linha reta: 19,5 em um ano; 20 no outro ano, 21,5 depois... A média foi de 20,5 bilhões em 10 anos. De 2003 até 2006, nesses 4 anos, o investimento foi de 22 bilhões — aumentou 10%. Então, se nós considerarmos 12 anos, veremos que investimos, em média, 21 bilhões. Nos últimos 4 anos, a média passou para 32 bilhões — aumentou 10 bilhões de reais a média nesses 4 anos. Portanto são 40 bilhões a mais nos últimos 4 anos. De 2007 a 2010 o investimento federal, só



recurso federal, foi de 128 bilhões. Nos 4 anos anteriores, foi de 90 bilhões, 38 bilhões a menos. E nos 4 anos anteriores foi de 80 bilhões. Portanto nós aumentamos em 50% o que era investido nos 4 anos anteriores ao último Governo, de tal maneira que tivemos 40 bilhões em 2010.

Por que esse salto? Por que o investimento passou de 22 bilhões, 23 bilhões, para 26 bilhões, 30 bilhões, 32 bilhões e 39 bilhões? FUNDEF e FUNDEB. FUNDEB, porque nós passamos todos os anos do FUNDEF sem um tostão novo.

Eu estava na Granja do Torto no dia em que o FUNDEF foi criado. Eu já era Vice-Governador do Eduardo Azeredo, e era o Secretário da Educação e do Planejamento. Fui convidado pelo Governador para essa reunião. Até me deram a palavra. Eu fiz uma única pergunta ao Ministro Malan. Meu particular amigo Paulo Renato era o Ministro da Educação. O Clóvis Carvalho era o Chefe da Casa Civil, e estava lá. O Serra era o Ministro do Planejamento, e estava lá. Estava o Presidente Fernando Henrique e todos os Governadores.

Na hora em que Minas Gerais foi falar, o Governador me deu a oportunidade, e eu fiz a seguinte pergunta: *“Ministro Malan, Ministro Paulo Renato e Presidente Fernando Henrique, vai ter dinheiro novo para o FUNDEF?”* Porque o FUNDEF em si foi um ovo de Colombo. Eu perguntei: *“Vai ter dinheiro novo?”* A resposta foi esta: *“Não. O recurso é o próprio dinheiro do Salário Educação”.*

Mas o FUNDEF obrigou os Municípios a ter alunos na rede municipal, e eles não tinham, não tinham. Há um caso histórico em Minas Gerais, passado na Prefeitura de Itajubá. O Prefeito de Itajubá conseguia gastar — a palavra é gastar — os 25% dele pegando mais ou menos 10 ônibus cheios de universitários toda noite e mandando-os para a fronteira com São Paulo. Aquele era o dinheiro que ele gastava. Mas quantos alunos ele tinha da 1ª à 8ª série? Nenhum. Todas as escolas de Itajubá eram estaduais. E nós não tínhamos, na época, como obrigá-lo a ter alunos municipais.

Então hoje a situação é muito melhor em relação ao que era há 2 décadas. Mas nós temos que dar um salto para a frente, porque a demanda também é muito maior. Precisamos de recursos, sim, porque ninguém vai fazer mágica, mas, na medida em que nós tivermos a combinação da gestão visando à autonomia, ao respeito à escola, às coisas da escola com as pessoas da escola, com apoio dos



sistemas... A Deputada Dorinha está coberta de razão: Secretário Estadual de Educação não é Secretário da rede estadual, é Secretário da Educação do Estado, assim como o do Município é Secretário da Educação do Município e tem que botar o sistema público, o privado, o estadual, o federal, todos conversando.

As mudanças acontecem e os resultados estão aí. Isso tudo está documentado. Mas o clientelismo, o absenteísmo, a falta de prioridade para a educação, a falta de visibilidade machucam a nossa autoestima. O professor, só de nós visitarmos a escola e termos a oportunidade de conversar com ele... Mesmo quando houve a greve de 1991, que foi uma greve grande. Durante os 8 anos seguintes não houve mais uma greve, porque havia diálogo. Um dia eu disse a seguinte frase: *“Governador, é sonho de uma noite de verão o salário base de uma professora primária de 20 horas ser 200 dólares”*. Pois esse sonho, no mês de maio de 1996, se realizou. E no final do Governo, em 1998, o salário já era de quase 300 dólares. Porque aconteceram alguns milagres no Brasil, como o Plano Real. O dólar foi artificialmente ajustado, mas os salários melhoraram.

Minas Gerais, em 1995, foi o único Estado que cumpriu o piso da CNTE. O Abicalil na época era o Presidente da CNTE. Nós cumprimos o piso. Só cometemos um erro: demos o aumento de uma vez só, em vez de aos poucos, e depois não tivemos mais como dar aumento.

Então existe uma grande oportunidade de nós melhorarmos o desempenho com medidas de autonomia, de avaliação, de valorização dos professores, de equidade. Se as mantivermos todo santo dia, ano após ano, a coisa melhora.

Quanto a financiamento, que não é minha área de atuação, o que eu vejo é o seguinte. Hoje, 2011, o Governo Federal desembolsa por ano mais de 40 bilhões. Não sei quanto vai desembolsar em 2011, mas serão mais de 40 bilhões. Pode ser que sejam mais de 50 bilhões, sem a CPMF, que foi tirada em 2007. Desde 2008 não há mais CPMF. Não obstante, os valores desembolsados pelo Governo Federal para a educação brasileira subiram substancialmente.

Portanto há uma luz no fundo do túnel. Se o PIB for de 2 trilhões, e 2% a mais significam 40 bilhões por ano, mesmo que nós não consigamos que, no primeiro ano após o Plano Nacional de Educação esses 40 bilhões apareçam, se houver ao menos um compromisso de que eles aparecerão paulatinamente, ao cabo de 10



anos, em vez de nós termos os 40 bilhões, podemos ter 80 bilhões, ou 100 bilhões. O fato é que lá atrás nós perdemos essa oportunidade, e passamos 10 anos investindo na mesma coisa. Ninguém nos cobrou, nem a nós, Deputados, que fizemos o Plano, nem aos gestores, nem ao Governo, por estarmos descumprindo uma coisa que nós fizemos em conjunto. Por isso é que é importante que o Plano seja monitorado e que seja propagandeado se ele está ou não está sendo cumprido, para que ele receba as energias positivas tanto do Congresso Nacional quanto do próprio Governo e da sociedade organizada para dar à educação a prioridade que ela de fato merece.

Eu gostaria de falar muito mais, e gostaria até de falar sobre o problema dos 50 mil analfabetos, mas já são 19h54min, meu querido Deputado. Fico devendo a V.Exas. uma próxima. Peço licença, com todo o respeito. Se V.Exas. puderem me liberar... Senão vou perder meu voo e isso vai ser um problema para mim.

Muito obrigado. Até a próxima.

(Não identificado) - Parabéns.

O SR. WALFRIDO DOS MARES GUIA - Obrigado. *(Palmas.)*

(Não identificado) - Esse entusiasmo dele é que me fez ser Secretário de Educação.

O SR. WALFRIDO DOS MARES GUIA - Obrigado. Até a próxima.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Esse entusiasmo faz toda a diferença no resultado do trabalho.

Tem a palavra o Paulo César Ribeiro Lima.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Muitos Deputados que fizeram questionamentos não estão mais presentes. Respondo também a esses Deputados?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Fica registrado, não é?

O Deputado Rogério foi muito objetivo. Qual é a sua proposta? Durante o tempo que eu fiquei aqui, pensei em duas propostas bem objetivas.

Hoje existe a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, que é a CIDE, e a CIDE Combustíveis. Então a PETROBRAS, ou qualquer outro importador ou comercializador de combustíveis, paga por litro uma CIDE.



Uma proposta objetiva: produziu petróleo no Brasil, paga uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Se não me engano, 29% da CIDE são destinados a Estados, e um percentual dos Estados é destinado a Municípios. O fato de ser contribuição não implica que o recurso seja federal. Pode-se criar uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico chamada CIDE Petróleo, por exemplo. Estou pensando alto, está certo? Cria-se a CIDE Petróleo e se destina esse recurso a uma aplicação específica na educação. A CIDE Combustíveis é de aplicação específica em infraestrutura de transportes. A CIDE Petróleo teria uma aplicação específica em educação. E ela se destinaria à União, aos Estados e aos Municípios na proporção em que esses entes federativos financiam a educação. Essa é uma proposta concreta, está certo?

A outra, que eu já tinha comentado, é a do Imposto de Exportação. Nós vamos ter aí um excedente de exportação, seja de petróleo, seja de combustíveis, em 2020, de 3 milhões de barris por dia. O Imposto de Exportação já existe. Então nós estabeleceríamos uma alíquota mínima. Nesse caso, realmente, se for imposto, não há como dar destinação específica. Mas essas são propostas.

(Não identificado) - Esse tributo, hoje, de exportação, é no petróleo?

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Não, não. Zero. Existe o Imposto de Exportação. Mas a alíquota é zero.

(Não Identificado) - Mas o Imposto de Exportação existe?

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Já existe previsão constitucional para ele. Para essa CIDE, não existe previsão constitucional. A CIDE-Combustíveis foi criada por emenda constitucional; então a CIDE-Petróleo tem que ser por emenda constitucional também.

Com relação à pergunta do Deputado Esperidião Amin, é questão de...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Permita-me só... Eu só queria dizer o seguinte: hoje a OMC — aliás, hoje é a notícia... A OMC — não sou advogado dele — está fazendo votos de censura para todos os países que impõem Imposto de Exportação àquelas *commodities* de que os ricos desfrutam. Foi-me dada a informação...

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Não... Eu sei que o negócio...
(Risos.)



O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Não estou dando razão para eles, não, só estou dizendo que é uma circunstância de mercado.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Eu sei dessa questão toda. E o Brasil é o primeiro a...

E essa foi a grande discussão na Argentina. E todo aquele problema lá, com a Cristina, foi com os exportadores de soja, porque uma importante fonte de receita da Argentina é o Imposto de Exportação da soja. E muito...

(Não identificado) - Só exportam isso...

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Pois é! Então imaginem se eles não tivessem o Imposto de Exportação...

Com relação a sequestros e estocagens de carbono, o que existe no pré-sal é o seguinte: o gás produzido no pré-sal tem muito CO₂. Então o que se está pensando é fazer uma separação do gás natural — tirar o CO₂ do gás natural, da corrente do gás natural, e fazer a injeção no próprio reservatório — para elevar até o fator de recuperação.

Agora, com relação à queima de combustível no carro, à gasolina e ao *diesel* — isso aí é CO₂ para a atmosfera como qualquer outro —, o que eu disse, que é melhor que o petróleo pesado da Venezuela e as areais oleosas do Canadá, é que, nesses processos, por exemplo, no Canadá, há um processo industrial, um grande consumidor de energia que gera CO₂ no próprio processo de produção. Então essa é a vantagem do nosso pré-sal.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Na verdade, existe. Quer dizer, vai-se gastar também energia, há um custo alto, há pressão do reservatório... Mas é um processo bem mais simples do que esses dois que eu citei.

Com relação à questão do Deputado Raul, que é a questão da concessão *versus* partilha, de maneira nenhuma, eu falei: “Ah, não, isso aí tanto faz, ou um ou outro”... Não, eu sou grande defensor do regime de partilha de produção. Agora, não adianta eu ser defensor do regime de partilha de produção porque, a curto prazo, de 10 anos, 15 anos, o petróleo no Brasil vai ser produzido no regime de concessão ou de cessão onerosa. Então, nos próximos 10 anos não existe a menor possibilidade de se produzir em partilha de produção. Então, isso eu nem estou discutindo aqui.



Agora, eu estou dizendo o seguinte: já que nós vamos ter que produzir no regime de concessão ou de cessão onerosa, o que nós precisamos fazer agora é dar o golpe. (*Riso.*) Qual é o golpe? Num regime de concessão, na legislação atual, *royalty* e participação especial geram uma receita baixa para o Estado brasileiro? Geram. E 46% é uma porcentagem baixíssima? É baixíssima. O padrão internacional é o quê? De 80% a 85%. Então, como é que a gente dribla isso sem rever contrato? A gente dribla isso via essas duas ideias: com a contribuição petróleo e com o Imposto de Exportação, que fazem com que o Brasil caminhe para patamares internacionais.

Agora, eu sou defensor do regime de partilha.

A crítica que eu fiz é que o regime de partilha que foi aprovado no Congresso, na lei, não garante uma receita para o Estado maior do que a de concessão. Então esse regime de partilha aprovado no Congresso Nacional é muito ruim. (*Riso.*) É muito pior do que os regimes de partilha do mundo. Em qualquer país no mundo existe uma política para limitar a recuperação de custo, para garantir excedente em óleo para o Estado. E o nosso não tem. Então o nosso é muito ruim. Agora, em tese, eu sou defensor do regime de partilha.

Com relação a outros tributos — e eu não sou economista, não sou da área tributária, sou da área de minas e energia —, eu acho o seguinte: em tese, as ideias são ótimas. Aumentar o ITR, o Imposto sobre Grandes Fortunas, tudo isso são ótimas ideias. Eu as apoio, mas não vou fazer comentários. Aqui me cabe falar a respeito da contribuição do setor petrolífero. Então eu não vou fazer comentário sobre os outros tributos porque eu não sou da área tributária.

Com relação ao que disse o Deputado Joaquim Beltrão, o que S.Exa. colocou é correto. O Fundo Social que aí está... lá está escrito o seguinte: "*Os recursos vão ser aplicados preferencialmente no exterior*". Pelo que eu conheço, muito provavelmente vai ser aplicado em títulos do Governo americano, títulos em dólar ou em euro e tal, mas com uma remuneração baixíssima. A única parcela que pode ser aplicada nos programas e projetos sociais é o retorno sobre capital, à exceção dos primeiros anos e tal, que têm exceção; mas, nos primeiros anos, também não há recurso. Em síntese, é isto: aplica-se no exterior, o retorno é baixo, e só o retorno do



capital vai ser aplicado nos programas e projetos sociais. Então, realmente, (*risos*) o Fundo Social que foi aprovado aqui não gera expectativa com relação a ele.

Mais grave do que isso é que esse Fundo, com o óleo de partilha, não vai existir mesmo, porque o óleo de partilha só daqui a 10 anos, 15 anos, sei lá quando. Porque, como eu já disse, a cadeia produtiva nacional não dá conta da carteira das áreas sob concessão e, agora, sob cessão onerosa. Então, realmente, ele é uma coisa muito virtual.

Nesse contexto, surgiu a emenda aqui, na Câmara, de destinar uma parcela dos *royalties* da União... dos órgãos da Administração Direta da União serem destinados 50% para o Fundo Social, o que não teria problema nenhum. Mas houve uma mudança na redação e, em vez de 50%, foi 100%, e, em vez de ser 100%, foi 100%, com uma regra de transição a ser regulamentada pelo Poder Executivo. O Poder Executivo não a regulamentou. O decreto que veio do Poder Executivo não criou uma regra de transição e manteve tudo como está até final de 2011. Então, pode ser que, em 2012, venha, de fato, uma regra de transição. O decreto que veio não tem regra de transição nenhuma. Então, até o momento, não mudou nada. A regra não foi alterada. Ele realmente é um Fundo Social.

Com relação a reservas cambiais, se o Brasil fosse como a Noruega, que fica com 80% da renda — o Estado norueguês tem um fundo soberano, que lá é chamado de fundo de pensão. Eles gerenciam o recurso e, realmente, não há problema de reserva. Eles têm lá 400 bilhões em um país pequeno —... Aqui, no Brasil, não. Aqui, no Brasil, o que o Banco Central faz: na verdade, o Tesouro emite título da dívida pública; paga uma SELIC alta; esse recurso vai para o Banco Central; o Banco Central compra dólar no mercado para segurar a apreciação. Então, esse custo, realmente, é muito alto. Imaginem o dólar, que desvalorizou-se. Se o Governo está emitindo título, está pagando juros altos e está com uma moeda que está desvalorizando. Então, realmente o custo dessas reservas cambiais é um custo alto, mas é um custo que precisa ocorrer porque nós não estamos na situação da Noruega, de ter um fundo com receita do Estado.

Então, o pré-sal realmente poderia reduzir esse custo se o Estado tivesse receita. Mas, como eu disse aqui, quem vai ter receita, na verdade, não vai ser o



Estado, vão ser as empresas, principalmente a PETROBRAS. E a gente não pode confundir PETROBRAS com Estado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Nós estamos falando aqui em 5 ou 6 bilhões de dividendos da PETROBRAS só para a União. Então, a União não vai ter receita, a não ser que a gente faça tudo isso que eu estou propondo aqui: contribuição, Imposto de Exportação e tal.

Deputado Ariosto, com relação à idade do petróleo, ela vai acabar, não sabemos como. É importante dizer que a idade do carvão não acabou. Todo o mundo fala que a idade do carvão acabou e que estamos na idade do petróleo, nada disso! A principal fonte de geração de energia elétrica nos Estados Unidos é o carvão; na China quase que diariamente entra em funcionamento uma termoelétrica a carvão. Então, nem a era do carvão acabou, a era do petróleo vai acabar, mas nós não sabemos realmente quando.

Se eu tivesse o poder de decisão, a minha decisão seria a seguinte: como a era do petróleo vai acabar não sei quando, vamos aproveitar os próximos 30 anos, vamos produzir esse petróleo do pré-sal o mais rapidamente possível e fazer com que esse recurso seja todo público. Não é o que está acontecendo. O que está desenhado é que esse recurso vai ser empresarial. Precisamos mudar essa situação da participação governamental.

Com relação ao que disse o Deputado Ivan Valente — S.Exa. não está aqui no momento, fica até chato eu fazer uma crítica. Mas é uma crítica muito educada e com muita humildade —, penso que o Deputado não está com uma visão muito correta. O País que hoje produz 2 milhões de barris por dia, em 2020 vai produzir mais de 6 milhões de barris por dia, que é o horizonte do PNE, vamos ter receitas gigantescas. Eu diria ainda o seguinte — e eu também não quero passar uma posição pessimista aqui não —: se nós tivemos 21 bilhões de reais em *royalties* de participação especial, em 2010, em 2020 poderemos ter 60 bilhões, 70 bilhões. O Bolsa Família, até há alguns meses, era coisa de 13 bilhões, se não me engano. Então, existe uma grande mobilização, justa, no Congresso Nacional para que esse *royalty* e essa participação especial no regime de concessão e de cessão onerosa seja distribuído para os Estados.



Hoje mesmo nós tivemos uma reunião para tratar da questão dos *royalties*, e já foi pedido aos colegas da consultoria — que vamos ter que falar agora que é da área tributária — para que esses recursos adicionais — então, se nós temos 20 e vão para 60, vamos ter 40 bilhões, 60% desses 40 bilhões vão para Estados e Municípios, 40% iria para a União —, desse percentual dos Estados e Municípios, também por PEC, 40%, sejam destinado à Educação.

Esses recursos do petróleo são importantíssimos, mesmo neste péssimo cenário de 80 bilhões.

Agora, o que eu disse foi o seguinte: se o Brasil arrecadasse como a Noruega, não estaríamos falando em 70 bilhões, 80 bilhões, estaríamos falando, no ano de 2020, de 200 bilhões. A diferença é essa. Dizer que 70 bilhões, 80 bilhões — eu coloquei o dividendo da PETROBRAS também — representa pouco, não é verdade. O petróleo é fundamental, é importantíssimo, deve ser feito todo esforço. Essa luta da distribuição mais justa dos *royalties* do petróleo e da participação especial é uma luta do Congresso, e é importantíssima.

O petróleo do pré-sal já está sendo produzido em um poço, no campo de Lula, que é o de maior produção no País hoje. Como é que a gente vai dizer que isso é uma coisa do futuro? Hoje o pré-sal já está produzindo 120 mil barris por dia; em 2014, 2015 vamos produzir 500, 600 mil barris; em 2020, só o pré-sal vai produzir 1 milhão e 800 mil barris por dia. Para falar a verdade, deve ser mais, deve produzir 2 milhões de barris por dia. Então, é uma receita no horizonte do PNE, e é importantíssima essa receita, além dos 4 milhões que serão produzidos fora, não em reservatórios do pré-sal, mas no pós-sal, na costa, em empresas privadas — OGX, Shell, Statoil, etc., mais produção em terra, pela HRT. Então, o petróleo é importantíssimo para financiar a educação. Se eu passei a mensagem de que não era, não foi essa a minha intenção.

Com relação a chegar a 10% do PIB, não tenho realmente condições de falar sobre isso.

Quando eu digo que é muito importante que se tribute a PETROBRAS e a Vale, é porque a perspectiva dessas empresas é de terem receitas líquidas altíssimas. Por exemplo, a Vale tem um lucro de 30 bilhões, e a PETROBRAS tem um lucro de 35 bilhões. O total de *royalties* da PETROBRAS, no ano de 2010, foi de



21,6 bilhões e, no mesmo ano, pagou de compensação financeira 19 bilhões vírgula qualquer coisa. Então, ela tem um lucro de 35 bilhões, mas paga perto de 20 bilhões só de compensação financeira. Quanto a Vale paga de compensação financeira? Quanto a Vale paga de tributo? Oitenta e cinco por cento da produção da Vale é exportada, mas ela não paga ICMS nem PIS/COFINS. Se pela compensação financeira a PETROBRAS paga 20 bilhões, a Vale não paga 400 milhões.

Dizem que não há espaço para aumento da carga tributária. Eu até acho que a carga tributária líquida no Brasil é muito baixa. Eu também sou leitor do Márcio — não falamos aqui na carga tributária líquida. Mas, sem entrar nessa polêmica, se não podemos aumentar a carga tributária, vamos fazer o seguinte, vamos tributar a Vale, vamos tributar a PETROBRAS, que têm receitas altíssimas, e vamos reduzir a carga tributária dos pobres do País. Então, vamos fazer um rearranjo. Não estou só defendendo aumento de carga tributária, estou aqui defendendo que no setor muitas empresas podem e devem pagar mais tributos. É justiça fiscal.

Eu queria fazer um agradecimento muito especial ao Deputado Paulo Rubem Santiago, com quem tenho trabalhado e conversado. Se não fosse a participação dele, eu não estaria aqui. E também agradecer de maneira especial aos meus colegas da Consultoria Legislativa. No momento estão aqui o Ricardo, o Paulo Sena, a Ana Valeska e o Marcos Tadeu. Sem eles eu não estaria aqui falando para os senhores. Meu muito obrigado aos meus colegas da Consultoria Legislativa; ao Deputado Paulo Rubem Santiago; ao Presidente da Comissão de Educação, Deputado Gastão Vieira; à Deputada que está presidindo agora, Teresa Surita. Quero agradecer a todos a oportunidade de falar nesta audiência pública. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Concedo a palavra ao Sr. Márcio Pochmann.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Vou ser rápido, porque grande parte das questões foram respondidas. Além disso, os Deputados já não estão aqui. Então, isso economiza tempo.

Vou reunir aqui as indagações de vários Deputados a respeito do tema da reforma tributária e do próprio financiamento.

Houve um nobre Deputado que chamou a atenção para o fato de que, sem a reforma tributária, não há condições de aumentar os recursos da educação. Eu acho



que é uma afirmação muito radical. Parece que primeiro vem a reforma tributária e depois o Plano. As experiências internacionais de reforma tributária mostram que são momentos singulares.

É realmente muito difícil uma reforma tributária. Há consenso de que deve haver reforma tributária, mas o consenso desaparece quando se discute o que se deve fazer.

Infelizmente, não sou muito otimista quanto à possibilidade de fazer a reforma tributária, a despeito de achar que temos um sistema tributário injusto, regressivo, um sistema tributário pouco eficiente e muito oneroso. Custa muito arrecadar tributos no Brasil da forma que fazemos. Há até uma discussão longa sobre isso, mas me parece que podemos, sim, ampliar os recursos para a educação, não necessariamente passando por uma reforma, ainda que ela seja necessária. Mas não vejo no horizonte a possibilidade de fazer uma reforma tal como deveria ser feita. Talvez possamos fazer a conta-gotas, gradualmente, como o Governo atualmente está tentando fazer, o que não é simples.

Alguém perguntou por que não se falou no ITR. Precisamos discutir uma reforma tributária para valer. Acho muito difícil os Municípios cobrarem o Imposto Territorial Rural. Alguma coisa que nós...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Pois é. Isso tem que ser um imposto federal. Já é municipal. Então, acreditar que vai aumentar o ITR... Acho isso difícil.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO POCHMANN - O imposto sobre grandes fortunas é possível. No entanto, aqui há uma correlação de forças. É difícil. É alto inclusive este tal de difícil. *(Risos.)*

Evidentemente, o petróleo é uma possibilidade. Mesmo essa redução no Imposto de Renda também acho muito difícil porque o impacto sobre a classe média não é nada muito fácil. Por isso é que as contribuições que o Governo fez... Nós tivemos uma reforma tributária sem saber. Nós saímos de uma carga tributária de pouco mais de 20% que foi para 35%. Ninguém faz isso. Como é que isso foi feito? Aumentando a contribuição, porque ninguém sabe que paga o imposto.



Criaram o Impostômetro lá em São Paulo. A coisa mais interessante no Brasil é que os que menos pagam são os que mais reclamam do imposto. O Impostômetro tinha que ser feito lá na Favela da Rocinha ou nas favelas brasileiras, porque lá é onde pagam.

O problema é o seguinte: as pessoas não reclamam porque não sabem quanto pagam. Nós, da classe média, sabemos quanto pagamos porque pagamos Imposto de Renda, IPVA. Mas isso é uma parte muito residual. Quando olhamos os impostos progressivos por Município, vemos que o IPTU, por exemplo, na média do Brasil, era imposto regressivo. Em grande parte dos Municípios, a pessoa que mora nos bairros mais podres paga mais impostos relativamente à renda do que as pessoas que moram nos bairros melhores. Então, é muito difícil o Município cobrar impostos e, sobretudo, ter uma tributação progressiva. Portanto, vejo a possibilidade mais no âmbito do Governo Federal.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Márcio, essa carga tributária aumentou por conta do aumento do custo social, de uma demanda social maior? Por que ela aumentou então?

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Em 1980, a carga tributária bruta no Brasil era em torno de 22% do PIB; agora é 35% do PIB. Aumentou 13 pontos percentuais. Desses 13 pontos percentuais, a metade aumentou por conta do custo da dívida, do giro da dívida. Nós pagávamos, em 1980, 1,8% do PIB com a dívida. Chegamos a pagar 9%. Estamos pagando 5,6%. Diminuiu. De um lado, teve-se que aumentar a carga para atender o giro da dívida; de outro lado, foi para atender ao custo da democracia.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Ao custo da democracia?

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Como eu diria isso? É o seguinte: se o País não cresce no gerar emprego, como é que se mantém a aceitação da democracia? Foi feita uma série de concessões. De um lado, foi a previdência social. Então, aumentou-se a assistência social: aumentaram os programas de transferência de renda e uma série de renúncias fiscais e subsídios, inclusive à classe média. Então, a metade foi para atender esse “custo da democracia”, entre aspas, porque foi muito importante para melhorar a questão social de um país que não crescia. De outro lado, foi a pressão dos grandes.



Por que a financeirização foi fundamental? Pela seguinte razão: no setor produtivo, quando a economia não cresce, há uma queda na taxa de lucro. Se a economia não cresce, para quem conseguiu exportar, tudo bem. Mas quem exporta no Brasil? São 15 mil empresas num País que tem mais de 6 milhões de empreendimentos. A pressão sobre o Governo é a seguinte: se a economia não cresce, como mantenho minha taxa de lucro, que está caindo? O ganho financeiro compensou quase tudo. Mas quem sustenta isso? O Governo.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Esse programa de transferência de renda se deve sobretudo à concentração de renda que existe no País, que é elevada?

O SR. MÁRCIO POCHMANN - As transferências de renda?

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sim.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - As transferências de renda foram de vários tipos: a da Previdência Social...

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - A do Bolsa Família, por exemplo.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - O Bolsa Família é 0,3% do PIB. Isso é mixaria. O quente é a Previdência. A Previdência é 12% do PIB. Em 1985, o gasto social no Brasil representava 13,5% do PIB; hoje, representa 23% do PIB.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. MÁRCIO POCHMANN - É isso mesmo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Tirando a Constituição de 1988, o gasto social no Brasil aumentou nos regimes autoritários: em 1937 e em 1945.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Se tirássemos o FUNRURAL...

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Não há mais FUNRURAL.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Não, na época. Se nós, hoje, tirássemos, digamos, o que foi agregado à Previdência, segundo um trabalho da ANFIP, que foi apresentando agora à Seguridade Social, a nossa Previdência seria superavitária.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Não, de fato, ela o é quando utiliza o que os Constituintes de 1988 estabeleceram, que é o orçamento da Seguridade Social: saúde, assistência e previdência. Aí se consideram não só as despesas, mas



também as receitas. Os Constituintes criaram formas de financiamento dessa ampliação da Previdência, mas, como esse dinheiro não é carimbado, ele entra na arrecadação do Tesouro e tem outras aplicações.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - É porque foi apresentado recentemente. Aliás, publicaram um livro que mostra que o resultado final de 2010 foi um lucro de 488 milhões de reais na Seguridade Social.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Sim. É coisa da contabilidade, de como se contabiliza. De fato, nós temos um *deficit*, seja qual for a responsabilidade. As contas não fecham.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Eu acho que é o *deficit* aos agregados.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Perfeito.

Então, do ponto de vista das formas de ampliação dos recursos, eu acredito que há essa possibilidade, seja ampliando a carga tributária, seja recompondo a carga tributária.

Mas eu queria chamar a atenção para o fato de que é fundamental que o Plano Nacional de Educação preveja a elevação dos recursos de forma gradual, acompanhado de um monitoramento para saber se realmente a ampliação do recurso significa melhoras em quantidades e qualidades. Temos que acompanhar isso. Aí vamos entrar na questão do federalismo brasileiro, que não tem muitos vasos comunicantes. Em outros países, é muito comum que os professores de uma escola exemplar, que é modelo, passem o modelo para escolas que não funcionam. Não temos essa sinergia.

Deixe-me ver se há mais alguma coisa que não foi falada com brilhantismo. A questão dos *royalties* do petróleo precisaria ser melhor analisada. O IPEA fez um estudo que mostrou o seguinte: os Municípios e os Estados que mais capturam os *royalties*, seja os do ouro, seja mesmo os do petróleo, não são os que mais avançam do ponto de vista social. Então, temos que saber para onde vai esse dinheiro. Ele está indo para onde?

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA - Para o bolso.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Não.



O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA - Por isso é que existe essa ideia da PEC.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Não, não o estou contradizendo.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA - Agora, há outra questão também. O que ocorre hoje é que essa receita é muito concentrada. Então, a primeira coisa que precisamos fazer é rediscutir isso. E a proposta que está aqui na Câmara, que foi aprovada via Emenda Ibsen, ou Emenda Simon, é uma redistribuição disso, com base no critério do FPE e FPM.

Hoje, por exemplo, se o Município Campos dos Goytacazes recebe 1 bilhão de reais, é claro que vai haver distorção. Então, é preciso que realmente seja muito melhor pensado. Agora, destinar 40% do recurso para a educação, via PEC, acho que é uma bandeira que esta Comissão tem que encampar.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Para terminar, sobre a questão do efeito multiplicador, levantada pelo Deputado Amin, do ponto de vista da economia — isso é coisa já pensada por Keynes — há dois tipos de efeito. O efeito renda, que faz multiplicação. Se o Estado gasta com salários, os trabalhadores compram. Há o efeito multiplicador, ou a elasticidade produto-renda: quando aumenta o produto, vai aumentar a renda.

Então, os cálculos feitos do ponto de vista do impacto da educação no PIB e na desigualdade social, etc. olham o movimento geral. Mas é claro que existem especificidade do ponto de vista dos segmentos, de situação do desenvolvimento. Nós vamos fazer estágios. Mas, sem dúvida alguma, há diferença nesse sentido.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Métodos de avaliação?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Do ponto de vista da educação? Não. Como eu disse aqui. Eu acredito que a ampliação do gasto inclusive precisaria ser acompanhado com monitoramento, com uma comissão que avaliasse isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Isso é do nosso "DNA".

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Como?



O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA - O IPEA não publicou mais os dados.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Não, porque, na verdade, aqueles dados municipais dependem do censo. O censo está para sair agora. Aí nós vamos ter melhores condições de fazer essa avaliação, a municipal inclusive.

Muito obrigado àqueles que nos acompanharam até agora. Parabéns aos nobres Deputados e aos Consultores Legislativos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Agradeço aos senhores expositores e às Sras. e Srs. Deputados a presença.

Lembro-lhes que, na próxima quarta-feira, dia 13 de julho, haverá audiência pública com os seguintes convidados: Cláudia Costin, Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro; Sr. João Batista Araújo Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beta; e Sr. Claudio de Moura Castro, Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade Pitágoras.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.